

arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



Boletim semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique

Como o próprio nome o indica, ARQUIVO assinala dos anos de 1996/1997, dos anos em que procura reflectir-se pela descrição de inovações expressas no primeiro número, nomeadamente, "não só da conta das actividades desenvolvidas (pelo Arquivo Histórico de Moçambique), do crescimento de seu controlo e do tratamento que lhe foi dispensado ao longo do período, como também diversos motivos de interesse para a investigação e para a História de Moçambique".

SUMÁRIO

"Volvidos dez anos o vinte e umº número do Boletim e já está só um ano de sucesso. Aumentaram-se tanto as dificuldades de várias ordens que se abraçaram no campo da actividade cultural em Moçambique. Tais dificuldades colocaram-se no nível de edição permanentemente dita, da produção e da distribuição, sem contudo evidentemente, com isto que surgiu da imprensa da metade do Século em Moçambique.

Apresentação.....	3
-------------------	---

As primeiras eleições multipartidárias e o comportamento eleitoral no distrito de Marromeu,	
---	--

por João Cândido Graziano Pereira.....	5
--	---

As ONGs em operações de manutenção da paz: O seu papel em Moçambique,	
---	--

por Sam Barnes.....	53
---------------------	----

Os primórdios do nacionalismo moçambicano: O movimento associativo e a actividade sócio-política nos anos 30 e 40,	
--	--

por Arlindo Chilundo.....	77
---------------------------	----

Arquivos: 13ª Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos.....	105
---	-----

Acervo.....	115
-------------	-----

concedendo uma verdadeira revista de cultura social.

Além disso, a fotografografia e de recursos produzidos por estrangeiros (no sentido de textos produzidos no exterior sobre a cultura moçambicana) tem sido elemento importante para o estabelecimento de redes de contacto entre investigadores, o que, indubitavelmente, influiu positivamente das pessoas serem assinaladas. Hoje, podemos afirmar, pelo grande crescimento de submissões de material para o Boletim.

APRESENTAÇÃO

Com o presente número o Boletim ARQUIVO assinala dez anos de existência, dez anos em que procurou nortear-se pela declaração de intenções expressa no primeiro número, nomeadamente, "não só dar conta das actividades desenvolvidas [pelo Arquivo Histórico de Moçambique], do crescimento do seu acervo e do tratamento que lhe foi dispensado ao longo do período, como também divulgar matéria de interesse para a investigação e para a História de Moçambique".

Volvidos dez anos e vinte números, a própria existência do Boletim é já em si um sinal de sucesso, se atentarmos para as dificuldades de vária ordem que se atravessam no caminho da actividade editorial em Moçambique. Tais dificuldades colocam-se ao nível da edição propriamente dita, da produção e da distribuição, sem contar, evidentemente, com as que advêm da incipienteza do mercado do livro em Moçambique.

Do ponto de vista editorial, os obstáculos que encontrámos estão por detrás de alguns dos "desvios" ao plano inicialmente estabelecido, que era o de publicar material quase que exclusivamente produzido em Moçambique, e de dar especial atenção à área da arquivística. De facto, o que acabou por acontecer foi que, na ausência de material original, que se foi acentuando pelo facto de ser muito limitado o número de investigadores e os meios de que o AHM dispõe para obter material original, foi o boletim cada vez mais forçado a integrar material traduzido de outras línguas e a desenvolver a componente das ciências sociais, em detrimento da secção de arquivística, que nunca chegou a ter pleno desenvolvimento. Além disso, mais do que em problemáticas historiográficas no sentido "clássico", a primeira metade do boletim gradualmente passou a acolher temas mais contemporâneos, abordados por disciplinas diversificadas que, para além da história incluem a geografia, sociologia, etc.

Embora sendo, estes elementos, como que desvios à linha inicialmente traçada, eles não deixam por isso de constituir sinal de adaptação do Boletim ao rico momento político e social vivido pelo país nestes últimos anos e, consequentemente, testemunho de que o Arquivo Histórico, enquanto instituição, procura servir a sociedade em que se encontra inserido, editando uma verdadeira revista de ciências sociais.

Além disso, a integração crescente de materiais produzidos por autores estrangeiros (no sentido de textos produzidos no exterior sobre a realidade moçambicana) tem sido elemento importante para o estabelecimento de redes de contacto entre investigadores, o que é, igualmente, um resultado positivo que pensamos ser de assinalar. Hoje, podemos afirmar, pelo número crescente de submissões de material para publicação, que o Boletim

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS E O COMPORTAMENTO ELEITORAL NO DISTRITO DE MARROMEU

João Cândido Graziano Pereira

Introdução

As primeiras eleições multipartidárias em Moçambique marcaram uma mudança qualitativa das instituições políticas moçambicanas. Elas representam a ruptura do sistema monopartidário e o surgimento dum sistema democrático pluralista.

Dada a sua reconhecida importância, estas eleições foram já objecto dum estudo realizado por um grupo de investigadores sob coordenação de Brazão Mazula.¹ Essa foi a primeira tentativa de abordar de forma sistemática e nas suas diversas facetas a democratização em Moçambique, tanto como referência central o processo eleitoral. Um dos trabalhos publicados nessa obra apresenta uma análise geral do comportamento eleitoral e desenvolve algumas interpretações sobre o mesmo.² Procurámos, tendo como referência esse trabalho, interpretar os resultados eleitorais partindo de um estudo de caso, ou seja tomando como objecto de estudo um distrito (unidade inferior ao círculo eleitoral, que foi a província). Pretendia-se verificar se os princípios que, segundo o autor desse estudo, teriam orientado o voto dos eleitores em favor dos diferentes partidos, se poderiam aplicar num nível de análise mais próximo das realidades locais. Tratava-se, pois, de confrontar uma análise global baseada essencialmente no tratamento de dados estatísticos com um estudo local recorrendo também a entrevistas no terreno.

Relacionando os resultados eleitorais no distrito seleccionado para o presente trabalho (distrito de Marromeu)³ com informações recolhidas através de pesquisa documental⁴ e no terreno⁵ procurou-se verificar alguns aspectos: que relações se podem estabelecer entre a geografia do voto e as características e evolução histórica do distrito; se podem observar-se diferenças no voto em função das

^{*}O presente texto foi adaptado a partir de uma dissertação original submetida pelo autor como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura.

ARQUIVO é já um espaço procurado por investigadores nacionais e estrangeiros para publicação dos resultados do seu trabalho.

Um outro elemento importante que baseia o critério editorial do Boletim tem sido a procura de servir, para além do público em geral, o seu público "orgânico", ou seja, investigadores de áreas afins e estudantes, sobretudo ao nível do ensino superior. Este critério, central à nossa estratégia editorial, é importante não só porque constitui garantia (relativa, é certo) de viabilização comercial mas, também, porque corresponde aos objectivos inicialmente delineados.

O presente número abre com uma análise das primeiras eleições multipartidárias e do comportamento eleitoral no distrito de Marromeu, em que o autor, João Cândido Pereira procura, no contexto social, económico e político de um distrito concreto, assim como na guerra recentemente terminada, descortinar as motivações por detrás da orientação do voto expresso. Em seguida, Sam Barnes, a partir do caso concreto da implementação do Acordo Geral de Paz em Moçambique, procura tirar ilações gerais sobre o papel desempenhado pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) em operações de manutenção de paz e sobre as questões levantadas por esse tipo de participação. Finalmente, Arlindo Chilundo indaga os primórdios do nacionalismo moçambicano num texto sobre o movimento associativo e a actividade sócio política nos anos 30 e 40. Este número, que inclui ainda o texto das Resoluções e Recomendações da 13^a Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos, realizada em Beijing em Setembro do ano passado, encerra como habitualmente com a rubrica Acervo.

Inês Nogueira da Costa

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS E O COMPORTAMENTO ELEITORAL NO DISTRITO DE MARROMEU

João Cândido Graziano Pereira

Introdução

As primeiras eleições multipartidárias em Moçambique marcaram uma mudança qualitativa das instituições políticas moçambicanas. Elas representam a ruptura do sistema monopartidário e o surgimento dum sistema democrático pluralista.

Dada a sua reconhecida importância, estas eleições foram já objecto dum estudo realizado por um grupo de investigadores sob coordenação de Brazão Mazula.¹ Essa foi a primeira tentativa de abordar de forma sistemática e nas suas diversas facetas a democratização em Moçambique, tendo como referência central o processo eleitoral. Um dos trabalhos publicados nessa obra apresenta uma análise geral do comportamento eleitoral e desenvolve algumas interpretações sobre o mesmo.² Procurámos, tendo como referência esse trabalho, interpretar os resultados eleitorais partindo de um estudo de caso, ou seja tomando como objecto de estudo um distrito (unidade inferior ao círculo eleitoral, que foi a província). Pretendia-se verificar se os princípios que, segundo o autor desse estudo, teriam orientado o voto dos eleitores em favor dos diferentes partidos, se poderiam aplicar num nível de análise mais próximo das realidades locais. Tratava-se, pois, de confrontar uma análise global baseada essencialmente no tratamento de dados estatísticos com um estudo local recorrendo também a entrevistas no terreno.

Relacionando os resultados eleitorais no distrito seleccionado para o presente trabalho (distrito de Marromeu)³ com informações recolhidas através de pesquisa documental⁴ e no terreno⁵ procurou-se verificar alguns aspectos: que relações se podem estabelecer entre a geografia do voto e as características e evolução histórica do distrito; se podem observar-se diferenças no voto em função das

¹O presente texto foi adaptado a partir de uma dissertação original submetida pelo autor como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura.

diferentes zonas do distrito; se existiam situações de controle da população por parte do governo e da Renamo que pudessem ter condicionado a orientação do voto; que papel terão desempenhado as “autoridades tradicionais” ou outros notáveis locais na orientação do voto da população.

Foram duas as razões principais que determinaram a escolha de Marromeu. A primeira foi pelo facto deste distrito ser um dos poucos onde, na província de Sofala, que é caracterizada por uma supremacia eleitoral muito forte da Renamo, a Frelimo conseguiu obter uma votação minimamente “significativa”.⁶ A segunda razão foi pelo facto de conhecermos o distrito, de aí termos contactos capazes de facilitar a realização do trabalho e de falarmos a língua dominante da região, o *sena*, o que permitia o acesso directo às informações dos entrevistados.

Uma primeira observação dos resultados eleitorais mostrou que havia uma diferença notória da votação no interior do distrito. Apesar da vantagem da Renamo se manifestar em todo o território distrital, verificava-se que a Frelimo tinha resultados muito diferenciados segundo as regiões. As hipóteses que tomámos como ponto de partida para realização deste trabalho foram: o voto é condicionado pela vivência histórica e pelos valores e entendimentos colectivos do grupo social; o voto é em grande medida não uma expressão individual dos eleitores, mas um voto comunitário marcado pelas opções dos chefes e notáveis locais; quanto mais rural (distante ou marginal em relação ao Estado) é a estrutura populacional mais forte é a Renamo, e inversamente quanto mais urbana (próxima do Estado, geográfica, social ou economicamente) mais forte é a Frelimo.

Para uma melhor compreensão, dividimos o presente trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta as linhas principais da história do distrito durante o período colonial, especialmente o processo da implantação da Sena Sugar Estates, o segundo capítulo trata de aspectos relativos ao impacto do projecto de construção do socialismo da Frelimo depois da conquista da Independência, o terceiro capítulo aborda a dinâmica local da guerra em Marromeu e o quarto capítulo analisa os resultados das eleições a partir dos dados da Comissão Nacional de Eleições e das informações recolhidas durante o trabalho de campo. Na realização do trabalho recorremos a diferentes tipos de fontes: documentação escrita, constituída essencialmente por monografias, artigos científicos e relatórios diversos, referentes em grande medida à história do distrito de Marromeu; para além desta documentação utilizámos também os resultados eleitorais constantes no apuramento estatístico feito pelo STAE relativos especialmente à votação no distrito de Marromeu; fontes orais, constituídas por entrevistas feitas no terreno a responsáveis políticos e administrativos da Frelimo e da Renamo, comandantes militares, chefes tradicionais, camponeses e trabalhadores da Sena Sugar Estates (SSE).⁷

I. A Sena Sugar Estates e Marromeu

A história mais recente do distrito de Marromeu foi marcada pelo desenvolvimento das plantações e da fábrica de açúcar da Sena Sugar Estates. Neste capítulo, abordamos brevemente aspectos relacionados com a sua instalação e expansão, com a utilização de mão-de-obra local e migrante e com a relação da população camponesa com essa grande empresa. Da implantação e desenvolvimento da Sena Sugar Estates em Marromeu durante o período colonial resultou uma diferenciação entre as zonas por ela ocupadas, marcadas pela agricultura de plantação e pelo uso historicamente intensivo de trabalho assalariado, e as restantes regiões do distrito, caracterizadas predominantemente pela pequena produção camponesa de base familiar. Ao fazermos esta abordagem e ao insistirmos nesta diferenciação regional pretendemos que ela seja um suporte da nossa análise do comportamento eleitoral em Marromeu, pois uma das primeiras conotações que fizemos ao iniciarmos o trabalho de pesquisa foi que havia uma certa relação de correspondência entre o padrão de ocupação da terra e a votação no distrito.

O actual distrito de Marromeu fica situado no extremo Norte da província de Sofala, na margem direita do rio Zambeze, sendo limitado a Noroeste pelo distrito de Caia, a Oeste pelo distrito de Cheringoma, a Nordeste e Leste pelo rio Zambeze e a Sul pelo Oceano Índico.

A origem do nome de Marromeu é, segundo Branquinho, a seguinte:

“Antigamente vinha muita gente do lado do Luabo caçar por estas áreas e, finda a caça tinham por hábito cortar a carne no sítio a que chamavam Mdremeio; por corrupção os brancos passaram a chamar a este sítio Marromeu”⁸.

O embrião da vila de Marromeu surgiu em 1891, quando o governador do território, usando das atribuições conferidas pelo regulamento para concessões de terrenos aprovado pelo decreto de 9 de Junho de 1892, determinou:

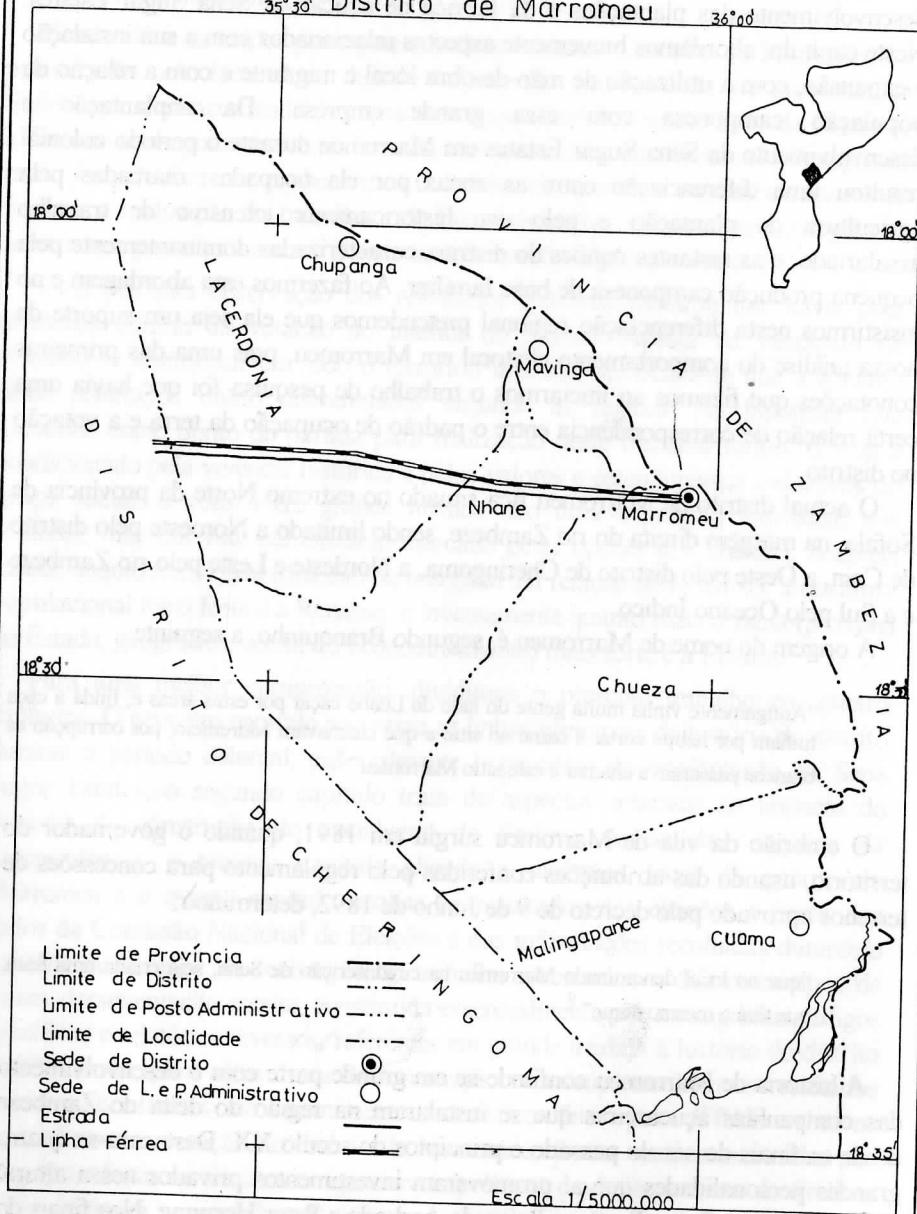
“que no local denominado Marromeu na circunscrição de Sena, seja criada uma feira, que terá o mesmo nome”⁹.

A história de Marromeu confunde-se em grande parte com o desenvolvimento das companhias açucareiras que se instalaram na região do delta do Zambeze desde os finais do século passado e princípios do século XX. Destacam-se quatro grandes personalidades que aí promoveram investimentos privados nessa altura: Andrade Corvo, Paiva Raposo, Paiva de Andrade e Peter Hornung. Nos finais do século XIX, eles obtiveram grandes concessões de terras que viriam a ser utilizadas no cultivo de algodão, cana-de-açúcar, sisal e coco.¹⁰

MAPA I

35° 30' Distrito de Marromeu

36°00'



Nos princípios deste século já existiam três plantações de açúcar no delta: John Hornung, herdeiro de Paiva Raposo, com duas plantações, em Mopeia e Caia; e o parceiro francês de Paiva de Andrade com uma instalação fabril de açúcar em Marromeu.¹¹

Em 1909, Hornung assumiu o controle da Companhia de Luabo com todas as suas terras. Dois anos mais tarde, assinou um acordo com Paiva de Andrade em nome da Sena Sugar Factory, como subarrendatário dos prazos Luabo, Melambe, Marral e da Companhia Açucareira de Marromeu. Hornung tinha já anteriormente arrendado os prazos de Maganja d'Aquém-Chire e Chasse.¹² Em 1913, ele adicionou o prazo Angónia como uma fonte de mão-de-obra para as plantações. Nos anos seguintes Hornung procedeu à fusão de todas as terras da Companhia do Luabo, da Sena Sugar Factory, da Companhia de Açúcar de Moçambique e da Companhia Açucareira de Marromeu, criando finalmente a Sena Sugar Estates, em 1920. Para além das suas concessões no território da Companhia de Moçambique, Hornung administrou, fiscalizou, lançou impostos, monopolizou o comércio, e controlou a força de trabalho numa área de cerca de 14.000 milhas quadradas de Moçambique.¹³ Assim, o delta do Zambeze tornou-se a partir de então uma das principais zonas de plantação de açúcar em Moçambique.

A produção de açúcar da fábrica de Marromeu não cessou de aumentar regularmente até à altura da independência. Entre 1906 e 1926, a fábrica produziu uma média anual de 8.000 toneladas, tendo a produção máxima neste período atingido as 12.000 toneladas em 1917. No período entre 1926 e 1954, a capacidade da fábrica foi aumentada para 50.000 toneladas/ano, mas foi sempre sub-utilizada apesar de ter havido uma tendência crescente: a produção média anual deste período foi de 20.000 toneladas, tendo sido 1949 o ano de maior produção, com cerca de 40.000 toneladas. Entre 1960 e 1975, a produção média foi de 64.000 toneladas por ano, tendo havido em 1970 um investimento na expansão da fábrica para capacitar-a a produzir 90.000 toneladas. Ao longo deste último período, a produção teve uma tendência crescente até 1972, ano em que atingiu a produção máxima de todos os tempos, com cerca de 77.000 toneladas, tendo depois decrescido para 44.000 toneladas em 1974.¹⁴

A implantação da Sena Sugar no distrito de Marromeu foi acompanhada do desenvolvimento de um sistema de comunicações. Para o transporte de cana dos campos para a fábrica, a empresa dispunha de uma rede ferroviária com uma extensão de 310 Km, com o necessário material circulante (locomotivas e vagões), que ligava a fábrica aos pontos mais afastados das plantações. Além do transporte de cana para a fábrica, os combóios conduziam os trabalhadores entre os acampamentos e os locais de trabalho. Para o escoamento da sua mercadoria, a Companhia dispunha de duas alternativas: a primeira através da rede ferroviária que ligava o distrito à cidade da Beira e a segunda através da via fluvial. Embora a maior parte da carga circulasse por via ferroviária, havia uma parte que era transportada por barcos e batelões fluviais, ou por vapores costeiros, através do

porto do Chinde, onde a Companhia dispunha de oficinas próprias, apetrechadas para a conservação e a reparação da sua frota. A Sena Sugar dispunha ainda no Chinde de rebocadores e de dois pontões para armazenagem do açúcar que aguardava o embarque.¹⁵

Uma das características da economia de plantação da cana sacarina era a necessidade de muita mão-de-obra, essencialmente composta por trabalhadores sazonais empregues no corte da cana. Nos anos de 1925 a 1935, a mão-de-obra empregue na empresa mostrou muita oscilação. Neste período, o ano de 1929 foi aquele em que se empregou o maior número, atingindo cerca de 25.600 trabalhadores. Até 1929, o efectivo da mão-de-obra teve uma tendência crescente devido ao alargamento das plantações de cana, tendo nos anos seguintes tido uma tendência decrescente, para depois voltar a crescer, alcançando o número recorde de 38.189 trabalhadores em 1955. A partir dos anos sessenta, com o fim oficial do trabalho forçado e o aumento paralelo do custo dos salários, o número de trabalhadores tende a baixar em favor de um grau mais elevado de mecanização das operações agrícolas, situando-se em aproximadamente 16.000 trabalhadores para o ano de 1974.¹⁶

Para o recrutamento de trabalhadores, a Sena Sugar tinha colocado desde os primeiros tempos da sua implantação recrutadores não só em Marromeu, mas também na Alta Zambézia e em Tete, de onde provinha a grande maioria dos trabalhadores sazonais. Os agentes recrutadores ofereciam aos régulos alguns artigos como roupa, farinha e vinho para ganharem a sua simpatia e contarem com a sua colaboração no fornecimento de mão-de-obra. Assim, os régulos enviavam aqueles que tinham dificuldades de regularizar os seus impostos para se empregarem na companhia a fim de adquirirem dinheiro.¹⁷

Para a estabilização dos trabalhadores mais qualificados a Companhia desenvolveu uma série de infraestruturas sócio-económicas: acampamentos com habitações de alvenaria, rede sanitária, cantinas e um sistema de abastecimento de produtos alimentares e outros, como farinha de milho, peixe seco, carne seca, sal, feijão, sabão, etc. Estas infraestruturas e facilidades de abastecimento, embora servissem nalguns casos os trabalhadores sazonais, beneficiavam principalmente os trabalhadores permanentes.¹⁸

Como se pode constatar desta curta apresentação histórica, desde os princípios do século XX que a vida do distrito de Marromeu se confunde em grande medida com as actividades da Sena Sugar Estates, principalmente das suas plantações e da sua fábrica. Embora esta empresa se tenha dedicado em paralelo à criação de gado e tenha também estabelecido uma salina para produção de sal e um palmar para a exploração do coco, a sua principal actividade foi sempre a produção do açúcar. Mas o aspecto mais importante do ponto de vista da análise que pretendemos fazer do comportamento eleitoral no distrito é o facto da sua instalação e desenvolvimento ter resultado no estabelecimento de uma diferenciação regional interna ao distrito¹⁹: por um lado, na região Central do

distrito (localidades de Nhane e Chueza, para além da sede distrital - Marromeu), zonas onde se concentram 18.000 dos 20.000 ha de terras da Sena Sugar Estates²⁰ e por conseguinte os bairros e acampamentos onde viviam os trabalhadores assalariados, e por outro lado, as restantes áreas, para Norte (localidades de Lacerdónia e Chupanga) e para Sul (localidade de Malingapanse), zonas onde predominava a pequena produção camponesa.²¹

II. Da Independência à Guerra

Embora a política da Frelimo depois da independência obedecesse a uma linha de orientação única para todo o país, os seus efeitos locais dependeram das condições particulares de cada zona. Neste capítulo procura-se analisar alguns dos aspectos principais do projecto governamental da Frelimo no pós-independência e o seu impacto em Marromeu. É dada uma atenção especial ao impacto da alteração do sistema da administração local a nível das regedorias e unidades inferiores, em particular junto dos antigos chefes, e ao processo de implantação de aldeias comunais. Esta análise parece-nos relevante na medida em que estes factores, aliados à crise económica do pós-independência, permitem identificar algumas das bases que facilitaram o desenvolvimento local da guerra e a instalação da Renamo em determinadas zonas do distrito, processo que por sua vez terá influenciado mais tarde o comportamento eleitoral da população.

Na perspectiva de formar uma nova sociedade “livre da exploração do homem pelo homem”, a Frelimo enveredou por uma política sócio-económica e administrativa, baseada essencialmente na promoção de aldeias comunais, empresas estatais e cooperativas agrícolas nas áreas rurais, ao mesmo tempo que assegurava o controle político-administrativo de base através dos Grupos Dinamizadores.²²

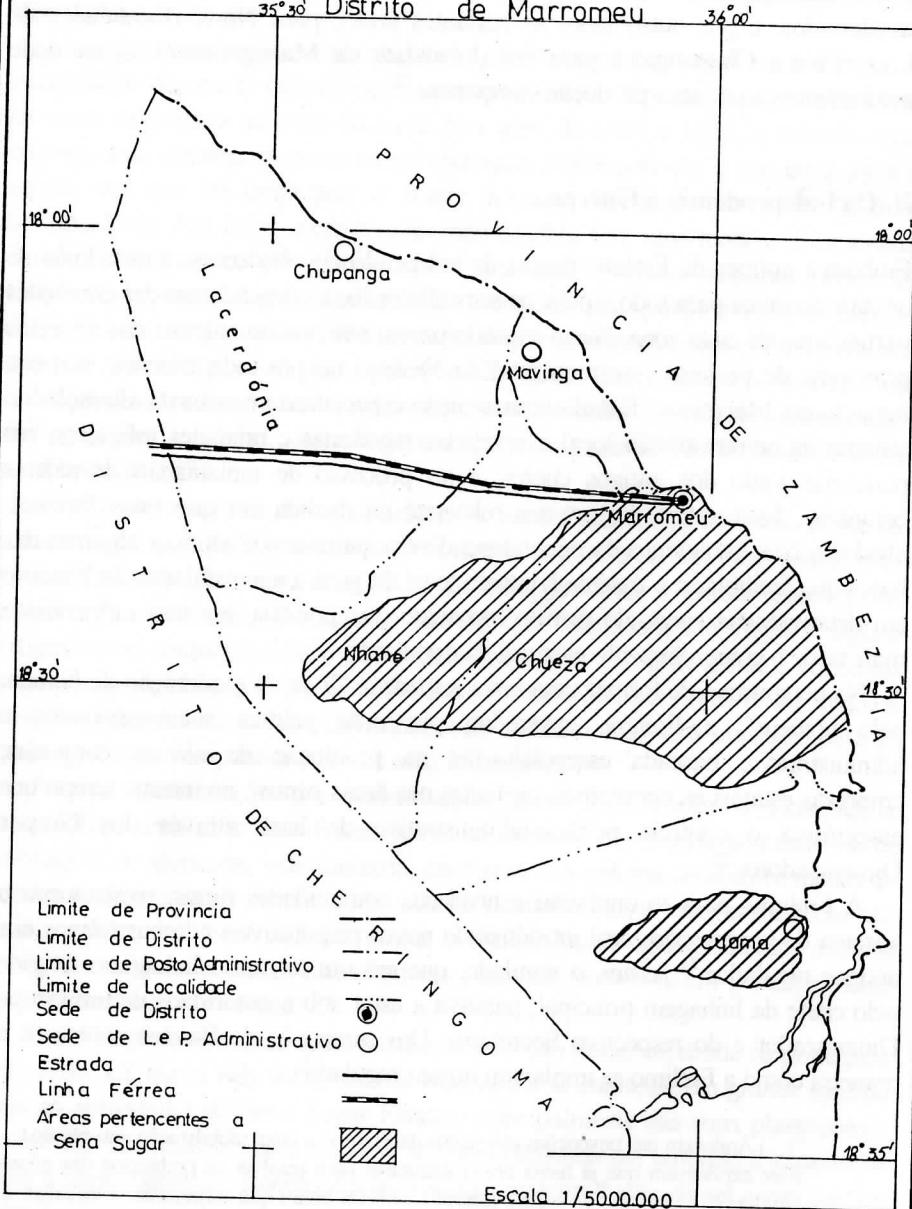
A Frelimo, para se implantar a nível das comunidades rurais, reestruturou o sistema de governação local introduzindo novos responsáveis administrativos nos antigos regulados.²³ Assim, o regulado, que era um território linhageiro dirigido pelo chefe da linhagem principal, passava a estar sob a autoridade de um Grupo Dinamizador e do respectivo Secretário. Um camponês de Bauaze conta-nos a maneira como a Frelimo se implantou no seu regulado:

“(...) Andavam nas povoações elementos da Frelimo a fazer mobilização anti-régulo (...). Eles explicavam que já havia novas estruturas para resolver os problemas das nossas famílias (...) O tempo de colono acabou (...) E foi assim que começaram a trabalhar os novos chefes de Bauaze (...).”²⁴

MAPA II

35° 30' Distrito de Marromeu

36°00'



O estabelecimento da nova estrutura administrativa após a independência nacional foi sentido como um ataque frontal à organização tradicional das populações rurais:

“(...) Os grupos dinamizadores nunca respeitaram as nossas tradições (...) Quando alguém fosse apanhado a pôr Nsembe para os seus antepassados era motivo de problema no bairro (...).”²⁵

Ao tentar destruir o anterior sistema de organização local, a Frelimo queria garantir a sua própria implantação a nível das comunidades rurais, eliminando as forças que no seu entender tinham sido colaboradoras do regime colonial, ou que poderiam vir a ser um obstáculo para o seu projecto revolucionário:

“(...) onde existem elementos conservadores não há revolução (...) onde existe tradição e tradicionalismo não há progresso, só há reaccionários (...).”²⁶

A orientação política da Frelimo não permitia, pois, que as autoridades tradicionais participassem na gestão administrativa do novo Estado independente. Os antigos régulos e suas cortes foram impedidos de se candidatarem a deputados das Assembleias do Povo, não podendo também realizar as cerimónias tradicionais. Um *mwene* do regulado Chueza, lembra como foram impedidos de participar na nova gestão administrativa:

“(...) Logo depois da Frelimo ter chegado em Marromeu começaram a chamar-nos de colonos e exploradores (...) E diziam para a população que a luta da Frelimo foi contra os exploradores (...) Assim como nós podíamos voltar a ser chefes nos bairros se a Frelimo não aceitava os antigos chefes das povoações? (...).”²⁷

Nos primeiros anos da independência esta política da Frelimo em relação às estruturas tradicionais mereceu algum apoio local de parte da população. Para Geffray e Roesch, o apoio dado por uma parte da população no combate às autoridades tradicionais variava de acordo com o nível sócio-económico dos camponeses: geralmente os mais educados, reconhecidos pela administração do distrito, tais como alfaiates ou os seus filhos, comerciantes ou os seus filhos, professores, que historicamente sempre se opuseram às autoridades tradicionais.²⁸ Roesch defende que o apoio das comunidades rurais à política da Frelimo de combate ao poder tradicional tinha um carácter mais material que ideológico. A oposição dos camponeses às estruturas tradicionais ia contra o papel desempenhado por estes, como colaboradores e beneficiários materiais do sistema de exploração e opressão coloniais.²⁹

Em muitas áreas do distrito de Marromeu as novas estruturas da Frelimo foram relativamente bem aceites como se pode depreender do seguinte testemunho:

O estabelecimento da nova estrutura administrativa após a independência nacional foi sentido como um ataque frontal à organização tradicional das populações rurais:

“(...) Os grupos dinamizadores nunca respeitaram as nossas tradições (...) Quando alguém fosse apanhado a pôr Nsembe para os seus antepassados era motivo de problema no bairro (...).”²⁵

Ao tentar destruir o anterior sistema de organização local, a Frelimo queria garantir a sua própria implantação a nível das comunidades rurais, eliminando as forças que no seu entender tinham sido colaboradoras do regime colonial, ou que poderiam vir a ser um obstáculo para o seu projecto revolucionário:

“(...) onde existem elementos conservadores não há revolução (...) onde existe tradição e tradicionalismo não há progresso, só há reaccionários (...).”²⁶

A orientação política da Frelimo não permitia, pois, que as autoridades tradicionais participassem na gestão administrativa do novo Estado independente. Os antigos régulos e suas cortes foram impedidos de se candidatarem a deputados das Assembleias do Povo, não podendo também realizar as cerimónias tradicionais. Um *mwene* do regulado Chueza, lembra como foram impedidos de participar na nova gestão administrativa:

“(...) Logo depois da Frelimo ter chegado em Marromeu começaram a chamar-nos de colonos e exploradores (...) E diziam para a população que a luta da Frelimo foi contra os exploradores (...) Assim como nós podíamos voltar a ser chefes nos bairros se a Frelimo não aceitava os antigos chefes das povoações? (...).”²⁷

Nos primeiros anos da independência esta política da Frelimo em relação às estruturas tradicionais mereceu algum apoio local de parte da população. Para Geffray e Roesch, o apoio dado por uma parte da população no combate às autoridades tradicionais variava de acordo com o nível sócio-económico dos camponeses: geralmente os mais educados, reconhecidos pela administração do distrito, tais como alfaiates ou os seus filhos, comerciantes ou os seus filhos, professores, que historicamente sempre se opuseram às autoridades tradicionais.²⁸ Roesch defende que o apoio das comunidades rurais à política da Frelimo de combate ao poder tradicional tinha um carácter mais material que ideológico. A oposição dos camponeses às estruturas tradicionais ia contra o papel desempenhado por estes, como colaboradores e beneficiários materiais do sistema de exploração e opressão coloniais.²⁹

Em muitas áreas do distrito de Marromeu as novas estruturas da Frelimo foram relativamente bem aceites como se pode depreender do seguinte testemunho:

“(...) O régulo no tempo colonial vivia bem (...) havia família que por causa de um problema qualquer era obrigada a ficar durante muito tempo em casa do régulo para fazer trabalho de casa ou cultivar grandes pedaços de terras (...) Quando entrou a Frelimo muitas dessas famílias já não queriam saber nada do régulo (...)”,³⁰

Segundo alguns representantes das autoridades tradicionais, nesse período sentiam a hostilidade de parte da população que, na base do discurso da Frelimo, os considerava autênticos exploradores:

“(...) acabem com os xiconhucas (...) porque vão voltar a explorar o povo (...) agora é tempo de liberdade, precisamos de outras pessoas para nos governar (...) o tempo do colono acabou (...)”³¹

De acordo com o testemunho de um régulo,³² ele, tal como muitos outros chefes tradicionais, foi informado num comício que já não havia lugar para ele na nova ordem política. Num processo semelhante ao descrito por Geffray em relação ao Eráti,³³ também no distrito de Marromeu os representantes tradicionais foram marginalizados e humilhados, foram eliminadas as suas prerrogativas políticas, sociais e religiosas. Assim, para muitos deles, a guerra aparece como consequência do seu afastamento pela Frelimo, da devastação dos lugares de culto e da destruição dos objectos sagrados:

“(...) deixámos as nossas casas, as nossas árvores, os nossos cemitérios para viver em aldeias da Frelimo (...) Tudo isto foi-nos deixado pelos nossos antepassados e eram muito felizes (...)”³⁴

Esta interpretação das autoridades tradicionais revela o seu descontentamento e rancor face à marginalização a que foram sujeitos quando da implantação das novas estruturas do partido e do governo no distrito, no período pós-independência. A reorganização do poder administrativo representava para a Frelimo o combate às estruturas de dominação e de opressão, de forma a edificar novas formas de poder que servissem os interesses das massas, visto que as estruturas do poder tradicional incorporavam elementos de exploração do povo. Para a Frelimo, a eliminação do poder tradicional dentro das novas estruturas administrativas representava a destruição dos vestígios do colonialismo a nível de base.³⁵

A política de desenvolvimento rural definida pela Frelimo tinha como um dos elementos centrais a criação de aldeias comunais. No processo de edificação das aldeias comunais em Marromeu podem distinguir-se dois períodos: um de 1976 a 1977, e outro de 1978 a 1982. O primeiro é caracterizado por uma mobilização no seio dos camponeses levada a cabo pelos responsáveis distritais e visando mostrar a necessidade e as vantagens de criarem aldeias comunais. O segundo período é caracterizado por uma colectivização apressada da população, resultado, por um

lado, das cheias do rio Zambeze (1978) e, por outro lado, do início da guerra na região (1982).

Em finais de 1976, os promotores das aldeias comunais, essencialmente funcionários da administração distrital e secretários dos Grupos Dinamizadores, realizaram uma campanha de mentalização³⁶ e auscultação da população com vista a levá-la a participar na construção das aldeias. Os promotores das aldeias afirmavam que a população assim organizada e praticando formas colectivas de produção aceleraria o desenvolvimento das forças produtivas, ocasionando o aumento da produção e da produtividade, donde resultariam melhores condições de vida. Um camponês que viveu na aldeia comunal de Chupanga contou o tipo da mobilização que foi feito no seu regulado (Kundue), em 1976/1977:

“(...) Os secretários dos bairros e elementos das aldeias comunais que viviam na vila de Marromeu andaram durante muito tempo aqui a dizer que era mais fácil termos uma vida boa na aldeia (...) Eles diziam que quem fosse para a aldeia recebia apoio do Estado em instrumentos de trabalho, hospitais, lojas (...).”³⁷

Nos primeiros anos da independência, as comunidades rurais acreditaram no projecto de desenvolvimento rural da Frelimo e responderam em certa medida ao apelo dos representantes do novo poder para edificar aldeias comunais e machambas do povo. Muitas das pessoas que apoiaram este projecto pensavam, por um lado, que ele iria proporcionar-lhes melhores condições de vida, e por outro, que as novas aldeias seriam uma espécie de acampamentos desenvolvidos pela Sena Sugar Estates, onde disporia de água em abundância, por meio de poços providos de bombas e depósitos anexos, de árvores de fruta e todo tipo de alimentação, de postos sanitários e de cantinas, como se pode constatar pelo seguinte testemunho:

“(...) Quando fomos à aldeia, nós pensámos que íamos encontrar uma boa vida com habitação, escolas, moagem, cantinas como nos acampamentos construídos pela Sena Sugar (...) Nestes acampamentos sofria-se porque custava cortar cana, mas eles viviam bem (...).”³⁸

Segundo um responsável da época, o projecto de formação de aldeias comunais estava planeado para se iniciar do Norte para o Sul do distrito. O aldeamento iniciar-se-ia, portanto, nas zonas marginais da Sena Sugar, principalmente Lacerdónia (regulados de Mponda, Mangaze, Kundue, Nhamula, Thozo, Bauaze, Nensa) e localidade de Kuama (regulados de Malingapanse, Nzingo, Macunholomo). A zona Central (regulados de Nhane e Chueza), sob influência directa da companhia açucareira, seria a última a ser abrangida. Para os promotores das aldeias esta orientação de Norte para Sul justificava-se porque era nessas zonas onde a população tinha um nível de vida muito baixo e onde a

criação de aldeias comunais iniciaria um processo económico que levaria ao aumento do seu nível de vida.³⁹

A partir dos finais dos anos setenta, passaram a existir em Marromeu dois tipos de aglomerações populacionais específicos. Por um lado, foram construídas aldeias comunais no quadro do novo projecto sócio-económico da Frelimo, as quais estavam predominantemente localizadas em Lacerdónia e em Malingapanse. Por outro lado, os bairros da Sena Sugar Estates, existentes desde o período colonial, foram transformados em bairros comunais. Em consequência de cheias, uma parte da população afectada foi também aglomerada em novas aldeias comunais construídas junto dos bairros da Companhia.⁴⁰

Em Março de 1978 foi estabelecida a primeira aldeia comunal no distrito, designada 25 de Setembro, localizada no regulado Bauaze. Foram incorporados nesta aldeia uma parte dos habitantes do regulado que viviam nas zonas baixas junto do rio Zambeze. No distrito de Marromeu, que contava em 1980 com aproximadamente 75 mil habitantes,⁴¹ existiam nessa altura dez aldeias comunais, ficando uma parte delas fora das zonas da Sena Sugar Estates (25 de Setembro, Milha 12, Maviga, Chupanga e Lwmbe) e abrangendo uma população de cerca de 12.575 pessoas, e a outra parte constituída por bairros desenvolvidos à volta de antigos acampamentos da Sena Sugar Estates (Kenneth Kaunda, 1º de Maio, Samora Machel, 7 de Abril e 25 de Junho), correspondendo a 23.338 habitantes.⁴²

Em resultado, primeiro das cheias do rio Zambeze e depois da guerra que chega ao distrito entre 1978 e 1984, o crescimento do número de aldeias e bairros comunais e a percentagem da população agrupada foi considerável. Durante o período das cheias foram construídas um total de oito aldeias comunais: Malingapanse, Nhamacomeia, Inharugue, Mapue, Maviga, Chupanga, Milha 12 e Pandue, nas quais passaram a viver cerca de 14 mil famílias.⁴³ A maior parte das famílias evacuadas provinha principalmente das ilhas e das zonas baixas. De 45 mil famílias afectadas, 18 mil foram evacuadas para lugares seguros.⁴⁴

O aumento de número de população nas aldeias agudizou as condições de vida dessas comunidades, visto que as infraestruturas sócio-económicas montadas já não respondiam às necessidades da população residente. Desde finais de 1978 que tinham começado a surgir sinais de descontentamento. A população queimou casas na aldeia 25 de Setembro, elementos da seita Testemunhas de Jeová mobilizaram-se e fizeram manifestações. As populações que no princípio beneficiavam de apoios queixavam-se dos "novos inquilinos" das aldeias e das outras pessoas que ainda viviam isoladas, porque sempre que havia distribuição de donativos estas apareciam e recebiam a sua parte, fazendo com que muitos aldeões ficassem sem receber os donativos. Tudo isto provocava o abandono parcial das aldeias comunais. Para fazer face a esta situação foi criada uma comissão distrital que levou a cabo uma campanha de mobilização. Mas a comissão não tardou a ser vítima de ameaças e agressões. Um indivíduo de nome Tenente, com ajuda de alguns representantes tradicionais e jovens, organizou um

grupo armado com zagaias e catanas com o objectivo de agitar a aldeia e desorganizá-la. Esta acção acabou por ser neutralizada pelas autoridades policiais.⁴⁵

As populações que viviam nas aldeias comunais não estavam também satisfeitas com a organização económica baseada nas formas colectivas de produção. O trabalho colectivo não trouxe resultados positivos, visto que muitas famílias não viam para onde iam os dividendos do seu trabalho:

“(...) Todos os dias as nossas famílias iam cultivar as machambas do povo, mas quando chegava altura de colher os nossos rendimentos não viam nada (...) só os chefes da aldeia e os seus familiares é que comiam (...)”.⁴⁶

Entretanto, uma parte da população continuava a viver nas suas antigas zonas tradicionais, resistindo a abandonar as suas terras, propriedades e prerrogativas familiares ou individuais para viverem em aldeias comunais e dedicarem-se aos trabalhos colectivos nas machambas do povo ou cooperativas agrícolas.⁴⁷ Para esta parte da população as aldeias eram uma espécie de “curral de animais” onde não havia espaço para nada:

“(...) nas aldeias não havia espaço para fazermos as nossas criações, para plantarmos as nossas árvores de fruta (...) aquilo era um autêntico curral de animais. Enquanto uns faziam necessidades maiores outros estavam a tomar banho (...)”.⁴⁸

É uma ideia comum que a vida nas aldeias comunais era muito difícil devido ao elevado número de indivíduos, ao desconhecimento do meio ambiente, à falta de terras para cultivar, à inoperância das estruturas sócio-económicas, à falta de instrumentos de trabalho, à falta de solidariedade entre os indivíduos e ao aumento da feitiçaria.

A destruição da rede comercial⁴⁹ e a crise da comercialização⁵⁰ daí resultante afectaram não só a população, que ficou dispersa, mas também comprometeram seriamente o projecto aldeão da Frelimo. A maior parte dos canteiros⁵¹ abandonaram o distrito logo que se desenhou a independência. Muitos estabelecimentos ficaram encerrados, principalmente os que ficavam fora da vila-sede do distrito. As populações deixaram de manter e reparar as estradas, pois já não circulavam com frequência as carrinhas dos comerciantes privados para comprar os seus produtos.

O desmoronamento do sistema de comercialização provocou uma crise: muitas famílias deixaram de ter produtos de primeira necessidade e instrumentos de trabalho. Para colmatar a crise, as autoridades governamentais introduziram novas formas de comercialização baseadas num misto de lojas do povo, cooperativas de consumo e uma empresa de comercialização estatal (Agricom). A implantação destas novas formas de comercialização não conseguiu resolver os

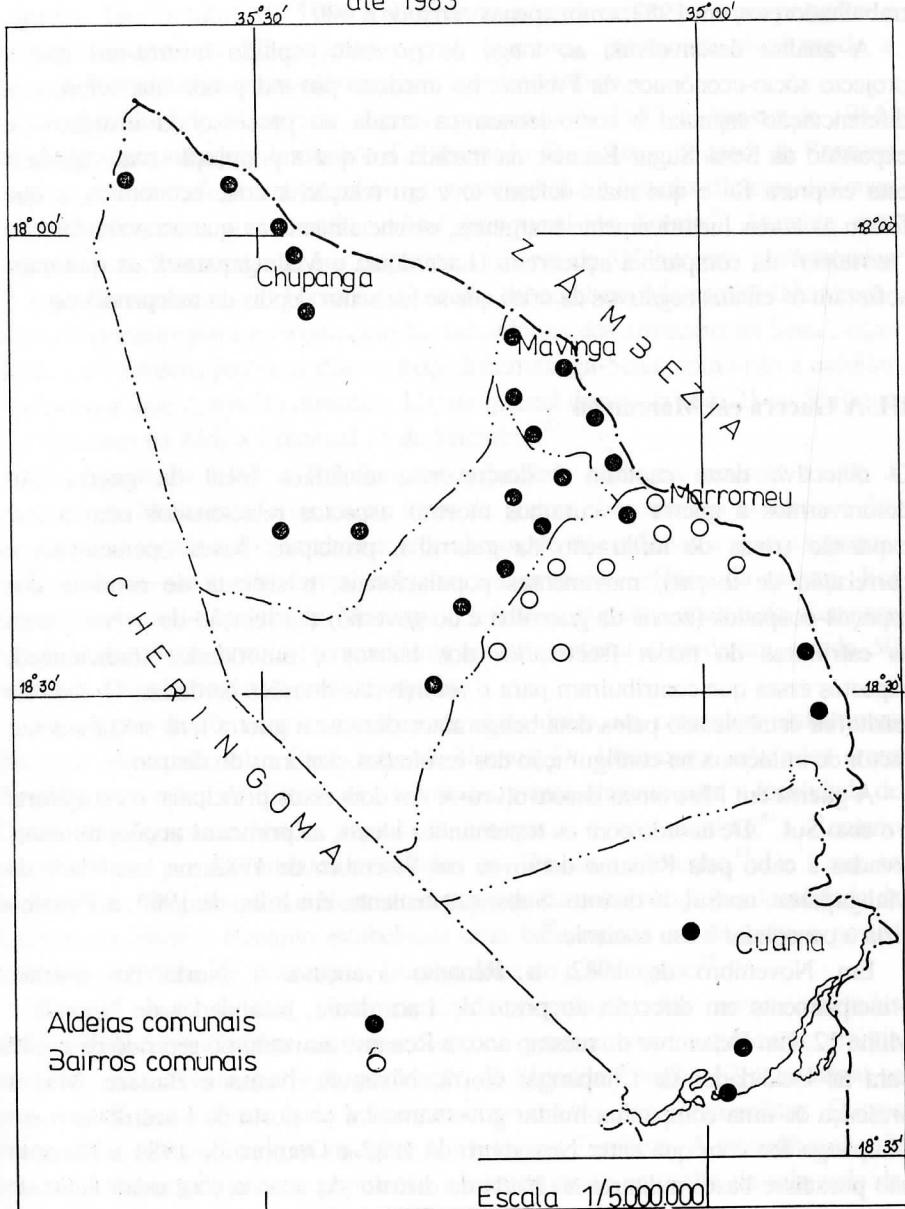
problemas das comunidades rurais: o comércio estatal, as lojas do povo e as brigadas e postos fixos de comercialização não se revelaram capazes de melhorar a situação da comercialização e do abastecimento. O restabelecimento do comércio privado facilitou o acesso comercial dos campesinos, mas numa área muito limitada, não respondendo às exigências globais dos circuitos económicos regionais. A quebra na comercialização reduziu o rendimento monetário e afectou a produção das comunidades. Muitas famílias ficaram com excedentes por comercializar, visto que não tinham onde fazê-lo. Algumas famílias percorriam 20, 30 ou 50 Km à procura da colocação do seus excedentes. Com a intensificação da guerra as coisas pioraram, visto que as famílias deixaram praticamente de poder circular.

A crise alimentar que a Sena Sugar Estates estava a atravessar no início dos anos oitenta, em resultado das constantes sabotagens a que a linha férrea estava sujeita, levou a companhia juntamente com as estruturas distritais da agricultura, a montar uma rede de comercialização directa de bens em 1984. Este sistema de comercialização foi instalado nas aldeias e bairros comunais por brigadas móveis. A Sena Sugar trocava produtos de primeira necessidade pelos cereais da população. No entanto, devido à guerra, este projecto de comercialização só funcionou durante um ano.⁵²

Perante esta situação de inoperância das estruturas sócio-económicas e políticas, o projecto das aldeias começou a perder credibilidade junto das comunidades rurais. A falta de abastecimento, de transportes, de apoio em maquinaria, aliada à inoperância das estruturas comerciais das aldeias, levou ao descontentamento generalizado, que por sua vez conduziu a formas de resistência. Muitas pessoas deixaram de ir às machambas ou, quando iam, passavam a maior parte do tempo a cultivar o mesmo pedaço de terra. Outras regressavam às suas antigas zonas, e para não levantarem suspeitas das estruturas do poder deixavam as suas casas intactas nas aldeias.⁵³

Embora relativamente protegida, a população mais ligada à Sena Sugar Estates também foi afectada pela crise que sofreu a produção do açúcar. Depois de uma baixa espectacular entre 1974 e 1976, a produção estabilizou-se até 1979 na ordem das 26.000 tons por ano.⁵⁴ No ano de 1980 a produção de açúcar caiu para 11.629 tons, tendo havido uma recuperação no ano seguinte, com cerca de 39.000 tons. De 1981 para diante a produção voltou a decrescer, até atingir 678 tons em 1984. As causas desta redução foram essencialmente, numa primeira fase, um processo de fuga de capitais do país, que levou o Estado a intervencionar a empresa em 1978,⁵⁵ e depois a deficiência de organização resultante da falta de quadros e operários qualificados, a falta de peças sobressalentes para equipamentos agrícolas, de transporte e da própria fábrica e, naturalmente, a redução da produção da cana sacarina. A estes factores podem somar-se vários outros como a guerra, a seca, mas também a má gestão.⁵⁶

MAPA III
Distribuição de Bairros e Aldeias comunais
até 1983



Do ponto de vista da mão de obra, a situação teve uma evolução semelhante: à medida que as dificuldades de produção aumentavam, a tendência de contratação de mão-de-obra foi decrescendo. Em 1974 havia aproximadamente 16.000 trabalhadores e, em 1983, eram apenas cerca de 8.000.⁵⁷

A análise desenvolvida ao longo do presente capítulo mostra-nos que o projecto sócio-económico da Frelimo, no imediato pós-independência, reforçou a diferenciação espacial e sócio-económica criada no processo da instalação e expansão da Sena Sugar Estates, na medida em que a população mais ligada a esta empresa foi a que mais defesas teve em relação à crise económica, e que foram as zonas historicamente marginais, essencialmente as que estavam fora do “território” da companhia açucareira (Lacerdónia e Maligapanse), as que mais sofreram os efeitos negativos da crise que se fez sentir depois da independência.

III. A Guerra em Marromeu

O objectivo deste capítulo é descrever a dinâmica local da guerra. Ao descrevermos a guerra procuramos mostrar aspectos relacionados com a sua expansão (rotas de infiltração da guerrilha, principais bases operacionais e correlação de forças), movimentos populacionais, o sistema de controle dos espaços ocupados (zonas da guerrilha e do governo) e a relação do exército com as estruturas do poder (secretários dos bairros e autoridades tradicionais), aspectos esses que contribuíram para o reforço das divisões herdadas. O controle territorial estabelecido pelos dois beligerantes durante a guerra terá sido mais um factor de influência na configuração dos resultados eleitorais do distrito.

A guerra em Marromeu desenvolveu-se em dois eixos principais: o eixo Norte e o eixo Sul.⁵⁸ De acordo com os testemunhos locais, as primeiras acções militares levadas a cabo pela Renamo deram-se em Setembro de 1982, na localidade de Maligapanse, no Sul do distrito. Subsequentemente, em Julho de 1985, a Renamo viria a consolidar o seu controle.⁵⁹

Em Novembro de 1982, a Renamo avançava a Norte do distrito, principalmente em direcção ao posto de Lacerdónia, localidades de Nponda e Milha 12. Em Dezembro do mesmo ano, a Renamo aumentou o seu raio de acção para as localidades de Chupanga, Gorra, Nhamula, Nensa e Bauaze. Mas a presença de uma companhia militar governamental no posto de Lacerdónia e em Chupanga fez com que entre Novembro de 1982 e Outubro de 1984 a Renamo não possuísse bases militares ao Norte do distrito. As suas acções eram feitas de forma esporádica e coordenadas a partir de fora do distrito, visto que em Marromeu a Renamo dispunha simplesmente de pequenos acampamentos onde os seus combatentes permaneciam um a dois dias e depois fugiam.⁶⁰

Durante este período, o comando militar distrital das forças governamentais dava um grande apoio logístico aos militares posicionados em Lacerdónia. Perante

esta situação, a Renamo começou a fazer operações de grande envergadura na estrada que liga a vila-sede de Marromeu e o posto de Lacerdónia, procurando com estas acções dificultar o abastecimento de alimentação e de armamento aos militares. Em Outubro de 1984, os militares abandonaram as suas posições e foram refugiar-se em Cheringoma e em Marromeu, permitindo deste modo à Renamo o domínio do posto administrativo de Lacerdónia.

Os arredores de Marromeu, durante o período de 1982 a Agosto de 1984, sofreram apenas ataques limitados. Tal limitação das acções militares da Renamo deveu-se a uma forte presença militar governamental e à ligação eficiente das suas comunicações com o comando militar provincial de Sofala.⁶¹ Durante este período, o efectivo militar de que dispunha a vila era de 350 homens, posicionados da seguinte maneira: 100 homens na escolta do comboio Marromeu-Inhaminga-Beira, importante para o escoamento de mercadorias dos armazéns da Sena Sugar Estates; 50 homens posicionados no troço Inhamitanga-Sena, com vista a escoltar os comboios que iam nesta direcção; 120 no quartel dentro da vila; 25 na Safrique e os restantes na Aldeia Comunal 25 de Setembro.⁶²

Até Agosto de 1984, a Renamo não tinha feito nenhuma incursão militar à vila-sede de Marromeu, mas os rumores da guerra chegavam já aí através das pessoas deslocadas e dos assaltos aos comboios de mercadorias e de passageiros, produzindo-se assim, de forma indirecta, os primeiros efeitos da guerra. Em Setembro de 1984, a vila de Marromeu sofreu o primeiro ataque da Renamo. Nessa acção ficou ferido o comandante militar distrital e perderam a vida 50 militares governamentais e o administrador.⁶³

As acções da Renamo provinham de duas direcções principais: Inhaminga (base de Maciambose) e Caia (base de Ndoro). De Inhaminga as acções eram dirigidas para o Sul do distrito de Marromeu, principalmente para a localidade de Cuama-Malingapanse, onde, depois de assegurar o seu domínio, a Renamo construiu dois postos militares avançados em Daudo e Milambe.⁶⁴ De Caia, as acções eram dirigidas para o Norte do distrito, principalmente para a localidade de Lacerdónia, onde a Renamo estabeleceu uma base militar em Micadjo e postos militares em Milha 12, Nhamitete, Gumbe, Barreto e Nhangaze.⁶⁵

Durante este período, uma parte da população das zonas afectadas directamente pelas acções militares começou gradualmente a procurar refúgio noutras zonas. Assim, parte da população de Mponda e Milha 12 concentrou-se no posto de Lacerdónia, onde a Frelimo dispunha de uma força militar. Outros foram fixar-se nas ilhas e na margem Norte do rio Zambeze. A intensificação da guerra acabaria por levar a população a concentrar-se em volta da vila-sede do distrito de Marromeu, onde foi acomodada em centros ou integrada em bairros da Sena Sugar. Houve, no entanto, uma parte da população que preferiu regressar às suas zonas de origem e viver sob o controle da Renamo. Estas famílias não estavam dispostas a trocar as suas terras por um ambiente desconhecido. Por outro lado, elas aproveitaram a oportunidade para se “libertarem” das aldeias

comunais.⁶⁶ Para além deste problema, muitas das famílias que regressavam às suas antigas zonas não estavam satisfeitas com a situação de dependência em relação à população que as acolheu, visto que tinham que alugar terras e instrumentos de trabalho:

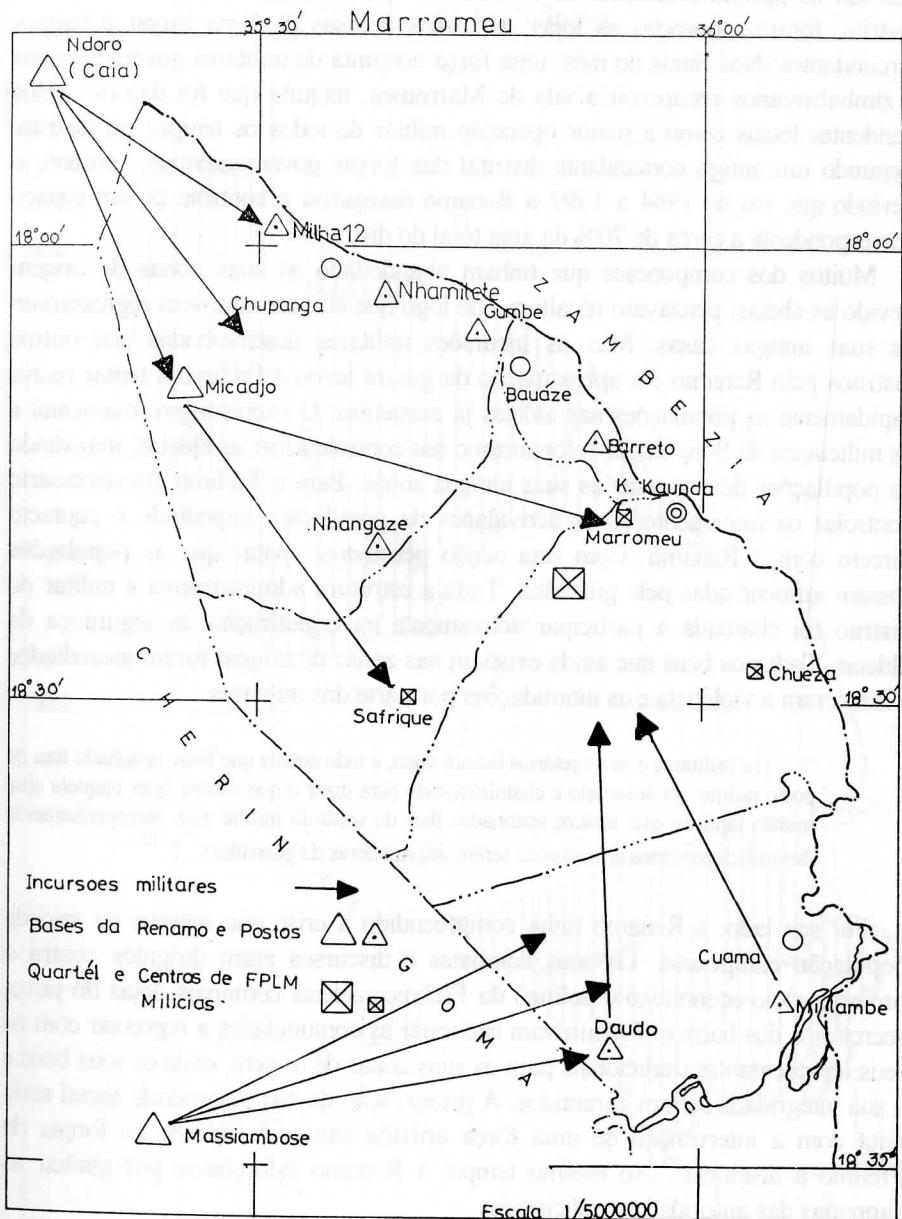
“(...) muitos de nós não tínhamos terras nem instrumentos de produção. Para conseguirmos um pequeno pedaço de terra tínhamos que alugar ou trabalhar primeiro como empregados nas machambas das pessoas (...) por isso preferimos voltar às nossas zonas, onde tínhamos as nossas terras (...)”.⁶⁷

Em Outubro de 1984, a Renamo intensificou de uma forma dramática as suas acções militares, limitando severamente o controle governamental e a presença simbólica e física do Estado: aldeias comunais, lojas do povo, secretários dos bairros, passaram a ser os alvos privilegiados dos ataques. Para além destas acções, a Renamo dirigiu toda a sua guerra contra as infraestruturas sócio-económicas da Sena Sugar Estates: a linha férrea que liga Marromeu à Beira, os acampamentos dos trabalhadores, os armazéns e as estradas. Na óptica da Renamo estas infraestruturas eram o garante da sobrevivência económica e política do distrito e, consequentemente, do governo. A sua sabotagem tinha por finalidade criar um descontentamento generalizado da população local e subtrair uma importante fonte de receitas e de abastecimento de açúcar para o país, criando desta forma dificuldades para o normal funcionamento da vida sócio-económica do distrito.⁶⁸ Isto é confirmado num relatório do Instituto Nacional do Açúcar:

“(...) A açucareira de Marromeu viu a utilização das vias de comunicação ser drasticamente limitada e a instabilidade social dos trabalhadores aumentar (...) Os efeitos da guerra obrigaram a que Marromeu, a partir do ano de 1982, por limitação da utilização das vias, agravado pelo mau estado de linha férrea, verificasse: por um lado, a não recepção de combustível, carvão e oxigénio em quantidade suficiente para o funcionamento das campanhas, e, por outro, de alimentação e bens de consumo o que levou à baixa de produtividade (...)”.⁶⁹

Perante a intensificação das acções militares da Renamo, as autoridades governamentais decidiram reforçar a capacidade militar do distrito. Em Novembro e Dezembro de 1984 chegou a Marromeu o Batalhão 515, que se posicionou da seguinte maneira: uma companhia na aldeia comunal Kenneth Kaunda, duas companhias na vila de Marromeu e uma companhia na Safrique. Para além deste efectivo militar governamental, a Sena Sugar Estates, em colaboração com o comando distrital, treinou um batalhão de milicianos que foram posicionados nos acampamentos.⁷⁰

MAPA IV



Em Janeiro de 1986 a Renamo atacou a sede do distrito e ocupou-a, obrigando a força militar aí posicionada a recuar para ao distrito de Chinde. Durante o período de aproximadamente de 20 dias em que a Renamo ocupou a sede do distrito, foram saqueadas as lojas, armazéns e casas da Sena Sugar e bairros circundantes. Nos finais do mês, uma força conjunta de militares governamentais e zimbabweanos recuperou a vila de Marromeu, naquilo que foi descrito pelos residentes locais como a maior operação militar de todos os tempos no distrito. Segundo um antigo comandante distrital das forças governamentais, durante o período que vai de 1984 a 1992 a Renamo assegurou o controle de um espaço correspondente a cerca de 70% da área total do distrito.⁷¹

Muitos dos camponeses que tinham abandonado as suas zonas de origem devido às cheias, pensavam na altura que logo que elas terminassem regressariam às suas antigas casas. Mas as incursões militares desenvolvidas nos outros distritos pela Renamo e a aproximação da guerra levou a Frelimo a tentar reunir rapidamente as populações nas aldeias já existentes. O exército governamental e os milicianos da Sena Sugar reforçaram o seu controle sobre as aldeias, impedindo as populações de regressar às suas antigas zonas. Para a Frelimo era necessário controlar os movimentos e as actividades da população, impedindo o contacto directo com a Renamo. Com esta acção pensava-se evitar que as populações fossem influenciadas pela guerrilha. Toda a estrutura administrativa e militar do distrito foi chamada a participar activamente na organização da segurança da aldeias. Todos os bens que ainda existiam nas zonas de origem foram incendiados e cresceram a violência e as intimidações por parte dos militares:

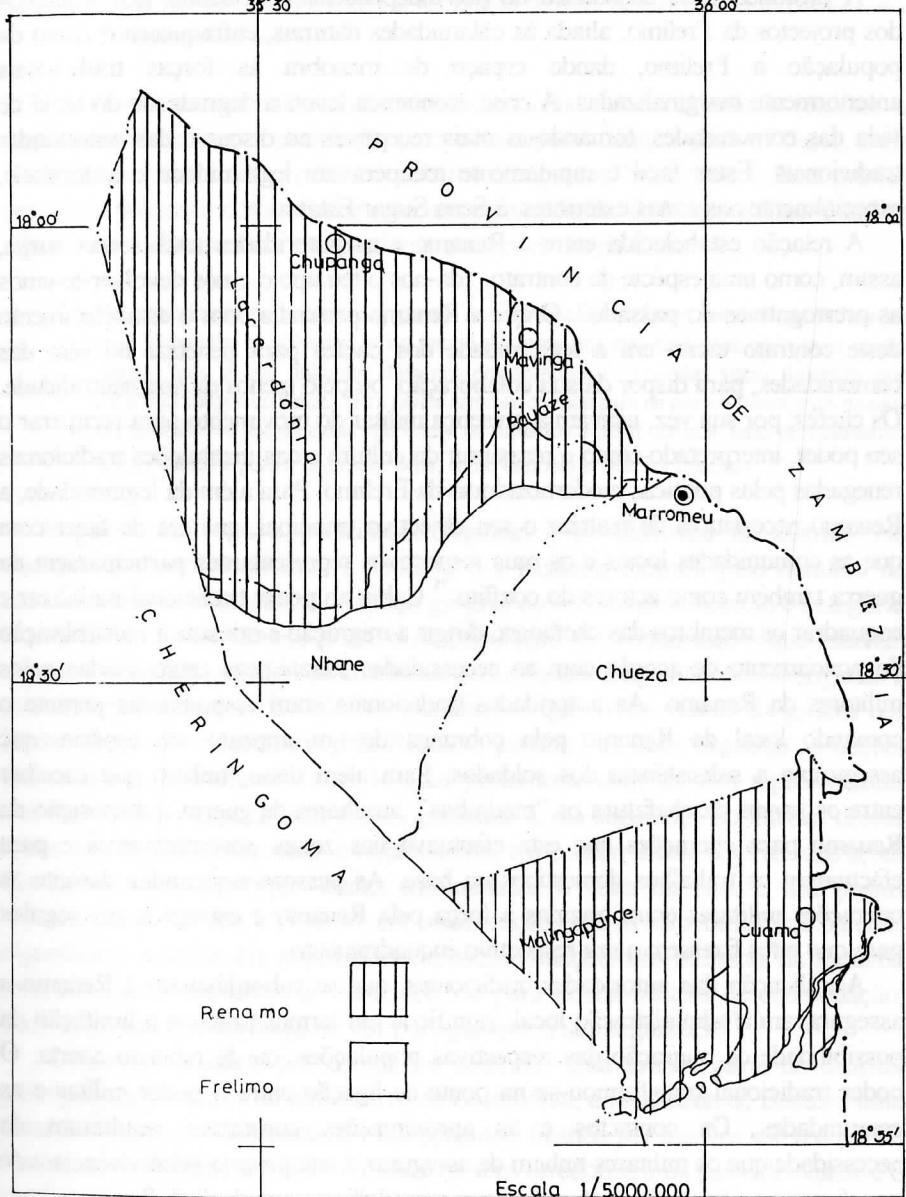
“(...) os militares e os secretários faziam vigia, e todo aquele que fosse apanhado fora do posto militar era amarrado e chamboqueado para dizer o que estava fazer naquele sítio muitas famílias que fossem apanhadas fora do controle militar sem acompanhamento dos milicianos eram acusadas de serem informadoras da guerrilha (...)”⁷²

Por seu lado, a Renamo tinha compreendido a crise que reinava no seio da população camponesa. Os seus combates e discursos eram dirigidos contra o projecto sócio-económico e político da Frelimo: aldeias comunais, lojas do povo, secretários dos bairros. Procuravam encorajar as comunidades a regressar com os seus representantes tradicionais para as suas zonas de origem, onde os seus bens e a sua integridade seriam garantidos. A preservação da sua integridade social seria feita com a intervenção de uma força armada capaz de manter as forças da Frelimo à distância.⁷³ Ao mesmo tempo, a Renamo esforçou-se por ganhar as simpatias das autoridades tradicionais:

“(...) quando a Renamo chegou, procurou por mim e disse para abandonar a aldeia e voltar a trabalhar com a minha população como no tempo do colono (...) eles disseram que a guerra era para acabar com as aldeias comunais e devolver ao régulo o seu poder (...)”⁷⁴

MAPA V

Zonas de Influência



O poder tradicional tornou-se um factor importante na guerra, visto que a consolidação da Renamo dentro das comunidades locais dependia muito do papel que os representantes tradicionais iriam jogar no conflito.

A profunda crise económica do pós-independência, resultante dos fracassos dos projectos da Frelimo, aliada às calamidades naturais, enfraqueceu o apoio da população à Frelimo, dando espaço de manobra às forças tradicionais anteriormente marginalizadas. A crise económica levou à degradação do nível de vida das comunidades, tornando-as mais receptivas ao discurso das autoridades tradicionais. Estas fáceis e rapidamente recuperavam legitimidade e autoridade, especialmente nas zonas exteriores à Sena Sugar Estates.

A relação estabelecida entre a Renamo e as autoridades tradicionais surge, assim, como uma espécie de contrato: "dá-nos o teu apoio e nós devolver-te-emos as prerrogativas do passado". O que a Renamo pretendia com o estabelecimento deste contrato tácito era a legitimidade dos chefes para penetrar no seio das comunidades, para dispor da sua colaboração, ou pelo menos da sua neutralidade. Os chefes, por sua vez, usavam a presença militar do movimento para recuperar o seu poder, interpretado como o reassumir da cultura e das instituições tradicionais renegadas pelas políticas modernizadoras da Frelimo. Para além da legitimidade, a Renamo necessitava de realizar o seu objectivo principal, que era de fazer com que as comunidades locais e os seus respectivos representantes participassem na guerra também como actores do conflito.⁷⁵ Cabia ao poder tradicional mobilizar e enquadrar os membros das chefatura, dirigir a migração e orientar a redistribuição do povoamento de acordo com as necessidades estratégicas estabelecidas pelos militares da Renamo. As autoridades tradicionais eram responsáveis perante o comando local da Renamo pela cobrança de um imposto em espécie, que assegurava a subsistência dos soldados. Para além disso, tinham que escolher entre os jovens da chefatura os "madjubas", auxiliares de guerra à disposição da Renamo para operações que esta efectuava nas zonas governamentais e para efectuarem os trabalhos domésticos na base. As pessoas capturadas durante as operações militares eram trazidas à força pela Renamo e entregues aos régulos para que estes fizessem o seu respectivo enquadramento.

A utilização das autoridades tradicionais, que se subordinavam à Renamo e asseguravam a administração local, significou em termos práticos a limitação da possibilidade de migração das respectivas populações, ou de rebelião aberta. O poder tradicional transformou-se na ponte de ligação entre o poder militar e as comunidades. Os contactos e as aproximações constantes resultaram da necessidade que os militares tinham de assegurar a sua própria sobrevivência e de transformar a população destas chefaturas em "olhos e ouvidos" da Renamo.

Os chefes tradicionais procuraram apoiar as acções da Renamo, fazendo com que a população auxiliasse no carregamento de bens e materiais de guerra e pagasse o imposto em espécie para alimentar os soldados:

“(...) Todas as semanas passavam aqui os *mwenes* a recolher comida para os soldados (...) outra população perguntava ao régulo porque vamos dar de comer aos soldados? O régulo respondia que eles eram nossos irmãos, que estavam a lutar contra a Frelimo das aldeias comunais e machambas do povo e precisavam de comer, e caso não dêssemos de comer nós perdíamos a guerra e voltávamos de novo para as aldeias comunais e aí a Frelimo matava-nos (...).”⁷⁶

Os representantes tradicionais passavam, pois, semanalmente a recolher o imposto e a organizar a população para o transporte daquele para as bases, onde os produtos eram armazenados em celeiros designados “magazines”. Essa prática provocou um certo descontentamento nas comunidades, dado que muitas famílias não podiam economizar a sua produção para o tempo de fome:

“(...) sofremos muito durante a guerra. As nossas culturas eram semanalmente levadas para alimentar os soldados, e no tempo de fome nós não tínhamos nada para comer porque tudo o que tínhamos dávamos aos soldados (...) muitas vezes tínhamos que percorrer longas distâncias para poder arranjar comida para os nossos filhos, mas quando chegávamos às nossas casas apareciam os soldados a pedir comida; caso recusássemos, arriscávamos a perder os nossos bens, como também a vida e a família (...).”⁷⁷

A guerra reforçou a polarização regional e populacional no distrito. No decorrer do conflito armado, a Frelimo e a Renamo lutaram pelo domínio do território, tentando aumentar o espaço geográfico sob a sua influência e assegurar o controle do maior número possível de população. As comunidades que estavam sujeitas às acções militares de ambas as partes foram frequentemente obrigadas a procurar novos locais de vida. As populações que viviam antes da guerra nos limites das áreas controladas pela Renamo, portanto as mais expostas às acções dos militares da Frelimo, foram levadas juntamente com os seus representantes tradicionais para lugares onde estava garantida a sua segurança no interior dessas zonas. Os chefes conduziram e organizaram, em conformidade com as instruções dos soldados, a instalação destas comunidades à volta da base e dos postos militares. Por sua vez, a Frelimo, em colaboração com os secretários dos bairros, organizou a retirada das populações expostas às acções dos militares da Renamo para as aldeias comunais já existentes, ou para novos centros de acomodação, onde dispunha de uma força militar para garantir a sua segurança.⁷⁸

A Renamo acabaria por dominar e controlar uma grande parte do distrito, principalmente o posto administrativo de Lacerdónia, a localidade de Bauaze, uma parte de Nhane e a localidade de Malingapanse, ficando por sua vez sob o domínio e controle da Frelimo a vila do distrito e os seus arredores, uma parte de Nhane e a localidade de Chueza. O controle destas regiões e da respectiva população não seria possível sem a presença dumha força militar. Nas zonas sob o controle da Renamo e da Frelimo encontrava-se sempre posicionada uma força militar que procurava garantir a segurança das comunidades. Nas zonas da Renamo havia os militares e os madjubas a controlar as populações. Na zona da Frelimo eram os

militares governamentais e os milicianos da Sena Sugar que controlavam as comunidades.

A guerra aumentou a movimentação das famílias à procura de lugares de maior segurança. Assim, muitas famílias abandonaram os seus bens e as suas localidades e foram refugiar-se na vila-sede e nos seus arredores. Mas outras percorreram longas distâncias e foram fixar-se nos países vizinhos, principalmente em Malawi e Zimbabwe. Os que foram refugiar-se na sede do distrito, foram enquadrados nas aldeias comunais, nos bairros da Sena Sugar, ou instalados em centros de acomodação construídos pelo responsáveis da administração local. Esses centros passaram a receber população proveniente não só das localidades internas do distrito mas também dos distritos vizinhos, como foram os casos de Cheringoma, Luabo e Chinde.⁷⁹ Em todo o distrito foram criados seis centros de acomodação organizados de modo a oferecer o mínimo de condições de vida (acesso a água, apoio sanitário, etc.). Os deslocados recebiam apoio da Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN) e de várias Organizações Não-Governamentais em bens de primeira necessidade, instrumentos de trabalho e sementes. Para além do apoio que recebiam, estas populações procuravam garantir a sua própria subsistência através da produção agrícola. Para reduzir a dependência dos deslocados em relação aos donativos, as autoridades locais distribuíam pequenas parcelas de terra.⁸⁰

Outras várias dezenas de milhar de famílias colocaram-se sob a protecção das armas da Renamo, recusando-se a abandonar as suas terras, casas, culturas e bens, ficando desde modo sob a administração da Renamo. A sua sobrevivência económica assentava em três pilares: a agricultura familiar, a caça e a pesca. Estas actividades forneciam a alimentação de subsistência e o imposto em espécie que devia ser pago aos soldados. Em certos casos, o comércio também constituiu uma actividade alternativa de sobrevivência. Muitos percorriam a distância até Sungué-Caia ou Micaune-Chinde à procura de sal que depois levavam para as suas zonas onde era trocado por cereais. A população de Malingapanse, devido ao seu posicionamento geográfico junto do Oceano Índico, levava grandes quantidades de sal e peixe seco para trocar noutras áreas do interior. Outros produtos muito utilizados nas trocas pela população de Malingapanse eram o óleo de coco e o próprio coco. Por seu lado, as famílias que viviam no posto administrativo de Lacerdónia utilizavam a carne seca e cereais, no tempo de abundância, como elemento de troca.

No período de seca ou de carência de produtos alimentares os camponeses percorriam longas distâncias com carne seca, peixe seco, sal, coco e óleo a fim de trocar por outros produtos de que necessitavam. Muitas das famílias que tinham filhos jovens mandavam-nos até ao Malawi à procura de medicamentos, sabão e vestuário, para depois trocá-los por produtos que lhes faltavam. Aqueles que se deslocavam ao Malawi tinham que aí fazer trabalho remunerado para conseguirem o dinheiro que seria utilizado nas suas compras. Uma outra forma de

terem acesso a esse tipo de bens comercializáveis era entrar nos campos de refugiados, onde podiam conseguir produtos distribuídos pelas Organizações Não-Governamentais. Alguns dos que faziam a viagem para o Malawi levavam as suas redes de pesca, que utilizavam nos lagos para pescar, sendo o peixe seco e depois vendido nos campos de refugiados.⁸¹

Houve pessoas que arriscavam as suas vidas e penetravam nas zonas sob controlo da Frelimo em busca de fósforos, sal, sabão e vestuário. E, por sua vez, em tempo de muita comida nas zonas da Renamo e fome nas zonas da Frelimo, as populações que estavam sob o controle da Frelimo também arriscavam as suas vidas e, usando canoas, penetravam nas áreas da Renamo, onde permaneciam entre três a quatro dias durante os quais trocavam os seus produtos (roupas usadas, caixas de sabão, fósforos, etc.), regressando depois às suas casas.⁸²

Como se viu, a diferenciação no distrito em termos populacionais e territoriais, herdada do tempo colonial, desenvolveu-se e reforçou-se em termos sociais e políticos ao longo da guerra. Isto, aliado ao facto de se ter mantido em grande medida a divisão no período subsequente ao Acordo Geral de Paz (1992), parece ter tido reflexos directos nas eleições de Outubro de 1994.

IV. Eleições e Comportamento Eleitoral

O objectivo deste capítulo é fazer uma descrição e análise do comportamento eleitoral em Marromeu. Ao procurarmos interpretar os resultados eleitorais recorremos a aspectos de ordem histórica, ligados principalmente com a «marca» da Sena Sugar Estates no distrito e, por outro lado, com a orientação da Frelimo e a crise pós-independência que se prolongou e agravou com a guerra.

Com base nos dados eleitorais relativos ao distrito de Marromeu, pode constatar-se a mesma tendência que se observa em termos nacionais e provinciais: a existência de uma polarização partidária que reduz praticamente o sistema multipartidário a um bipartidarismo. Os dados indicam que a Renamo aparece como a força dominante no distrito com 49.5% (a sua votação na província de Sofala foi de 76,8%) e a Frelimo como a segunda força com 19.2% (a sua votação na província foi de 14,5%). As outras forças políticas não tiveram grande expressão eleitoral no distrito, tendo obtido em conjunto 9.6 % dos votos⁸³ (7,3% na província). Para além disto, no distrito de Marromeu encontramos 12,4% de abstenção, 5,2% de votos nulos e 4% de votos brancos.

Um dos aspectos mais salientes dos resultados eleitorais no distrito é que se constata uma clara diferenciação geográfica na implantação dos dois partidos mais votados. Partindo do Norte para o Sul, distinguem-se diferentes zonas de concentração do voto: a Renamo tem a sua presença eleitoral mais sólida na zona Norte (posto administrativo de Lacerdónia, nas localidades de Bauaze, Gombe Gombe, Chupanga e Nensa) e no Sul, na localidade de Malingapanse; por seu

lado, a Frelimo tem a sua maior votação na zona Central (de modo particular na localidade de Chueza e também na localidade de Nhane, embora neste último caso a sua presença seja um pouco mais fraca).⁸⁴

Como se explica esta diferenciação de espaços geográfico-eleitorais em Marromeu?

Na altura da independência e nos primeiros anos que se seguiram, houve uma adesão praticamente total à Frelimo. A inegável legitimidade da Frelimo, o prestígio dos seus dirigentes e guerrilheiros junto das comunidades locais, proporcionou-lhe um apoio decidido da imensa maioria da população de Marromeu. Por todo o distrito a população aderiu à Frelimo como força libertadora da dominação colonial. Muitos esperavam que a Frelimo lhes proporcionasse condições de vida melhores e nalguns casos melhores oportunidades de emprego. Mas esses momentos eufóricos da independência terminaram em finais de 1978, com o começo de conflitos relacionados nomeadamente com o sistema de governação, com as aldeias comunais, o sistema de produção e de comercialização agrárias

As políticas conduzidas pelo governo da Frelimo tiveram um impacto na coesão e no equilíbrio social das comunidades locais, principalmente nas áreas que estavam fora da vila-sede de Marromeu e dos seus arredores. Tal é o caso do posto administrativo de Lacerdónia e da localidade de Malingapanse. As famílias destas áreas não tinham uma ligação histórica muito forte com a Sena Sugar Estates. A sua base de sobrevivência provinha essencialmente da comercialização de excedentes agrícolas ou de culturas de rendimento (milho, mexoeira, mapira, arroz, banana, coco) e de produtos como o peixe seco. Enquanto nas áreas da vila-sede de Marromeu e seus arredores, em grande medida sob influência directa da Sena Sugar, os trabalhadores e a população em geral gozavam, por um lado, dos benefícios que esta companhia proporcionava em termos de infraestruturas sócio-económicas (estradas, habitações, hospital e postos de sanitários, escolas, lojas...) e, por outro lado, de aumentos salariais num contexto de grande baixa de produção e produtividade,⁸⁵ de preços subsidiados de habitação,⁸⁶ electricidade e água canalizada. Para além disso, alguns beneficiaram também de promoções profissionais ou da emulação socialista.⁸⁷ Ao mesmo tempo, esta população beneficiou igualmente das infraestruturas educacionais, sanitárias, da rede comercial privada e das cooperativas de consumo desenvolvidas pela Frelimo. Essas famílias, dados os benefícios que lhes eram proporcionados, tiveram maiores facilidades de se promoverem socialmente. Mas há que ter em conta igualmente que dentro das zonas de influência da Sena Sugar Estates sempre houve uma parte da população que tinha ligações menos fortes com a companhia e cuja sobrevivência dependia no essencial da agricultura familiar e da comercialização dos excedentes. Por outro lado, sendo o acesso à educação um dos principais meios de ascensão social, a maior facilidade para estudar por parte

dos filhos dos empregados da companhia é um dos aspectos realçados por uma série de testemunhos locais:

“(...) Nós nunca tivemos dinheiro para mandar os nossos filhos estudar em Quelimane ou Beira, mas os trabalhadores da companhia podiam mandar os seus filhos estudar. Mesmo no tempo colonial a situação era a mesma (...).”⁸⁸

Perante estes dados podemos concluir que grande parte das famílias camponesas e dos trabalhadores favorecidos no tempo colonial pelos privilégios da Sena Sugar Estates e do Estado continuaram a beneficiar com a Frelimo. Em contrapartida, os que viviam fora das áreas de influência da Sena Sugar continuaram a ser marginais em relação às vantagens proporcionadas pela empresa e pelo Estado. Esta situação é lembrada com muita “raiva” pela população marginalizada:

“(...) Desde o tempo colonial nós sempre sofremos. Muitos de nós não tínhamos dinheiro para pagar impostos (...) Mas aqueles que trabalhavam na fábrica conseguiam pagar imposto e guardar (...) Nós que estávamos sem trabalhar, tínhamos que cultivar a terra e se caso não houvesse boa colheita nós passávamos mal (...) Quando chegou a Frelimo continuámos na mesma situação e eles continuaram como no tempo do Branco (...)”.

O que se pode concluir é que uma grande parte das populações que votaram na Frelimo foram relativamente privilegiadas no tempo colonial e que as comunidades marginais dessa altura, que continuaram a ser marginalizadas após 1975, votaram na Renamo. Para essas comunidades o voto na Renamo era uma tentativa de encontrar uma alternativa melhor às suas condições de vida.

Por outro lado, a Frelimo parece gozar de apoio dos grupos minoritários no distrito, macuas-lomué e nguni que tinham imigrado para trabalhar como mão-de-obra na Sena Sugar Estates.⁹⁰ Os trabalhadores nguni ganhavam mais do que os outros e tinham melhores cargos, o que em certa medida trazia conflitos entre os diferentes grupos.⁹¹ Após 1975 estas diferenças foram eliminadas pela nova política salarial da Frelimo, que procurou estabelecer um salário igual para todos os trabalhadores da mesma categoria, criando deste modo um equilíbrio que beneficiou nomeadamente o grupo dos assalariados locais. Para além do aumento dos salários, a maior parte desta mão-de-obra passou à categoria de trabalhadores efectivos.

A análise que acaba de ser feita não é, no entanto, suficiente para a explicação dos resultados eleitorais. A realidade é que o voto nunca é determinado por um factor isolado, mas sempre resultado de interacção de múltiplos factores de diversa ordem, que só é possível separar em termos de análise.

Quando se observam os resultados eleitorais constata-se imediatamente que é necessário também procurar na história recente do distrito a explicação do

fenómeno de polarização que fez com que certas áreas aderissem mais a um determinado partido. A explicação para isto parece estar em grande parte relacionada com o processo da guerra.

A Renamo, durante o conflito armado que a opôs ao governo da Frelimo, procurou conquistar o controle e exercer a administração de partes do território que viria a designar, à semelhança da Frelimo durante a luta pela independência, por “zonas libertadas”. Após o Acordo Geral de Paz (Outubro de 1992), a Renamo continuou a administrar as suas zonas, limitando ao máximo as movimentações das respectivas populações, ao mesmo tempo que dificultava o acesso das outras formações políticas a essas zonas. Por sua vez, a Frelimo procurou reforçar o seu controle nas áreas de Chueza e Nhane, reactivando as estruturas de base do partido que estavam inoperacionais durante a guerra.⁹²

Durante o período que se seguiu ao Acordo de Paz, houve permanentemente uma tensão entre os dois ex-beligerantes a propósito da definição dos respectivos territórios e tanto a Frelimo como a Renamo lutavam por preservar e controlar ou mesmo ampliar as zonas sob sua administração. Estes antagonismos intensificaram-se no período da campanha eleitoral, chegando a actos de violência. Houve elementos da Frelimo que foram obrigados a abandonar as áreas do posto de Lacerdónia e, por sua vez, membros da Renamo foram impedidos de entrar na zona da Safrique e de Chueza, áreas de grande influência da Frelimo.⁹³

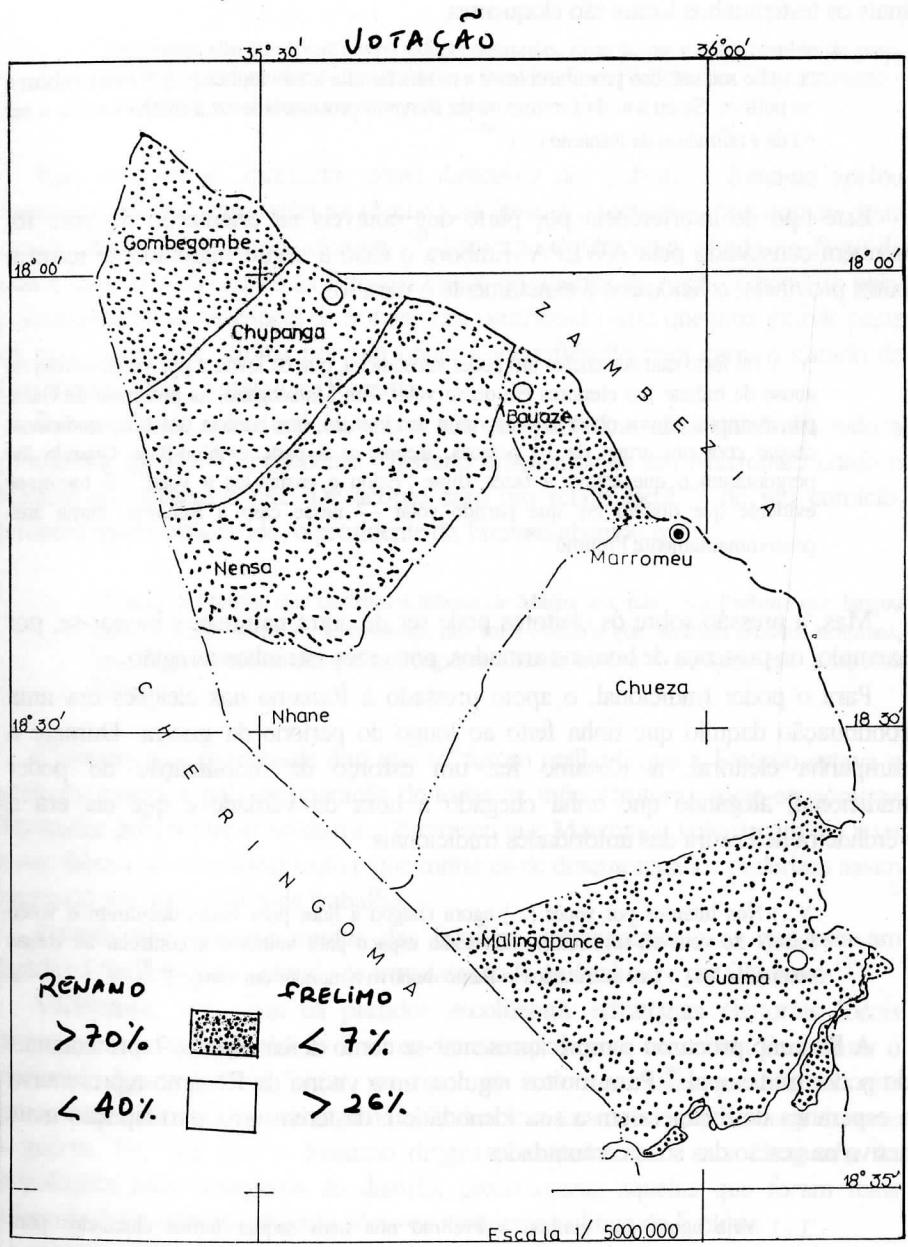
O controle sobre essas zonas ditou vantagens para ambas as partes. Para reforçar o seu poder, tanto a Renamo como a Frelimo procuraram manter as suas próprias estruturas administrativas. A Renamo procurou aproximar-se cada vez mais do poder tradicional, tanto nas zonas sob seu controle como nas zonas sob o controle da Frelimo. Por outro lado, a Frelimo procurou não só reactivar as suas estruturas de base (nomeadamente, secretários das aldeias, dos bairros e chefes de quarteirão) usando para isso meios como a distribuição de bicicletas e rádios, mas igualmente aproximar-se das autoridades tradicionais.

Esse tipo de aliança promovido pelas duas grandes formações políticas era uma espécie de clientelismo onde a distribuição — ou promessa — de vantagens a notáveis locais visava assegurar o voto de determinados sectores do eleitorado que eles podiam influenciar.

O controle dos dirigentes (autoridades tradicionais, secretários dos bairros, secretários políticos, etc.), sobre a população é uma realidade nessas zonas. Nas áreas da Renamo, o controle era regido por uma autêntica lei de ferro, e nas zonas da Frelimo esse controle assentava principalmente na distribuição de benefícios materiais: alimentos, sementes, instrumentos de trabalho. Deste modo, na hora de escolher, as decisões foram influenciadas por factores que nada têm a ver com uma escolha livre e consciente:

“(...) O povo é como uma canoa, onde o remador vai, o povo vai (...) Se o remador for para o Norte o povo vai, e assim sucessivamente (...).”⁹⁴

MAPA - VI



Por outro lado, os “chefes” de família procuram frequentemente convencer os respectivos familiares a fazerem uma determinada opção partidária. Aqui uma vez mais os testemunhos locais são eloquentes:

“(...) Se sou católico procurarei levar a minha família a ser católica (...) Assim também é na política. Se eu sou da Frelimo ou da Renamo procurarei levar a minha família a ser ou da Frelimo ou da Renamo (...)”⁹⁵

Este tipo de interferência por parte dos notáveis na orientação do voto foi também constatado pela AWEPA. Embora o caso a seguir apontado se refira a outra província, o fenómeno é exactamente o mesmo:

“(...) Tal facto deu aos chefes um poder substancial, que os levou a por vezes caírem no abuso de indicar aos eleitores em quem votar. Em Matsengane, na província de Gaza, por exemplo, alguns observadores viram um homem, que parecia um líder tradicional chegar com um grupo de 10 pessoas. Reuniu-as à parte e falou-lhes. Quando lhe perguntaram o que estava a fazer, disse “Estou a ensiná-los a votar”. E tornou-se evidente que dissera em que partido votar — nesse caso a Renamo, numa área predominantemente Frelimo”⁹⁶

Mas, a pressão sobre os eleitores pode ser de outra natureza e basear-se, por exemplo, na presença de homens armados, por vezes estranhos à região.

Para o poder tradicional, o apoio prestado à Renamo nas eleições era uma continuação daquilo que tinha feito ao longo do período da guerra. Durante a campanha eleitoral, a Renamo fez um esforço de mobilização do poder tradicional, alegando que tinha chegado a hora da verdade e que ela era a verdadeira defensora das autoridades tradicionais:

“(...) Nós lutámos por vocês (...) agora chegou a hora para vocês decidirem o vosso futuro. Se votarem na Frelimo não terão espaço para voltarem a controlar as vossas comunidades (...), os secretários voltarão de novo a mandar em vós (...)”⁹⁷

A Renamo procurou sempre apresentar-se como defensora dos representantes do poder tradicional.⁹⁸ Para muitos régulos, uma vitória da Renamo representava a esperança de recuperarem a sua identidade e de terem uma participação mais activa na gestão das suas comunidades:

“(...) Veja agora que ganhou a Frelimo nós nem sequer fomos chamados para administrar as nossas comunidades (...) continuam com os secretários enquanto sou eu o verdadeiro chefe do Chueza (...).”⁹⁹

Durante a campanha eleitoral a Renamo apresentou-se como defensora dos mais pobres, acusando a Frelimo de ser o responsável principal desta pobreza. De

acordo com um testemunho,¹⁰⁰ o presidente da Renamo teria afirmado num comício muito concorrido, na vila de Marromeu:

“Não fomos nós que construímos aldeias comunais, lojas do povo e machambas do povo. Não fomos nós que mandámos embora os Brancos. Foi a Frelimo com o seu marxismo e comunismo que acabou com as vossas vidas.”

Para além de se apresentar como defensora dos pobres, a Renamo apelou fortemente na sua campanha às identidades étnicas e regionais, procurando deste modo cativar os votos dos eleitores.¹⁰¹ Este tipo de discurso, aliado ao facto da maior parte dos dirigentes da Renamo serem originários da região central do país, principalmente da província de Sofala, terá contribuído para que uma grande parte da população, que retoma por sua conta a identificação feita entre o Estado da Frelimo e o “Sul”, votasse na Renamo.

Por seu lado, a Frelimo baseou a sua campanha na ideia que tinha sido a promotora da paz. O presidente Chissano apresentou-se em Marromeu como o homem que trouxe a paz. De acordo com um relato local,¹⁰² no seu comício, também muito concorrido, o presidente da Frelimo afirmou que:

“Não foi a Frelimo que destruiu a fábrica de Marromeu, não foi a Frelimo que lançou milhares de famílias ao desemprego, não foi a Frelimo que destruiu escolas, hospitais, lojas. E se existe alguém que tem responsabilidade sobre o vosso sofrimento, chama-se Renamo.”

Chissano terá igualmente dito que o “futuro melhor” que a Frelimo estava a projectar passava pela recuperação de todas as infraestruturas sócio-económicas destruídas pela Renamo no distrito. Prometeu que Marromeu voltaria um dia a ter a sua fábrica em funcionamento e que milhares de desempregados poderiam assim regressar aos seus postos de trabalho.

Perante este discurso muitas das famílias, principalmente as que estavam ligadas à Sena Sugar, terão ido às urnas e votado na Frelimo e em Chissano.¹⁰³

Verifica-se, pois, que os partidos escolheram estratégias eleitorais locais diferenciadas. A campanha da Frelimo foi essencialmente concebida para atrair o eleitorado ligado à Sena Sugar, insistindo no facto dos males que afectam este grupo estarem ligados à sabotagem da fábrica levada a cabo pela Renamo durante a guerra. Por sua vez, a Renamo dirigiu principalmente a sua campanha às populações mais marginais do distrito, precisamente aquelas que foram mais afectadas pela crise do projecto sócio-económico e político da Frelimo.

A campanha eleitoral parece ter reforçado as tendências que se vinham desenhando desde o tempo da guerra, de polarização da população em torno das duas forças em conflito. Com efeito, a guerra produziu uma situação de divisão territorial, com zonas controladas por cada uma das partes. Assim, houve umas dezenas de milhar de famílias que ficaram sob o domínio da Renamo, enquanto

outras ficaram nas regiões sob controle governamental, ou se refugiaram na vila-sede de Marromeu. A população que se refugiou aqui foi acomodada em centros ou bairros da Sena Sugar. Para além disso, foram construídos seis centros de acomodação para acolher outros deslocados: Sacasse nº3, Kuama, Ramarama, Matilde, 25 de Junho e Kanamuia, a maior parte deles localizados na localidade de Chueza. Houve também uma parte dos deslocados que foram instalados em bairros da Sena Sugar situados na localidade de Nhane, nomeadamente Safrique, Macuere e Sacasse nº1. Sobretudo este último grupo de deslocados, privados de acesso a terras para cultivar, ficaram muito dependentes da ajuda alimentar do governo e das organizações não-governamentais. Mesmo depois da guerra ter terminado a maior parte do apoio canalizado ao distrito era distribuído nesses centros e bairros da Sena Sugar onde estavam alojados a maior parte dos deslocados de guerra.¹⁰⁴

A “bipolarização” das comunidades resultou na existência de dois grupos de população com reacções e interesses diferentes. É entre os que viviam em centros de acomodação, com um nível de vida relativamente mais estável resultante do acesso à ajuda alimentar em caso de crise, que se constatam votações mais favoráveis à Frelimo. Como se pode verificar pelos resultados eleitorais, foi nestes locais que a Frelimo obteve maior número de votos no distrito de Marromeu: a Frelimo obteve 26,9% dos votos na localidade de Nhane (contra 38,8% para a Renamo) e na localidade de Chueza teve 29,7% (contra 36,3% da Renamo). Em relação aos que ficaram nas zonas sob administração da Renamo, com dificuldades de acesso aos bens de consumo que circulavam mais abundantemente nas zonas governamentais (mesmo depois de fim da guerra, em 1992), continuavam relativamente isolados do Estado. Foi nessas regiões que a Renamo teve os seus melhores resultados no distrito: 71,7% dos votos na localidade de Malingapanse (contra 6,2% da Frelimo), 73,5% em Bauaze (contra 0,9% da Frelimo), 78,2% em Gombe Gombe (1,2% para a Frelimo), 70,4% em Chupanga (0,7% para a Frelimo) e 76,5% em Nensa (contra 1,2% da Frelimo).¹⁰⁵ De certa forma, Marromeu parece confirmar a tendência verificada a nível nacional para uma vantagem da Frelimo nas zonas urbanas.¹⁰⁶ Com efeito, de acordo com uma classificação estabelecida por Manuel Araújo, a vila de Marromeu pode ser considerada como um dos três centros urbanos da província de Sofala (sendo os dois restantes a Beira e o Dondo).¹⁰⁷ Mas é de salientar por outro lado que, ao abrigo do Acordo Geral de Paz, as localidades de Chupanga e Malingapanse ficaram até à realização das eleições sob administração da Renamo.

Constata-se no distrito uma abstenção de 12%, que é próxima da média nacional (13%). Verificam-se no, entanto, dentro do distrito, variações importantes. A taxa mais elevada de abstenção encontra-se em Chupanga, com 16%. As taxas mais baixas encontram-se nas localidades de Chueza e Malingapanse, com 7% e 8% respectivamente.

Os factores explicativos destas diferenças são múltiplos, desde problemas de distância dos eleitores em relação à assembleia de voto até à questão dos desmobilizados de guerra. Assim, durante o período de votação, muitas famílias, principalmente de Chupanga, tiveram que percorrer longas distâncias para votar. Segundo testemunhos locais essas distâncias resultaram dos erros cometidos pela Comissão Distrital de Eleições no acto de recenseamento. Muitos eleitores foram recenseados num determinado posto, devendo em princípio votar no mesmo local. Mas, quando chegou a altura de votar, depois de longas esperas nas bichas, recebiam informação de que os seus nomes não constavam naquela assembleia de voto e que deviam dirigir-se a outra assembleia:

“Eu e os meus familiares amanhecemos e fomos ficar na bicha para podermos votar em Kundué. Mas quando chegou a hora disseram-me que tinha que ir até Nensa (...).”¹⁰⁸

Neste caso, a distância a percorrer entre as duas assembleias de voto era aproximadamente de 10 Km, o que terá levado uma parte dos eleitores a desistirem de votar.

Para além deste tipo de problemas, aconteceu também que um certo número de famílias se tinha recenseado num local, tendo depois regressado às suas zonas de origem. Por exemplo, a zona de Chupanga foi durante a guerra a área em que estava concentrada a maior parte da estrutura militar da Renamo no distrito de Marromeu. Nessa altura, muitas famílias foram levadas para aí como cativas. Quando terminou a guerra, esta população permaneceu e foi recensear-se. Porém, as dificuldades alimentares, ou mesmo problemas familiares de outra ordem, levaram um certo número de famílias a abandonar a localidade de Chupanga e a regressar às suas zonas de origem.

Em contrapartida, este tipo de situações não aconteceu em Chueza, nem Malingapanse. Segundo relatos locais, a distribuição de alimentos em Chueza, principalmente para as populações deslocadas, permitiu a sua estabilização e permanência no local. Por outro lado, as falhas cometidas pela Comissão Distrital de Eleições, em relação a mudanças de eleitores dumha assembleia de voto para outra, não tiveram o mesmo impacto em Chueza e Malingapanse porque, contrariamente ao que se passava na localidade de Chupanga, as assembleias de voto eram menos distantes entre si e os eleitores podiam neste caso mais facilmente deslocar-se para votar.¹⁰⁹

Em relação aos desmobilizados de guerra, como aconteceu por todo o país, uma parte deles regressaram às suas regiões de origem já depois de se terem recenseado e não puderam votar.

O trabalho de análise desenvolvido ao longo dos capítulos anteriores permite concluir que a dimensão histórica foi um elemento fundamental na formação do voto dos eleitores de Marromeu. Da mesma forma que se podem distinguir dois tipos de zonas historicamente demarcadas pela linhas de implantação da Sena Sugar Estates, zonas essas que durante o período da guerra manifestaram uma tendência para se diferenciarem em termos de presença da Renamo e de aliança política das populações, existe igualmente uma diferença marcada entre o comportamento eleitoral nas zonas de influência da Sena Sugar Estates e o que se verifica nas restantes áreas do distrito.

A confrontação da informação histórica com os dados eleitorais referentes às assembleias de voto do distrito permitiu a verificação de uma série de hipóteses que tinham sido estabelecidas como ponto de partida do presente trabalho. Assim, pode-se afirmar que o comportamento eleitoral em Marromeu resultou de uma série de factores mais ou menos associados de que destacamos os principais: em primeiro lugar, conforme frequentes testemunhos recolhidos no local, é de sublinhar a importância que teve o posicionamento dos chefes e notáveis locais na definição do voto das respectivas populações, mercê da legitimidade e poderes que lhes são reconhecidos; em segundo lugar, as próprias posições assumidas pelos chefes e a orientação de voto por eles dada parecem não ser alheias à situação de controle exercido sobre partes do território por cada um dos ex-beligerantes, ou seja ao seu enquadramento ou subordinação em estruturas organizacionais de carácter político-administrativo montadas quer pela Renamo, quer pela Frelimo; em terceiro lugar, verifica-se que a maior densidade relativa de votos em favor da Renamo se encontra em regiões do distrito caracterizadas historicamente pela pequena produção camponesa; finalmente, ao contrário do que aconteceu com a Renamo, a Frelimo encontra a sua maior densidade relativa de votos no “território” da Sena Sugar Estates e nas zonas urbanas, ou seja em áreas onde predomina o trabalho assalariado. Por outras palavras, e de maneira sintética, pode-se afirmar que, no contexto regional de clara supremacia da Renamo, quanto mais próxima historicamente do Estado e das formas modernas da economia se encontrava a população, maior foi também a tendência de voto em favor da Frelimo e, inversamente, quanto mais marginal em relação ao Estado e à “modernidade” em geral se encontrava a população, maior foi a votação favorável à Renamo.

¹Mazula, 1995. Este livro inclui uma série de comunicações apresentadas por diversas personalidades que participaram no processo de aplicação do Acordo Geral de Paz entre 1992 e 1994 num seminário que precedeu a publicação da obra.

²De Brito, 1995.

³A partir dos dados informatizados, por mesa de voto, elaborados pelo Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE).

⁴Esta visava especialmente os aspectos relativos à evolução e caracterização histórica do distrito.

⁵O trabalho de campo concentrou-se nas questões referentes à guerra, ao voto à abstenção.

⁶Para além da Beira, a Frelimo só conseguiu resultados superiores a 17% em três distritos desta província (Marromeu, Gorongosa e Dondo). E apenas nestes distritos a Renamo teve votações inferiores a 73%.

⁷Não foi usada a técnica do questionário, que poderia permitir abordar outros aspectos do comportamento eleitoral, como por exemplo verificar se teria havido tendências diferentes no voto segundo o sexo, a idade ou religião, porque isso pressupunha que os questionados revelassem em quem tinham votado, rompendo assim o segredo do voto. Considerou-se que não havia condições para obter informações fidedignas dessa forma e que tal opção poderia afectar negativamente a vontade de testemunhar dos entrevistados.

⁸Branquinho, 1966: 41.

⁹AHM, Fundo de ISANI, Cxnº 53, A.A.S. Borges, 1969. Relatório da Inspecção Ordinária ao Conselho de Marromeu.:1-2.

¹⁰Vail e White, 1980 : 140.

¹¹Negrão, 1995: 130.

¹²Ibid.

¹³Vail e White , 1980: 152-153.

¹⁴Alcantâra, 1994: 320.

¹⁵Monteiro, 1955: 65.

¹⁶Ibidem: 72 e Francisco E., chefe dos recursos humanos da Sena Sugar Estates. Entrevista, 10 de Agosto, 23.5.96.

¹⁷A maior parte da mão-de-obra empregue na empresa vinha principalmente dos distritos de Ilé e Alto-Molocué (Zambézia), e de Angónia (Tete).

¹⁸Os trabalhadores adquiriam os produtos directamente ou estes eram-lhes descontados nos salários no fim do mês.

¹⁹Ver Mapa II, página 15.

²⁰As restantes áreas, 2.000 ha, encontravam-se distribuídas em Malingapanse (utilizadas para plantação de coqueiros, produção de sal e corte de lenha). AHM, FCM, Secretaria-geral, Cxnº245, Relatório Anual de Marromeu, 1922; 1923; 1924.

²¹Esta diferenciação já era uma realidade nos anos vinte, como se pode depreender de um documento administrativo da época onde se afirma que as famílias camponesas que viviam na zona da companhia eram «muito menos diligentes nestes serviços, preferindo um género de vida assalariado à de agricultar a terra». AHM, FCM, Secretaria-geral, Cxnº245, Relatório Anual de 1922.

²²Para uma análise crítica deste processo de “construção do socialismo” ver, por exemplo, Abrahamsson e Nilsson, 1994.

²³Para uma análise estimulante sobre a problemática da reestruturação do poder administrativo e suas implicações em Moçambique, ver Geffray, 1991, e Roesch, 1993.

²⁴Baptista B., camponês. Entrevista, Maviga, 15.10.96.

²⁵Paulino C., camponês. Entrevista, 25 de Junho, 19.1.96.

²⁶Notícias da Beira, 6.4.76.

²⁷Andicene B., *mwene*. Entrevista, 25 de Junho, 15.10.95.

²⁸Geffray, 1991: 20; e Roesch, 1993: 7.

²⁹Roesch, 1993: 6.

³⁰Inês B., camponesa. Entrevista, Safrique, 17.10.95.

³¹Vasco B., régulo. Entrevista, Maviga, 18.10.95.

³²Zeca K., régulo. Entrevista, Chupanga, 18.10.95.

³³Geffray, 1991.

³⁴Froge C., régulo. Entrevista, 25 de Junho, 19.10.95.

³⁵Ver, Frelimo, 1977.

³⁶A mentalização visava dois objectivos. Por um lado, a preparação psicológica para as populações viverem em aldeias e, por outro, a adesão da população aos programas de desenvolvimento comunitários. Ambrósio C., funcionário da direcção distrital da Agricultura e ex-director distrital de Aldeias Comunais. Entrevista, Mateus S. Mutemba, 20.10.95

³⁷Paulo A., camponês. Entrevista, Chupanga, 16.10.95.

³⁸Idem.

³⁹Ambrósio C., Entrevista, 20.10.95.

⁴⁰Ver Mapa III na página 24.

⁴¹Conselho Coordenador do Recenseamento: os Distritos em Números, 7 [Sofala]. Maputo, 1985:30.

⁴²CNAC, 1978.

⁴³Em Malingapanse viviam cerca de 3.632 famílias; Em Nhamacomeia 2697; Inharugue 2382; Mapue 1225; Maviga 1282 ; Chupanga 889; Milha12 1031 e em Padue cerca de 1970. CNAC, 1978.

⁴⁴CNAC, 1978.

⁴⁵Ambrósio C., Entrevista., 20.10.95.

⁴⁶Lourenço G., camponês. Entrevista., Kenneth Kaunda, 20.2.96.

⁴⁷Idem.

⁴⁸João N., camponês. Entrevista, Samora Machel, 20.10.95.

⁴⁹Segundo Castel-Branco, a ruptura dos circuitos de comercialização e a política de preços ao produtor agrícola (fixos, rígidos e abaixo do custo de reprodução da força social) desincentivavam a produção e a comercialização e desfavoreciam a acumulação. Castel-Branco, 1995: 624.

⁵⁰Para uma contribuição importante para o debate sobre a questão da comercialização nas zonas rurais, ver Adam e Cruz e Silva, 1989.

⁵¹Os cantineiros serviam de elo de ligação entre os produtores e as casas comerciais ou industriais.

⁵²Ambrósio C., Entrevista., 20.10.1995.

⁵³Mesa G., mwene, Entrevista, 25 de Junho, 20.10.95.

⁵⁴Em 1975 a produção foi de 48.011 tons; em 1976 de 25.048 tons; em 1977 de 26.370 tons; em 1978 de 26.732 tons; e em 1979 de 27.370 tons. Alcantâra, 1994: 320.

⁵⁵Esta intervenção foi justificada por práticas de “sabotagem económica”. INA, 1980 : 30.

⁵⁶INA, 1992 : 12.

⁵⁷À data da pesquisa (Janeiro/Março de 1996), a companhia contava com apenas 807 trabalhadores.

⁵⁸Ver Mapa IV , na página 33.

⁵⁹Casimiro M., ex-comandante militar distrital (FAM). Entrevista., Matacuane, 28.1.96.

⁶⁰Idem.

⁶¹A grande presença militar na vila-sede do distrito e seus arredores deveu-se ao facto de ser nela onde estavam concentradas a maior parte das infraestruturas do Estado e da Sena Sugar Estates.

⁶²Martins. S., ex-comandante militar distrital (FAM). Entrevista., Matacuane, 28.1.96.

⁶³Hendro M., comerciante. Entrevista, 10 de Agosto, 18.10.95

⁶⁴A localização destes postos permitiu à Renamo desenvolver acções militares em direcção ao distrito de Chinde, (localidade da Matilde) e à região central do distrito de Marromeu (localidade de Chueza).

⁶⁵A base ficava no meio de uma planície coberta de cajueiros, para impedir a sua detecção pelos soldados da Frelimo e pela aviação. Nas proximidades da base e dos postos militares existiam pequenas palhotas das populações e trincheiras para os militares tomarem posições em tempo de guerra. José M., Pescador. Entrevista, Maviga, 23.2.96.

⁶⁶Paulo A., camponês. Chupanga, Entrevista, 25.3.96.

⁶⁷Tomo C., funcionário administrativo do Posto de Lacerdónia. Entrevista, Chupanga, 22.2.96.

⁶⁸Martins S., Entrevista, 28.1.96.

⁶⁹INA, 1992:12.

⁷⁰Martins S., Entrevista, 28.1.96.

⁷¹Idem.

⁷²José N., reformado da Sena Sugar. Entrevista, 7 de Abril, 12.2.96.

⁷³Este processo foi analisado em relação a outras regiões do país, como por exemplo na província de Nampula. Ver Geffray, 1991.

⁷⁴Felix G. G., régulo. Entrevista, Chupanga, 22.2.96

⁷⁵É constante ouvir no terreno a população outrora sob controle da Renamo dizer: "Somos nós que fizemos a guerra".

⁷⁶Bruno G., camponês. Entrevista, Samora Machel, 18.10.95.

⁷⁷Zeca S., camponês. Entrevista, Chupanga, 24.1.96.

⁷⁸Armando M., chefe do Posto de Lacerdonia, antigo elemento da administração da Renamo durante o período da guerra. Entrevista, Chupanga, 20.2.96.

⁷⁹Luís C., trabalhador do DPCCN. Entrevista, 7 de Abril, 12.2.96.

⁸⁰Idem.

⁸¹Arcanjo M., camponês. Entrevista, Samora Machel, 14.2.96.

⁸²Este comércio era desenvolvido por indivíduos designados por Fontes e era feito de noite. Elias A., camponês. Entrevista, Josina Machel, 16.2.96.

⁸³Destes 9,6%, apenas 2,4% foram para a União Democrática e 7,2% para as restantes formações.

⁸⁴Ver Mapa VI , página 51, e quadros estatísticos no anexo I.

⁸⁵Não só os trabalhadores tiveram aumentos no período que se seguiu imediatamente à independência, numa altura em que a fábrica e as plantações começavam a entrar em crise, mas mesmo mais tarde, quando a companhia ficou completamente paralisada, em 1986, continuaram a beneficiar dos seus salários na totalidade.

⁸⁶Durante o tempo colonial muitos dos trabalhadores mestiços e negros viviam numa espécie de *compounds*, mas a partir de 1975, com o abandono de uma grande parte de mão-de-obra especializada, muitos passaram a viver e a usufruir de melhores habitações.

⁸⁷Muitos trabalhadores beneficiavam de prémios, como bicicletas e rádios, pelo reconhecimento do trabalho prestado à companhia.

⁸⁸Amélia B., camponesa.. Entrevista, 26.3.96.

⁸⁹Paulo A., Entrevista, 25.3.96.

⁹⁰A imigração para a companhia era motivada pelas condições mais atractivas que a economia de Marromeu oferecia em relação às suas zonas de origem.

⁹¹Os nguni recebiam salários elevados porque a concorrência por essa mão-de-obra, a partir da Rodésia, obrigou a companhia a igualar os salários oferecidos naquele território. Era uma política da companhia pagar a homens de zonas diferentes salários diferentes, medida acompanhada de uma política de segregação de alojamentos e organização dos campos segundo critérios étnicos. Ver Head, 1980: 64.

⁹²Um dos motivos da inoperacionalidade das estruturas de base da Frelimo nessa época era o facto dos seus responsáveis políticos constituirem um alvo preferencial dos ataques da Renamo. Disso resultava que muitas dessas estruturas se tinham simplesmente desfeito.

⁹³Francisco de S., trabalhador da Sena Sugar. Entrevista, Samora Machel, 22.2.96.

⁹⁴Arminda B., camponesa. Entrevista, Josina Machel, 27.3.96.

⁹⁵António C., camponês. Entrevista, 25 de Junho, 25.3.96.

⁹⁶AWEPA, 1995: 41.

⁹⁷Capesse B., mwene. Entrevista, Chupanga , 27.2.96.

⁹⁸Mas deve notar-se que a influência das autoridades tradicionais nas zonas da Sena Sugar Estates, por razões históricas relacionadas com a implantação da empresa, era relativamente mais fraca e que nessas mesmas zonas se tinha sempre mantido uma presença das estruturas de base da Frelimo.

⁹⁹Froge C., Entrevista., 25 de Junho, 19.10.95.

¹⁰⁰Florindo M., trabalhador da Sena Sugar. Entrevista, 10 de Agosto , 26.3.96.

¹⁰¹Assim, foi clara a preocupação de apresentar à população alguns “filhos de Marromeu” que integravam a comitiva do presidente Dlakhama.

¹⁰³Tal como aconteceu a nível nacional, também no distrito de Marromeu Joaquim Chissano obteve votações superiores à Frelimo e Afonso Dhlakama votações inferiores ao seu partido, a Renamo.

¹⁰⁴Segundo dados recolhidos na delegação de Marromeu do DPCCN, estes centros e bairros albergaram em 1995 aproximadamente 6.667 famílias.

¹⁰⁵Ver os quadros estatísticos em anexo I e Mapa VI, na página 51.

¹⁰⁶Ver, De Brito, 1995.

¹⁰⁷Araújo, 1988: 168.

¹⁰⁸Elias A., camponês. Entrevista, Chupanga, 22.3.96.

¹⁰⁹Elias A., trabalhador da Sena Sugar e recenseador durante o período das eleições. Entrevista, Kenneth Kaunda, 24.3.96.

BIBLIOGRAFIA

A. Arquivo Histórico de Moçambique

1. Fundo da Companhia de Moçambique.

Secretaria Geral: Relatórios Anuais de Marromeu, 1921-1924, 1926-1934: Relatório de Cobrança de Imposto de Palhota na Circunscrição de Marromeu, 1930 (Cx.nº247); Relatório de Arrolamento de palhotas e recenseamento da população Indigna da circunscrição de Marromeu, 1930 (Cx.nº247).

2. Fundo de Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indignas (ISANI). Borges, A.A.S., 1969. Relatório da inspecção Ordinária ao Conselho de Marromeu, Manuscrito, Datilografado (Cx.nº53).

3. Secção Especial.

Branquinho, J.A.M., 1966. Prospecção das Forças Tradicionais-Manica e Sofala. Nampula: S.C.C.I [Secção Especial (S.e).2.III.p.e.]

Dias, S., 1981. Glossário Toponímico Histórico Administrativo Geográfico e Etnográfico de Moçambique. Lisboa.

B. Arquivo do Centro de Documentação Agrária

- Relatório das Actividades Desenvolvidas pela Comissão Distrital de Aldeias Comunais. Maputo: Comissão Nacional de Aldeias Comunais, 1978.
- Relatório das Aldeias Comunais das Províncias de Sofala e Manica. Maputo: Comissão Nacional de Aldeias Comunais, 1978.

C. Arquivo do Instituto Nacional do Açúcar.

- Alcântara (Sociedade de Empreendimentos Açucareiros S.A). Marromeu and Luabo Estates, Moçambique: "Potential for Sugar Production". London, 1994.
- Relatório: Situação Actual da Produção Açucareira e sua Perspectiva. Maputo, [1982].
- Relatório de Produção Açucareira em Moçambique. Maputo, [1980].

D. Fontes Não Publicadas

CNE - Eleições Gerais 1994, "Contagem das legislativas por província e distrito" - Província de Sofala, STAE-Central.

CNE - Eleições Gerais 1994, "Detalhe das legislativas por distrito" - Marromeu, STAE-Central.

De Brito, L., 1993. "Elementos Históricos Para uma Análise da Emergência do Multipartidarismo em Moçambique. Maputo", (mimeo).

Roesch, O., 1993. "Peasants, War and Tradition in Central Mozambique". Comunicação ao Symposium "Symbols of Change: Transregional Culture and Local Practice in Southern Africa". Germany, Free University of Berlin.

E. Fontes impressas

Adam, Y. e Silva e Cruz, T., 1989. "Mercados e Preços nas zonas Rurais". Maputo: CEA.

Araújo, M.G.M., 1988. "O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo". Lisboa: Universidade de Lisboa.

AWEPA., 1995. *Relatório da Observação pela AWEPA do Processo Eleitoral em Moçambique, 1992-1994*. Maputo: Instituto Euro-Africano/AWEPA.

De Brito, L., 1995. "O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique". *Moçambique: Eleições, Democracias e Desenvolvimento*. Maputo.

Casal, A. Y., 1988. "A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique". *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº8/9. Lisboa: I.I.C.T.

Branco-Castel, C.N., 1995. "Opções Económicas de Moçambique, 1975-1995: Problemas, Lições e Ideias Alternativas". *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo.

Conselho Coordenador do Recenseamento, 1985: "Os Distritos em Números", 7 [Sofala]. Maputo.

Frelimo., 1977. *Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Maputo: Frelimo.

Geffray, C., 1991. *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.

Head, J., 1980. "A Sena Sugar Estates e o Trabalho Migratório". *Estudos Moçambicanos* nº1. Maputo: CEA.

Mazula, B., 1995. *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo.

Monteiro, G.A., 1955. *Sena Sugar Estates*. Lisboa.

Negrão, J., 1995. *One Hundred Years of African Rural Family Economy: The Zambeze Delta in Retrospective Analysis*. Lund: Lund Universitet. [Tese de Doutoramento]

Vail, L and L. White., 1980. *Capitalism and Colonialism in Mozambique: Study of Quelimane District*. London: Heinemann.

Vines, A., 1991. *Renamo. Terrorism in Mozambique*. York: Centre for Southern African Studies.

F. Jornais

Diário de Moçambique, Beira. 21.6.94.; 22.6.94.; 26.6.94
Notícias da Beira, 6.4.1976.

G. Entrevistas

Dado o carácter delicado dos assuntos abordados, omitimos os apelidos dos entrevistados para preservar a confidencialidade das informações.

A., Elias, 16.2.96 (Josina Machel-Nhane)

A., Elias, 24.3.96 (Keneth Kaunda-Nhane)

- A., Elias, 22.3.96 (Chupanga-Chupanga)
A., Paulo, 25.3.96 (Chupanga-Chupanga)
A., João, 26.10.95 (Safrique-Nhane)
B., Capesse, 27.2.96 (Chupanga-Chupanga)
B., Vasco, 18.10.95 (Maviga- Bauaze)
B., Baptista, 15.1.96 (Maviga-Bauaze)
B., Inês, 17.10.95 (Safrique-Nhane)
B., Amélia, 26.3.96 (7 de Abril-Nhane)
B., Arminda, 27.3.96 (Josina Machel-Nhane)
B., Enrique, 15.10.95 (Chupanga-Chupanga)
B., Andicene, 15.10.95 (25 de Junho-Chueza)
C., Américo, 20.10.95 (Josina Machel-Nhane)
C., António, 25.3.96 (25 de Junho-Chueza)
C., Vasco, 17.10.95 (Chupanga-Chupanga)
C., Ambrósio, 20.10.95 (Mateus S. Mutemba-Nhane)
C., Luis, 12.2.96 (7 de Abril-Nhane)
C., Tomo, 22.2.96 (Chupanga-Chupanga)
C., Paulino, 19.1.96 (25 de Junho-Chueza)
C., Froge, 19.1.95 (25 de Junho-Chueza)
E., Francisco, 23.5.96 (10 de Agosto-Nhane)
F., Mesa, 24.10.95 (25 de Junho-Chueza)
F., Luis, 16.10.95 (Safrique-Nhane)
G., Lourenço, 20.2.96 (Keneth Kaunda-Nhane)
G. G., Felix, 22.2.96 (Chupanga-Chupanga)
G., Mesa, 20.10.95 (25 de Junho-Chueza)
G., Bruno, 27.2.96 (Samora Machel-Nhane)
M., Hendro, 18.1.96 (10 de Agosto-Nhane)
M., Arcanjo, 14.2.96 (Samora Machel-Nhane)
M., José, 23.2.96 (Maviga-Bauaze)
M., Casimiro, 27.2.96 (Matacuane-Beira)
M., Florindo, 26.3.96 (10 de Agosto-Nhane)
M., Armando, 20.2.96 (Chupanga-Chupanga)
N., Agostinho, 26.3.96 (Chupanga-Nhane)
N., João, 20.10.95 (Samora Machel-Nhane)
N., José, 12.2.96 (7 de Abril-Nhane)
S., Ngopa, 26.3.96 (25 de Junho-Chueza)
S., Martins, 28.1.96 (Matacuane-Beira)
S., Francisco de, 22.2.96 (Samora Machel-Nhane)
S., Viriato, 27.3.96 (10 de Agosto-Nhane)
S., Zeca, 24.1.96 (Chupanga-Chupanga)
K., Zeca, 19.1.96 (Chupanga-Chupanga)
V., João, 26.1.96 (Safrique-Nhane)

SIGLAS

AHM — Arquivo Histórico de Moçambique

ALCÂNTARA — Sociedade de Empreendimentos Açucareiros SA

AWEPA — European Parliamentarians for (Southern) Africa

CNAC — Comissão Nacional das Aldeias Comunais

CNE — Comissão Nacional de Eleições

DPCCN — Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais

FCM — Fundo da Companhia de Moçambique

INA — Instituto Nacional do Açúcar

ISANI — Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas

STAE — Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

ANEXO I - Quadros estatísticos

Os quadros apresentados a seguir foram construídos a partir dos seguintes documentos: CNE - Eleições Gerais 1994, *Contagem das legislativas por província e distrito* - Província de Sofala, STAE-Central, CNE - Eleições Gerais 1994, *Detalhe das legislativas por distrito* - Marromeu, STAE-Central, CNE - Eleições Gerais 1994, *Contagem das presidenciais por província e distrito* - Província de Sofala, STAE-Central e CNE - Eleições Gerais 1994, *Detalhe das presidenciais por distrito* - Marromeu, STAE-Central.

Quadro I - Eleições legislativas

MARROMEU	Votos	Válidos	Brancos	%	Nulos	%	Abst.	%	Frelimo	%	Renamo	%	U. D.	%	Outros	%
1 Nhane	15054	11525	724	4.81	817	5.43	1988	13.21	4055	26.94	5843	38.81	459	3.05	1168	7.759
1 Chueza	2253	1967	67	2.97	47	2.09	172	7.63	669	29.69	818	36.31	121	5.37	359	15.93
1 Malingapanse	1614	1386	35	2.17	55	3.41	138	8.55	100	6.96	1157	71.69	21	1.30	108	6.691
1 Bauaze	2380	1849	125	5.25	121	5.08	285	11.97	21	0.882	1749	73.49	3	0.13	76	3.193
2 Gombe Gombe	1206	1002	16	1.33	64	5.31	124	10.28	15	1.244	943	78.19	2	0.17	42	3.483
2 Chupanga	2031	1501	19	0.94	172	8.47	339	16.69	14	0.669	1430	70.41	3	0.15	54	2.659
2 Nensa	799	643	28	3.50	35	4.38	93	11.64	10	1.252	611	76.47	1	0.13	21	2.628
Marromeu	21301	16727	951	4.46	1040	4.88	2583	12.13	4855	22.75	9567	44.91	604	2.84	1711	8.03
Lacerdonia	4036	3146	63	1.56	271	6.71	556	13.78	39	0.966	2984	73.93	6	0.15	117	2.9
TOTAL	25337	19873	1014	4.00	1311	5.17	3139	12.39	4884	19.28	12551	49.54	610	2.41	1828	7.215

Quadro II - Eleições presidenciais

MARROMEU	Votos	Válidos	Brancos	%	Nulos	%	Abst.	%	Chissano	%	Diakhama	%	Outros	%
1 Nhane	15060	11845	614	4.08	600	3.98	2001	13.29	4918	32.66	5478	36.37	1449	9.62
1 Chueza	2253	1975	67	2.97	39	1.73	172	7.63	889	39.46	645	28.63	441	19.57
1 Maligipanse	1614	1417	32	1.98	29	1.80	136	8.43	121	7.497	1093	67.72	203	12.58
1 Bauaze	2380	1837	124	5.21	136	5.71	283	11.89	34	1.429	1651	69.37	152	6.39
2 Gombe Gombe	1206	1006	14	1.16	17	1.41	169	14.01	26	2.156	892	73.96	88	7.30
2 Chupanga	2029	1508	57	2.81	130	6.41	334	16.46	40	1.971	1359	66.98	109	5.37
2 Nensa	798	657	26	3.26	22	2.76	93	11.65	13	1.629	612	76.69	32	4.01
<i>Marromeu</i>	21307	17074	837	3.93	804	3.77	2592	12.17	5962	27.98	8867	41.62	2245	10.54
<i>Lacerdonia</i>	4033	3771	97	2.41	169	4.19	596	14.78	79	1.959	2863	70.99	229	5.68
TOTAL	25340	20245	934	3.69	973	3.84	3188	12.58	6041	23.84	11730	46.29	2474	9.76

Quadro III - Distribuição dos votos por distrito - SOFALA

	Votos	Válidos	Branco	Nulos	Abst.	Frelimo	Renamo	U. D.	Outros
Beira	183398	144399	9544	799	21456	32001	100104	1859	10435
Buzi	57395	44130	3415	3439	6411	1335	40194	238	2363
Caia	21074	13065	922	1037	6050	1051	11018	177	819
Chemba	15623	10284	1110	1089	3140	286	8988	77	933
Cheringoma	8412	6298	303	497	1314	104	5905	23	266
Chibabava	25088	17392	2250	2995	2451	1317	14439	277	1359
Dondo	49520	36754	3589	3217	5960	6488	26825	765	2676
Gorongosa	19281	12890	1453	1339	3599	2294	8197	545	1854
Machanga	16208	11589	1942	1161	1516	708	9856	148	877
Maringué	22193	16008	949	1203	4033	156	14939	71	842
Marromeu	25337	19873	1014	1311	3139	4884	12551	610	1828
Muanza	3698	3073	76	100	449	61	2918	10	84
Nhamatanda	50448	34879	3883	3844	7842	2982	28561	540	2796
TOTAL	497675	370634	30450	29231	67360	53667	284495	5340	27132

AS ONGs EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ: O SEU PAPEL EM MOÇAMBIQUE

Sam Barnes

As ONGs têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas. As suas actividades ampliaram-se de um papel complementar nos esforços de emergência para um envolvimento directo na desmobilização e reintegração dos soldados desmobilizados, o apoio a eleições ligadas às operações de manutenção da paz e programas de desminagem. O alargamento do seu papel e a consideração das ONGs como importantes actores na garantia do sucesso das operações levantam importantes questões quer para a ONU quer para as próprias ONGs. Frequentemente há perspectivas divergentes sobre qual deveria ser o papel das ONGs, a quem devem prestar contas, qual a sua capacidade de implementação no contexto da manutenção da paz, e quais as suas qualificações técnicas em determinadas áreas.

Muitas operações de manutenção da paz recentes seguiram-se a prolongados conflitos civis, nos quais as ONGs internacionais já estavam posicionadas, envolvidas em actividades humanitárias de emergência. Assim, do ponto de vista logístico elas encontravam-se bem posicionadas para assumir responsabilidades em certas actividades "não-militares" ligadas às operações de manutenção da paz. Em alguns casos, tal significou a continuidade de um trabalho já iniciado, tal como a distribuição de bens de emergência, desta feita num contexto de manutenção da paz. Noutros casos, as ONGs movimentaram-se para novas áreas ou sectores de trabalho, tais como a educação cívica, a disponibilização de serviços para os soldados na fase de desmobilização, ou a desminagem, sectores esses nos quais não possuíam experiência prévia. Ao mesmo tempo, ONGs com competências técnicas e experiências específicas em áreas como a desminagem ou a educação eleitoral, puderam iniciar programas de trabalho.

* Uma versão anterior deste texto foi apresentada na ACUNS Ninth Annual Meeting em Turim, Itália, 25-26 de Junho de 1996, no Painel : "NGO Contributions to Security and Humanitarian Action", com o título "NGO in Peacekeeping Operations: Their Role in Mozambique". A pesquisa foi financiada pela John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, dos EUA.

A operação de manutenção da paz das Nações Unidas em Moçambique, ONUMOZ (1992-1995), constitui uma oportunidade para examinarmos o papel das ONGs numa diversidade de áreas. A ONUMOZ foi concebida como uma operação integrada na qual as Nações Unidas tinham quatro mandatos distintos mas interligados. Tal como afirma o Relatório do Secretário-Geral sobre a ONUMOZ (3 de Dezembro de 1992):

“O conceito operacional da ONUMOZ é baseado numa forte inter-relação entre os quatro componentes do seu mandato. Sem suficiente ajuda humanitária, e particularmente sem bens alimentares, a situação de segurança do país pode deteriorar-se e o processo de desmobilização ficar paralizado. Sem proteção militar adequada, a ajuda humanitária pode não chegar ao seu destino. Sem progressos suficientes na arena política, a confiança requerida para o processo de desarmamento e reabilitação não existiria. Por sua vez, o processo eleitoral requer uma rápida desmobilização e formação de novas forças armadas, sem os quais não existem condições para eleições bem sucedidas”.¹

Em Outubro de 1992 foi assinado um Acordo Geral de Paz (AGP) entre a Renamo, o grupo rebelde inicialmente apoiado e armado pela Rodésia e pelo *apartheid* da África do Sul, e o Governo de Moçambique. O Acordo acabou com mais de uma década de guerra que forçou 1,6 milhões de moçambicanos a procurar refúgio em países vizinhos.² Entre 4 e 5 milhões de moçambicanos foram deslocados no interior do seu próprio território. A ONU devia monitorar e garantir a implementação do AGP, especificamente: o cessar-fogo, o desarmamento e desmobilização dos soldados de ambos os exércitos, o processo eleitoral, e a coordenação da assistência humanitária aos refugiados que regressavam, reassentando as famílias internamente deslocadas e os soldados desmobilizados — perto de um terço da população total de Moçambique. A desminagem era necessária para abrir áreas inacessíveis.

A coordenação dos programas de assistência humanitária coube ao Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHAC), estabelecido no quadro da ONUMOZ. O UNOHAC sucedeu ao Coordenador Especial das Nações Unidas para as Operações de Ajuda Humanitária (UNSCERO), que fizera parte do Gabinete de Campo do PNUD em Maputo desde 1987. Em resultado da “diplomacia humanitária” do CICV, da ONU, da SADC e dos países observadores às negociações de Roma, foi adoptada em Julho de 1992, pelo Governo de Moçambique e pela Renamo, a *Declaração sobre os Princípios Orientadores para a Assistência Humanitária*, que permitiu ao CICV e à ONU distribuir a ajuda a todos os moçambicanos necessitados. Os mecanismos de coordenação estabelecidos pela Declaração constituíram as bases para a ONU, na fase da manutenção da paz, supervisar as operações de assistência humanitária em conjunto com

as duas partes. O UNOHAC descentralizou a sua coordenação para o nível provincial, colocando representantes seus em cada uma das dez províncias.

O AGP (Protocolo VII) incluiu a solicitação de uma Conferência Internacional de Doadores (Roma, Dezembro de 1992) para financiarem o processo eleitoral e os programas para a reintegração de deslocados, refugiados e soldados desmobilizados. Partiu-se do princípio que esses programas, críticos para o sucesso do processo de paz, dependeriam em grande medida das ONGs, na qualidade de implementadoras. Na altura da assinatura do Acordo de Paz, em 1992, havia perto de cinquenta ONGs internacionais e implementar o programa de emergência³ no quadro do Apelo de Emergência da ONU em Moçambique, de um total de 130 ONGs a operar em Moçambique.

Durante a guerra de Moçambique, os mecanismos do Apelo de Emergência das Nações Unidas haviam canalizado toda a assistência através do Governo e para as áreas controladas pelo Governo. Só o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), que tinha um mandato especial em situações de conflito, forneceu assistência a civis nas áreas controladas pela Renamo.⁴ Em meados de 1992, uma intensa seca ameaçou as vidas de 3,2 milhões de moçambicanos, incluindo um número inicialmente estimado em 500.000 pessoas que viviam em áreas controladas pela Renamo. A *Declaração* de Roma sobre os princípios humanitários reflecte os esforços levados a cabo antes do AGP para conseguir acesso aos civis das áreas da Renamo. O Acordo de Paz foi atingido antes da implementação cabal desta Declaração, e portanto foi no contexto da implementação do Acordo de Paz que as agências da ONU e as ONGs tiveram que alargar as suas áreas geográficas de operações, assim como os seus sectores de actividades.

O Acordo de Paz reconhecia o Governo de Moçambique como governo legítimo durante o período de transição, e as leis e constituição do país continuaram em vigor. As instituições estatais tinham-se enfraquecido significativamente no decorrer dos dez anos do conflito, mas Moçambique não podia ser considerado um “Estado derrotado”. Embora os serviços nacionais de saúde e o sistema de educação se tivessem tornado alvos durante os dez anos de guerra, tendo sido reduzidos a menos de 50% do seu nível de 1980, os sistemas ainda funcionavam e prestavam serviços, embora com grandes dificuldades, em todas as dez províncias do país. Moçambique, como país em transição, não se movia apenas da guerra para a paz; estava igualmente em processo de transformação de um sistema político de Estado monopartidário num sistema eleitoral multipartidário; de uma economia socialista num sistema capitalista de mercado no quadro dos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI; e de uma administração estatal e sistema de planeamento centralizados num processo de descentralização do poder do Estado. Esta multiplicidade de forças e de

A operação de manutenção da paz das Nações Unidas em Moçambique, ONUMOZ (1992-1995), constitui uma oportunidade para examinarmos o papel das ONGs numa diversidade de áreas. A ONUMOZ foi concebida como uma operação integrada na qual as Nações Unidas tinham quatro mandatos distintos mas interligados. Tal como afirma o Relatório do Secretário-Geral sobre a ONUMOZ (3 de Dezembro de 1992):

“O conceito operacional da ONUMOZ é baseado numa forte inter-relação entre os quatro componentes do seu mandato. Sem suficiente ajuda humanitária, e particularmente sem bens alimentares, a situação de segurança do país pode deteriorar-se e o processo de desmobilização ficar paralizado. Sem protecção militar adequada, a ajuda humanitária pode não chegar ao seu destino. Sem progressos suficientes na arena política, a confiança requerida para o processo de desarmamento e reabilitação não existiria. Por sua vez, o processo eleitoral requer uma rápida desmobilização e formação de novas forças armadas, sem os quais não existem condições para eleições bem sucedidas”¹.

Em Outubro de 1992 foi assinado um Acordo Geral de Paz (AGP) entre a Renamo, o grupo rebelde inicialmente apoiado e armado pela Rodésia e pelo *apartheid* da África do Sul, e o Governo de Moçambique. O Acordo acabou com mais de uma década de guerra que forçou 1,6 milhões de moçambicanos a procurar refúgio em países vizinhos.² Entre 4 e 5 milhões de moçambicanos foram deslocados no interior do seu próprio território. A ONU devia monitorar e garantir a implementação do AGP, especificamente: o cessar-fogo, o desarmamento e desmobilização dos soldados de ambos os exércitos, o processo eleitoral, e a coordenação da assistência humanitária aos refugiados que regressavam, reassentando as famílias internamente deslocadas e os soldados desmobilizados — perto de um terço da população total de Moçambique. A desminagem era necessária para abrir áreas inacessíveis.

A coordenação dos programas de assistência humanitária coube ao Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHAC), estabelecido no quadro da ONUMOZ. O UNOHAC sucedeu ao Coordenador Especial das Nações Unidas para as Operações de Ajuda Humanitária (UNSCERO), que fizera parte do Gabinete de Campo do PNUD em Maputo desde 1987. Em resultado da “diplomacia humanitária” do CICV, da ONU, da SADC e dos países observadores às negociações de Roma, foi adoptada em Julho de 1992, pelo Governo de Moçambique e pela Renamo, a *Declaração sobre os Princípios Orientadores para a Assistência Humanitária*, que permitiu ao CICV e à ONU distribuir a ajuda a todos os moçambicanos necessitados. Os mecanismos de coordenação estabelecidos pela Declaração constituíram as bases para a ONU, na fase da manutenção da paz, supervisar as operações de assistência humanitária em conjunto com

as duas partes. O UNOHAC descentralizou a sua coordenação para o nível provincial, colocando representantes seus em cada uma das dez províncias.

O AGP (Protocolo VII) incluiu a solicitação de uma Conferência Internacional de Doadores (Roma, Dezembro de 1992) para financiarem o processo eleitoral e os programas para a reintegração de deslocados, refugiados e soldados desmobilizados. Partiu-se do princípio que esses programas, críticos para o sucesso do processo de paz, dependeriam em grande medida das ONGs, na qualidade de implementadoras. Na altura da assinatura do Acordo de Paz, em 1992, havia perto de cinquenta ONGs internacionais e implementar o programa de emergência³ no quadro do Apelo de Emergência da ONU em Moçambique, de um total de 130 ONGs a operar em Moçambique.

Durante a guerra de Moçambique, os mecanismos do Apelo de Emergência das Nações Unidas haviam canalizado toda a assistência através do Governo e para as áreas controladas pelo Governo. Só o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), que tinha um mandato especial em situações de conflito, forneceu assistência a civis nas áreas controladas pela Renamo.⁴ Em meados de 1992, uma intensa seca ameaçou as vidas de 3,2 milhões de moçambicanos, incluindo um número inicialmente estimado em 500.000 pessoas que viviam em áreas controladas pela Renamo. A *Declaração* de Roma sobre os princípios humanitários reflecte os esforços levados a cabo antes do AGP para conseguir acesso aos civis das áreas da Renamo. O Acordo de Paz foi atingido antes da implementação cabal desta Declaração, e portanto foi no contexto da implementação do Acordo de Paz que as agências da ONU e as ONGs tiveram que alargar as suas áreas geográficas de operações, assim como os seus sectores de actividades.

O Acordo de Paz reconhecia o Governo de Moçambique como governo legítimo durante o período de transição, e as leis e constituição do país continuaram em vigor. As instituições estatais tinham-se enfraquecido significativamente no decorrer dos dez anos do conflito, mas Moçambique não podia ser considerado um "Estado derrotado". Embora os serviços nacionais de saúde e o sistema de educação se tivessem tornado alvos durante os dez anos de guerra, tendo sido reduzidos a menos de 50% do seu nível de 1980, os sistemas ainda funcionavam e prestavam serviços, embora com grandes dificuldades, em todas as dez províncias do país. Moçambique, como país em transição, não se movia apenas da guerra para a paz; estava igualmente em processo de transformação de um sistema político de Estado monopartidário num sistema eleitoral multipartidário; de uma economia socialista num sistema capitalista de mercado no quadro dos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI; e de uma administração estatal e sistema de planeamento centralizados num processo de descentralização do poder do Estado. Esta multiplicidade de forças e de

mudanças ao nível macro, paralelas à implementação do AGP, não só esforçaram os já limitados recursos humanos e financeiros sob controlo do Governo, como também criaram um contexto complexo e frágil.

As ONGs nas actividades de ajuda humanitária

Na operação de manutenção da paz em Moçambique, a assistência humanitária foi considerada necessária para a estabilização e reconciliação. Desde o início que as ONGs foram encaradas como tendo o papel fundamental de assegurar a implementação do programa humanitário. O *Programa Unificado de Assistência Humanitária*, preparado pelo UNOHAC, definiu em 775 milhões de dólares as necessidades para apoiar os programas de emergência e reabilitação virados para os refugiados que regressavam, o reassentamento das famílias internamente deslocadas e os soldados desmobilizados. A comunidade internacional destinou 663 milhões para esses programas no período entre Outubro de 1992 e Dezembro de 1994, e 532 milhões para serem desembolsados antes da conclusão da ONUMOZ.⁵ Segundo a documentação do UNOHAC, as ONGs foram directamente financiadas para implementar 180,2 milhões do total em projectos. Todavia, o total recebido pelas ONGs foi bastante mais elevado, uma vez que elas foram frequentemente sub-contratadas ou receberam apoio directo nos seus países de origem, casos esses que escaparam ao sistema de controle financeiro da ONU estabelecido no país.

As iniciativas imediatas mais importantes para consolidar a paz localizaram-se na área da ajuda de emergência. O aumento e alargamento do fornecimento de ajuda alimentar e não-alimentar às populações civis nas áreas inacessíveis e nas zonas da Renamo dependeu largamente do sector das ONGs para a sua implementação. O PMA, a União Europeia e as agências de ajuda bilateral forneceram os bens de emergência, enquanto que as ONGs (sobretudo internacionais) foram contratadas para os distribuir. Por alturas do Acordo de Paz (Outubro de 1992) o número de beneficiários da ajuda alimentar era de 3,1 milhões de pessoas. Este número aumentou para 3,8 milhões em Maio de 1993, incluindo 500.000 pessoas nas áreas da Renamo e 300.000 regressados espontâneos dos países vizinhos.

Um factor importante para perceber o alargamento do papel das ONGs na operação de manutenção de paz em Moçambique é o facto que as ONGs eram já importantes agentes implementadores dos grandes doadores, mesmo antes do Acordo de Paz. Porém, ao mesmo tempo o Governo moçambicano tinha reservado para si um papel central na definição da política e sua coordenação. Existiam tensões entre o Governo, a ONU, os doadores e as ONGs relativamente às iniciativas governamentais para controlar o sector

das ONGs em expansão.⁶ Com a assinatura do AGP, alguns doadores deram sinais às ONGs que a coordenação e colaboração com o Governo não era essencial, uma vez que era importante assegurar “neutralidade e imparcialidade” na concepção dos projectos de trabalho nas áreas da Renamo. Em teoria, era o UNOHAC que devia assegurar um papel de coordenação em relação às ONGs.

A ONU calculou que cerca de um quarto do território moçambicano estava sob influência da Renamo, com maior concentração nas províncias centrais de Sofala, Manica, Zambézia e Nampula. A “Declaração de Roma sobre os Princípios Humanitários”, incorporada no AGP, previa que as agências da ONU ou o CICV dessem início às primeiras acções nas áreas da Renamo. Os primeiros contactos das ONGs processaram-se normalmente sob a bandeira da ONU. Por alturas da assinatura do Acordo de Paz havia apenas duas organizações que distribuíam alimentos nas áreas da Renamo, o CICV e o PMA. Em Outubro de 1994, o UNOHAC tinha já registado 116.000 toneladas de alimentos distribuídos nas áreas controladas pela Renamo em 75 distritos de todas as dez províncias, distribuição essa levada a cabo por trinta e cinco diferentes ONGs.⁷ A Cruz Vermelha de Moçambique era a única ONG nacional “aceite” pela Renamo para distribuir alimentos nas suas áreas. Ao nível provincial, o UNOHAC realizava reuniões mensais de coordenação com as duas partes, ONGs e agências da ONU, para aprovar os planos de distribuição e discutir os problemas surgidos no contexto do programa humanitário.

Quando o AGP foi assinado, em 1992, a agência de ajuda do Governo, o DPCCN, tinha a responsabilidade da distribuição de aproximadamente 40% (260.000 toneladas) do total da ajuda alimentar, enquanto que as ONGs distribuíam os restantes 60% (388.000 toneladas). Em meados de 1994, esta divisão de responsabilidades havia mudado, com as ONGs a distribuir 80% e o DPCCN 20%.⁸ Esta situação deveu-se, em parte, ao papel das ONGs de alargar a distribuição às áreas da Renamo, mas revela também a crescente preferência dos doadores pelas ONGs como agentes implementadores, e as acusações de corrupção e desvio da ajuda alimentar que recaíram sobre as operações de ajuda alimentar controladas pelo DPCCN.

À medida que a situação de segurança começou a estabilizar em Moçambique, devido à eficácia do cessar-fogo, começou a ocorrer um movimento espontâneo de regresso às zonas de origem por parte de famílias refugiadas e deslocadas internamente. No primeiro ano após o AGP, 2,4 milhões de deslocados e 600.000 refugiados regressaram às suas zonas de origem.⁹ Além disso, havia populações das áreas da Renamo e do Governo que durante a década do conflito não tinham tido acesso a serviços básicos (saúde, educação, água potável). À medida em que os moçambicanos se reassentavam era necessário um apoio imediato no restabelecimento de tais

serviços. Simultaneamente, era essencial uma distribuição maciça de insumos agrícolas a nível das famílias, de forma a reactivar a produção agrícola e a segurança alimentar a nível familiar. Mais uma vez, as ONGs eram vistas pela comunidade internacional como os principais implementadores destes programas. Uma análise das contribuições financeiras para o Programa Humanitário revela que 64% dos fundos para a saúde (20 milhões de dólares), 57% dos fundos para a água (9,7 milhões), 67% dos fundos para a educação (4,1 milhões), 46% para a agricultura (33 milhões) e 79% dos fundos para projectos rurais integrados (25 milhões) foram canalizados através das ONGs, no período da ONUMOZ. (Para uma análise mais detalhada ver o Anexo A).

O papel das ONGs em projectos de "desenvolvimento" ligados à reintegração levanta mais controvérsia. O argumento da "neutralidade" para evitar os financiamentos através de entidades governamentais durante a fase de manutenção da paz, que pode ser aplicável no contexto da ajuda de emergência, é mais difícil de justificar quando está envolvida a reabilitação dos serviços de saúde ou educação do Governo. As áreas da Renamo, no próprio contexto do Acordo de Paz, deviam ser reintegradas nas estruturas governamentais de administração do Estado. Por volta de Setembro de 1993, a própria Renamo começou a referir-se às "antigas áreas da Renamo", após se ter acordado na colocação de três conselheiros da Renamo em cada governo provincial. As ONGs que trabalham neste tipo de ambiente devem avaliar cuidadosamente o quadro político em mudança e formular programas que não encorajem a "dupla administração" criada durante a guerra, promovendo, pelo contrário, a reintegração e reconciliação previstas no AGP.

A sustentabilidade dos projectos está ligada à metodologia empregue pelas ONGs na fase de concepção. Muitas ONGs tinham estado a operar num quadro de "emergência" e não tinham quadros profissionais tecnicamente qualificados para desenvolver programas nas áreas da agricultura, saúde ou educação, que respondessem às necessidades de desenvolvimento no contexto do pós-guerra. Além disso, muitos financiadores, agências bilaterais ou ACNUR, também não tinham quadros técnicos para examinar e avaliar as propostas submetidas pelas ONGs. O ACNUR só em 1995 colocou pessoal técnico nos sectores de saúde e águas do seu gabinete em Moçambique, depois de ter financiado mais de 500 Projectos de Impacto Imediato.

As estruturas ministeriais do Governo, enfraquecidas pela guerra, solicitaram apoio à comunidade internacional para reconstruir as suas redes de serviços. Porém, os financiadores preferiram manter as ONGs com o papel de implementar literalmente milhares de pequenos projectos para reabilitar escolas ou postos sanitários, abrir poços, reabrir estradas ou reparar pontes. A conveniência política exigia visão para se criar um "clima" de reconstrução e reconciliação.

Na área da saúde, em particular, a reacção das ONGs aos desafios da operação num contexto de manutenção da paz variou enormemente. Algumas continuaram a operar durante todo o período do Acordo de Paz como se estivessem a distribuir ajuda sanitária de emergência aos dois lados do conflito. Com quadros estrangeiros, distribuíam elas próprias os serviços, em vez de apoiar os moçambicanos a serem eles próprios a distribuí-los, e pouco esforço fizeram para se integrar nas consultas e coordenação das autoridades sanitárias locais. Para este grupo de ONGs, a capacitação institucional não era sequer discutida. Um segundo grupo estava interessado em preocupações de médio ou longo prazo respeitantes ao estabelecimento de serviços sanitários nas áreas geográficas nas quais operavam. No contexto de manutenção da paz tal implicou o trabalho como mediador entre os trabalhadores de saúde do Governo e as autoridades civis ou os trabalhadores de saúde das antigas áreas da Renamo. Para reabilitar os centros de saúde era necessário planejar e efectuar consultas para assegurar que os custos de funcionamento com salários e medicamentos fossem incluídos uma vez terminado o projecto da ONG. Enfermeiros das áreas governamentais podiam ser levados pela ONG para trabalhar ao lado de pessoal auxiliar da Renamo do mesmo distrito, de forma a promover-se a reconciliação e reconhecimento de preocupações comuns. A formação do pessoal moçambicano era tida em conta de forma a elevar os seus conhecimentos para as actividades de reconstrução do pós-guerra que se prefiguravam no horizonte. O terceiro grupo, com uma perspectiva de ainda mais longo prazo, tentou activar a capacidade moçambicana para reconstruir os seus serviços e sistema de saúde. Tal envolveu consultas e planeamento com as autoridades governamentais de saúde, ao mesmo tempo que procuravam operar nas antigas áreas da Renamo e do Governo para identificar necessidades e apoiar o fornecimento de serviços aos moçambicanos. Tal implicava assistência técnica às autoridades centrais e provinciais, para elevarem a capacidade de aprovisionamento de medicamentos, gestão dos serviços de saúde e formação de pessoal. Quando o Acordo de Paz foi assinado só o CICV prestava serviços de saúde nas antigas áreas da Renamo em quatro distritos. Em Julho de 1994 havia já 28 agências diferentes a operar no sector de saúde em antigas áreas da Renamo em 45 distritos.¹⁰ As diferenças de perspectiva, metodologia e competência profissional das ONGs implementadoras fizeram com que a coordenação destas iniciativas, pela ONU ou pelas autoridades moçambicanas de saúde, constituísse um grande problema.

O ACNUR adoptou uma Estratégia de Reintegração em apoio aos Projectos de Impacto Imediato em áreas onde os refugiados que regressavam se estavam a reassentar. O facto da Delegação do ACNUR em Moçambique não ter recebido o apoio necessário em 1992/93, adiou o desenvolvimento de uma estratégia e política de reintegração coerentes até Dezembro de 1994,

data do final do mandato da ONUMOZ. Em meados de 1996, mais de 1400 projectos de impacto imediato tinham sido financiados para reconstruir postos de saúde (181) ou escolas primárias (358), para estabelecer fontes de água (705), reparar estradas ou pontes (107) ou promover actividades produtivas (37). Entre 1992 e 1996, destinaram-se perto de 100 milhões de dólares para 35 ONGs, duas agências bilaterais e sete instituições governamentais de implementação.¹¹ A fase de reintegração, e o envolvimento das ONGs nela, continuaram muito para além do mandato da ONUMOZ. E deve reconhecer-se que este prolongamento constituiu uma contribuição necessária e fundamental para a consolidação da paz e estabilidade no período pós-eleitoral.

O DHA estabeleceu um “*Trust Fund*” de Moçambique para canalizar fundos para as actividades humanitárias ligadas ao processo de paz moçambicano. Do total de 34 milhões de dólares, 14 milhões destinaram-se a projectos de ONGs em apoio ao reassentamento de deslocados externos e internos, assim como de soldados desmobilizados. A USAID tinha um grande projecto “PVO” que já existia antes do AGP e foi prolongado para o ano de 1996. Entre 1990 e 1996 desembolsou 80 milhões de dólares para 13 diferentes ONGs que levaram a cabo projectos de emergência e reabilitação. A União Europeia (UE) também apoiou programas de ajuda de emergência e reabilitação, e favoreceu as ONGs como parceiros implementadores. Do total de 75 milhões de dólares de obrigações da UE, 48 milhões destinaram-se a áreas identificadas pelo Programa Humanitário Unificado para 1993/94, do UNOHAC, e foram para ONGs.¹² Em consequência, as grandes ONGs internacionais alargaram significativamente os seus programas durante este período. A maior ONG internacional operando em Moçambique, a Visão Mundial Internacional, implementou um programa de 82 milhões de dólares em 1994, que incluiu distribuição alimentar, programas de sementes e instrumentos de trabalho, recuperação agrícola e serviços de saúde.

Tipicamente, a eficácia das operações das ONGs é medida em termos quantitativos, como toneladas de alimentos distribuídos, número de crianças vacinadas ou de postos de saúde reabilitados. Embora este aspecto seja importante e possa constituir preocupação central de doadores que procuram justificar os “financiamentos de emergência”, cada vez mais os operadores práticos de terreno questionam o impacto imediato e comulativo deste tipo de assistência sobre os beneficiários e suas comunidades, em termos políticos, económicos e sociais. A dependência da ajuda alimentar constitui, a longo prazo, um desincentivo para a recuperação económica. O PMA teve conflitos frequentes com ONGs que pretendiam prosseguir com a distribuição alimentar gratuita, após avaliações conjuntas FAO/PMA terem considerado que aquela deixara de ser necessária, em parte porque os instrumentos de avaliação se baseavam em medidas quantitativas e não no impacto.

A sustentabilidade de muitos projectos de reabilitação não foi assegurada por diversas razões. O planeamento dos gastos correntes com pessoal e manutenção não era convenientemente previsto pelas ONGs que implementavam os projectos de reabilitação, e portanto não eram incluídos nos orçamentos provinciais e ministeriais. O Governo era pressionado pelo Banco Mundial para conter as despesas públicas ao mesmo tempo que procurava expandir a rede de serviços sociais, o que lhe conferia uma capacidade de absorção limitada. Demasiadas vezes as ONGs não coordenaram com as autoridades sectoriais nacionais para garantir que os seus projectos estavam em harmonia com os planos do pós-guerra. As consequências revelam-se, já em 1996, quando existem escolas e postos de saúde sem pessoal ou orçamento que cubra os custos de operação. A prática da construção de baixa qualidade, devido à falta de experiência técnica de muitas ONGs para controlar os projectos de construção, fez com que, dois anos mais tarde, haja postos de saúde e escolas primárias que já não podem ser utilizados. O envolvimento comunitário e a participação na identificação e desenho de projectos não constituíam prioridade para a maioria das ONGs durante a fase da manutenção da paz. Este aspecto reduziu dramaticamente a responsabilidade dos receptores dos projectos e a sua sustentabilidade a médio e longo prazos.

Um outro aspecto importante dos projectos de emergência e reabilitação no contexto da operação de manutenção da paz é o seu papel no reforço do processo de paz e na promoção da estabilidade a longo prazo. Ele é difícil de medir. Mas pode afirmar-se que tem ocorrido um crescimento contínuo da paz e da economia. Quanto ele dependeu dos esforços das ONGs na fase de manutenção da paz, é difícil de dizer-se. Mas pode-se confirmar que a presença das ONGs nessa fase tão crítica contribuiu para uma “dinâmica de paz” da qual se colheram “dividendos de paz”.

Numa operação de manutenção da paz há poucas alternativas à utilização de ONGs internacionais como grandes implementadoras dos programas de emergência, por razões de imparcialidade associadas à necessidade de uma rápida capacidade de resposta que frequentemente não existe no país. O desafio consiste em tornar as ONGs mais eficazes e profissionais. Deve ter-se em atenção que a ajuda deve ser “suspensa” na altura apropriada para que as comunidades se possam reconstruir e ser auto-suficientes. É importante a consistência e coordenação para que haja métodos transparentes de avaliação das necessidades. A ONU, através das suas agências, tem um importante papel neste campo e as ONGs, mais do que servi-la, devem fazer parte desta máquina de coordenação.

Será que a ONU tem autoridade para coordenar uma operação de manutenção da paz? A ONU confere-se a si própria tal autoridade mas as ONGs não concordam necessariamente com isso. No caso de Moçambique, a

coordenação efectiva das operações de emergência teve lugar ao nível local (provincial), no qual todas as partes (Governo, Renamo, ONGs e agências da ONU) puderam ver os benefícios da colaboração. Esta coordenação foi promovida pelo UNOHAC e geralmente aceite em todas as províncias. A coordenação sectorial dos projectos de reabilitação foi mais difícil, e nem a ONU nem os ministérios governamentais tiveram autoridade efectiva. Os projectos eram orientados pelos doadores e ONGs, e normalmente só depois de iniciados é que eram integrados nos mecanismos sectoriais de coordenação, se é que estes últimos existiam.

Algumas das ONGs operando em Moçambique tinham um “Código de Conduta” interno para regular as suas próprias actividades. Tal código incluía (1) transparência em relação às duas partes durante todo o tempo, com participação conjunta (Renamo, Governo) em todas as avaliações de necessidades e distribuições; (2) proibição da existência de armas nas acções humanitárias; (3) responsabilidade da comunidade receptora na organização das distribuições e manutenção da ordem; e (4) retirada da assistência se a comunidade receptora não conseguia manter a ordem. Algumas ONGs sugeriram que a ONU, neste caso através do UNOHAC, deveria ter levantado a questão de um Código de Conduta comum a todas as ONGs na fase de manutenção da paz, para garantir a harmonização da assistência humanitária. Tal teria evitado problemas que ocorreram quando as organizações simplesmente “largavam” os alimentos numa determinada área sem qualquer tipo de controle das necessidades ou de monitoração da distribuição ao nível dos beneficiários. As desigualdades nas rações da ajuda alimentar ou na disponibilidade de alimentos entre umas áreas e outras foram causa de conflitos políticos. Por vezes as ONGs cederam a intimidações e ameaças, assim encorajando mais ameaças por parte de grupos que delas queriam retirar alguns benefícios. A ONU não pode impor um tal Código, mas uma parte importante do seu papel de coordenação deveria ser a criação de condições para a discussão destas questões com as ONGs no terreno.

No quadro das operações de manutenção da paz é importante que as ligações entre a operação militar e as actividades humanitárias sejam claras. As ONGs e as agências da ONU por um lado queriam manter distância em relação ao aparelho militar da ONUMOZ enquanto que, ao mesmo tempo, solicitavam protecção da ONUMOZ quando havia incidentes ou ataques aos seus armazéns ou locais de distribuição. O cessar-fogo foi efectivo duas semanas após o AGP mas houve um atraso no posicionamento das tropas da ONU. O quadro teórico da operação de manutenção de paz em Moçambique ligava a presença militar à protecção do movimento de assistência humanitária. Na realidade, porém, o acordo estabelecido quanto ao posicionamento dos observadores militares da ONU priorizava os “corredores económicos” em detrimento dos “corredores humanitários”.

Consequentemente, houve áreas importantes do país que experimentaram dificuldades de acesso humanitário devido a problemas de segurança esporádicos.

Em várias alturas do decorrer da sua missão, o ACNUR, o PMA e numerosas ONGs solicitaram a “presença” de militares da ONUMOZ nas zonas de distúrbios, particularmente os provocados por soldados desmobilizados ou grupos militares irregulares. Esta situação reflectia em parte a falta de entendimento das ONGs e agências da ONU relativamente ao papel da ONUMOZ. A ONUMOZ devia supervisar e monitorar o processo de desmobilização e desarmamento. A ONUMOZ tinha uma polícia civil para monitorar as acções da polícia moçambicana. A ONUMOZ não era uma força de polícia local. Assim, a ONUMOZ seria acusada de violação de soberania se interviesse em áreas que não eram do seu mandato. A ONUMOZ podia reforçar a sua presença dentro dos Centros de Acantonamento de soldados desmobilizados, mas não podia avançar para zonas que se encontravam fora das acordadas entre as duas partes e a ONU. Porém, o facto de não terem existido fortes considerações humanitárias no posicionamento inicial dos contingentes militares da ONUMOZ criou algumas dificuldades de segurança para as organizações humanitárias.

As ONGs na desmobilização

As ONGs também participaram no processo de desmobilização em Moçambique. O desarmamento e desmobilização dos soldados foi supervisado por uma Comissão de Cessar-Fogo (CCF), presidida pelas Nações Unidas com a participação das duas partes e de países convidados (Botswana, Egípto, França, Itália, Nigéria, Portugal, EUA e Reino Unido). Para desempenhar o seu mandato de apoio à implementação do processo de desmobilização, a ONU criou uma Unidade Técnica de Desmobilização (UT), no Gabinete do Representante Especial do Secretário Geral, que deveria ser responsável pelos aspectos civis do processo.

Foi esta a primeira vez em que a ONU reconheceu que a gestão da desmobilização não deveria ser deixada inteiramente nas mãos dos militares. No caso de Moçambique, o Grupo de Observadores Militares (MILOPS) assumiu a responsabilidade da recolha, armazenagem e destruição das armas, e da monitorização e verificação do processo de desmobilização. A UT era responsável por assegurar o alojamento e serviços essenciais nos Centros de Acantonamento (CAs), assim como do transporte dos soldados desmobilizados e suas famílias para zonas à sua escolha. Houve um total de 49 CAs, dos quais 20 para os soldados da Renamo. Para assegurar a

neutralidade e imparcialidade, a ONU apoiou na disponibilização de serviços civis enquanto os soldados estavam nos Centros de Acantonamento.

A UT não era uma estrutura típica de uma operação de manutenção de paz da ONU. Tinha pessoal da USAID, da CEE, da OIM, da UNICEF, do PMA, da OMS, da Swed Relief e da SDC. O pessoal era destacado mas tinha o estatuto de pessoal da ONUMOZ, possuindo assim a protecção e imunidades necessárias para desempenhar o seu trabalho. Este modelo é importante para a mobilização de recursos em operações de manutenção de paz da ONU.

O papel mais importante desempenhado pelas ONGs no processo de desmobilização moçambicano foi no sector da saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS) responsabilizou-se pelo fornecimento de cuidados de saúde nos Centros de Acantonamento. A OMS sub-contratou doze ONGs internacionais¹³ para dispensarem serviços de saúde nos Centros de Acantonamento da Renamo, enquanto que os serviços de saúde para os Centros de Acantonamento do Governo foram dispensados pelo Departamento de Saúde Militar do Governo, igualmente numa base de sub-contratação pela OMS. Os medicamentos e equipamento foram fornecidos pela OMS. A responsabilidade das ONGs nos CAs consistia na realização de exames médicos e fornecimento de cuidados preventivos e curativos básicos aos soldados, educação sanitária com incidência nas doenças de transmissão sexual e Sida, e cuidados de saúde aos dependentes e população local nas áreas em redor dos CAs da Renamo.

A avaliação desta experiência na perspectiva da missão de manutenção de paz da ONU, da OMS e das próprias ONGs, coloca importantes questões sobre o papel das ONGs na fase de desmobilização de uma operação de manutenção de paz. Em primeiro lugar, há a questão do estatuto das ONGs na operação. A ONG é sub-contratada e, portanto, não aufere da protecção e imunidades que abrangem o pessoal da manutenção de paz da ONU. Esta situação criou dificuldades para as ONGs dado que elas trabalham frequentemente num meio muito inseguro no qual os soldados fazem reféns, pilham armazéns ou assaltam os CAs. Em vários CAs o pessoal de saúde de ONGs teve que fugir para se salvar. A Action Aid retirou o seu pessoal médico de um CA depois do médico ter sido sovado e da sua mulher ter sido ameaçada pelos soldados.¹⁴ O pessoal médico das ONGs tinha pouca ou nenhuma experiência de trabalho em meio militar e encontrou-se numa situação em que a ONUMOZ e a OMS não forneceram o apoio necessário.

A UT solicitou à ONUMOZ que o pessoal das ONGs trabalhando nos CAs tivesse o mesmo estatuto que o pessoal da ONU. As ONGs receberam então uma “credencial” emitida pela ONUMOZ, mas o seu estatuto, em termos legais, permaneceu questionável. A segurança do pessoal das ONGs foi também motivo de grande preocupação em Angola, e foi esta uma das

razões pelas quais algumas ONGs não participaram ou vieram a retirar-se do processo de desmobilização da UNAVEM III. A ONU deve abordar seriamente esta questão para que seja possível a participação de ONGs em futuros programas de desmobilização. As organizações não aceitarão colocar o seu pessoal em situações de risco sem que haja as mesmas garantias que protegem o pessoal da ONU.

O facto de se ter recorrido a um esquema de sub-contratos também causou problemas para a OMS e para a UT, em termos de controle da coerência do programa. No seu relatório anual de 1994 sobre Moçambique, a OMS afirmou que “a coordenação das actividades das ONGs mostrou-se difícil porque as ONGs têm políticas diferentes, políticas essas que por vezes são contrárias às políticas do Governo e da OMS. O recrutamento directo do pessoal pelo programa teria resolvido o problema, uma vez que esse pessoal responderia directamente a ordens da gestão do programa em lugar de o fazer através das suas ONGs”.¹⁵

As ONGs também têm queixas a fazer sobre a modalidade de sub-contratação. Uma das ONGs que participaram no processo de desmobilização em Moçambique achou que o sistema de sub-contratação com a ONU no contexto de manutenção da paz comprometeu a sua independência, que constitui parte importante da sua identidade enquanto ONG. As ONGs têm os seus próprios princípios de operação e não gostaram de ser reduzidas a “meros implementadores”. Tiveram reservas de se ligar politicamente a uma missão de manutenção de paz da ONU e a fazer parte de um processo de desmobilização por elas encarado como uma operação essencialmente militar. Muitas ONGs aceitaram participar no programa de desmobilização de Moçambique devido ao seu interesse humanitário em conseguir acesso às áreas civis da Renamo para realização de programas futuros, e ao desejo das suas sedes de serem vistas como “apoando o processo de paz”, e não porque a disponibilização de cuidados médicos aos soldados constituísse uma prioridade dos seus próprios programas.¹⁶

Do ponto de vista das ONGs, os serviços de saúde disponibilizados nos CAs constituíam uma solução minimalista, e várias ONGs internacionais indicaram que teriam preferido desenvolver um programa mais abrangente que ligasse o seu trabalho no CA com a comunidade circundante. Contudo, esta posição está em contradição com o facto que os CAs eram acampamentos militares e não comunidades. Várias ONGs recomendaram que os serviços médicos para militares na fase de desmobilização poderiam ser melhor fornecidos por equipas médicas militares trabalhando directamente para a ONU. Nos CAs dos soldados governamentais foi um sistema médico militar que prestou os serviços, com medicamentos fornecidos pela ONU. As ONGs também tiveram dificuldades no relacionamento com os observadores militares da ONU nos CAs, que não aceitavam o pessoal das ONGs numa

base de igualdade no ambiente dos campos. Queixaram-se à OMS e UT de tratamento discriminatório, e alguns militares foram mesmo substituídos. Isto levanta questões ainda mais profundas à ONU, sobre o trabalho e relações internas das suas divisões militar, política e humanitária.

O trabalho com a OMS também se revelou difícil para as ONGs e para a UT. Algumas ONGs consideraram a OMS “irrelevante” no quadro do sistema da ONU, com pouco poder e sem experiência operacional. As promessas da OMS a respeito do fornecimento de veículos ou medicamentos chegaram muitas vezes atrasadas. Se as grandes ONGs não tivessem disponibilizado os seus próprios recursos para cobrir essas lacunas o programa teria sido muito afectado.

Ao mesmo tempo, a OMS queixou-se que as ONGs desconheciam os seus regulamentos financeiros e que muitas “estão habituadas a utilizar fundos sem obedecer a procedimentos estritos”.¹⁷ A UT tinha um coordenador do programa da OMS mas o facto de se ter que passar pela OMS e, depois, pelas ONGs, criou grandes problemas para realizar as coisas. Numa perspectiva de eficiência, a UT teria preferido ter uma unidade médica trabalhando directamente para si.

Os programas de desmobilização são, por natureza, muito políticos. Os seus calendários não são pré-determinados e dependem de acordos políticos. Isto constitui uma dificuldade suplementar para as ONGs, que devem recrutar e posicionar o seu pessoal. Os atrasos ou avanços do processo de desmobilização são determinados politicamente. Isto provoca dificuldades organizativas e financeiras às ONGs implementadoras. Muitas ONGs têm problemas sérios sobre se lhes é conveniente, do ponto de vista organizativo, fazer parte da componente militar de uma missão de manutenção de paz. Em Angola, o DHA definiu o processo de desmobilização como parte do programa humanitário — em oposição aos serviços civis que são parte da operação militar. Ele expandiu o papel das ONGs, se comparado com o que aconteceu em Moçambique, para incluir distribuição alimentar, serviços de saúde e educação cívica. Todavia, as grandes ONGs com experiência prévia de trabalho de desmobilização em outros países — MSF, SCF, Oxfam — recusaram-se a participar.

Em suma, muitas ONGs não querem envolver-se com as divisões militar e política da ONU. Acham que isso é pouco conveniente e contraditório com a sua independência e aquilo que consideram como a sua missão. No caso moçambicano, a experiência médica necessária para o processo de desmobilização não exigia a experiência das ONGs. De facto, talvez os médicos militares tivessem sido mais eficazes. Ao mesmo tempo, a sub-contratação cria outro nível de responsabilidade com efeitos na operacionalidade. Todo o pessoal envolvido em operações de manutenção de

paz deve ter condições de segurança. Talvez as ONGs não sejam uma opção viável enquanto parceiros no processo de desmobilização.

As ONGs nos programas de desminagem

Em Moçambique, tal como em muitas outras operações de manutenção de paz, a desminagem foi necessária para alargar a distribuição de bens de emergência e assegurar rotas seguras para o regresso de refugiados e deslocados internos à procura de se estabelecerem nas suas zonas de origem. O regresso da população em condições de segurança foi, também, uma importante pré-condição para o registo de eleitores e eleições, que são parte vital do processo de paz. Em Agosto/Setembro de 1992, um especialista da ONU calculou que deveria haver até 2 milhões de minas em Moçambique. As conclusões finais da Conferência de Doadores de Roma, em Dezembro de 1992, salientaram a necessidade de se desenvolver rapidamente um programa de desminagem.¹⁸ As necessidades em termos de desminagem foram incluídas no *Programa Unificado de Assistência Humanitária 1993/94* como (1) consciencialização para as minas, (2) avaliação nacional das minas existentes, (3) desminagem das estradas prioritárias, e (4) estabelecimento de um Centro de Formação em Desminagem.

Dos 28 milhões de dólares dedicados ao Programa de Desminagem no *Programa Unificado*, apenas 11%, ou 3,2 milhões, foram canalizados através das ONGs no período da ONUMOZ. As ONGs que implementaram projectos de desminagem são poucas e desenvolveram capacidade técnica específica nesta área. As vantagens da implementação por ONGs estão na rapidez da resposta. As ONGs chegam aos locais mais rapidamente que a ONU ou as empresas comerciais, que são financiadas através de demorados processos de concurso. Consequentemente, as ONGs são muito importantes nas primeiras fases.

O Programa Moçambicano de Desminagem, coordenado pela ONU, sofreu atrasos por várias razões. Inicialmente ele encontrou-se ligado às comissões políticas da ONUMOZ, uma vez que o programa geral tinha que ser aprovado por ambas as partes do AGP. As comissões não se reuniram entre Março e Julho de 1993 e, assim, não puderam ser tomadas decisões. Apesar de ambas as partes terem aprovado uma lista inicial de estradas prioritárias em 31 de Dezembro de 1992, o Plano Nacional de Desminagem para Moçambique só foi aprovado pela Comissão de Cessar-Fogo em Dezembro de 1993 uma vez que, por razões diversas, tanto o Governo como a Renamo tinham interesse em atrasar o processo de desminagem. Este factor, associado aos procedimentos burocráticos em New York, entre os UNOPS e o DHA, atrasaram o processo de concurso de um grande contrato

da ONU para a desminagem de 2.000 quilómetros de estradas. Além disso, quando o contrato foi posto a concurso houve interferência de países que procuravam conseguir contratos em condições lucrativas. O contratado financiado pela ONU começou a trabalhar em Julho de 1994 e terminou em Dezembro de 1994, quando a ONUMOZ terminou o seu mandato.

Infelizmente, estas interferências políticas são típicas dos programas de desminagem desenvolvidos no contexto das operações de manutenção de paz. Assim, as ONGs têm o importante papel de preencher o espaço vazio enquanto os quadros institucional e político são negociados para a constituição de programas nacionais. As ONGs podem responder rapidamente às necessidades imediatas.

No caso de Moçambique, as primeiras necessidades identificadas consistiam na abertura de estradas para acesso humanitário e para facilitar o regresso de refugiados. O UNOHAC, em conjunto com o CICV, o PMA e as ONGs existentes, começou a reunir informação sobre zonas e estradas prioritárias para a desminagem. A Ajuda do Povo da Noruega (NPA) iniciou o seu programa de desminagem de estradas em Tete por volta de Março de 1993, o mesmo acontecendo com a Halo Trust na Zambézia. Os seus programas deveriam ter sido aprovados pela Comissão de Cessar-Fogo como parte do Plano Nacional, mas as necessidades eram urgentes e, enquanto ONGs elas podiam prosseguir e ir informando as comissões, enquanto que a máquina da ONU estava submetida a obstáculos processuais de ordem política. O PMA, frustrado com os atrasos e as pressões para aumentar a distribuição alimentar em áreas isoladas, contratou uma companhia privada poucos meses após a assinatura do Acordo de Paz, para desminar as estradas e conseguir acesso a zonas da Renamo no centro de Moçambique. Outras ONGs, sem experiência particular, envolveram-se em acções locais de desminagem nas comunidades onde desenvolviam programas humanitários, apoiando soldados do Governo ou da Renamo a remover minas por eles colocadas em estradas ou pontes, nas vizinhanças.

Uma parte importante do programa de desminagem é a avaliação da existência de minas, para definir a natureza e dimensão do problema e fornecer informação de base sobre a localização dos campos de minas, informação essa que pode depois ser confirmada e actualizada à medida que o processo de desminagem prossegue. Em Moçambique, a Halo Trust realizou uma avaliação em todas as dez províncias, concluída em meados de 1994. A Halo estava preparada para prosseguir rapidamente neste campo mas, mais uma vez, teve que esperar pelo processo de aprovação. É aconselhável, em operações futuras, que a ONU encare as ONGs como "tropas avançadas" enquanto se negoceiam os grandes programas de desminagem. Se possível, deve iniciar-se imediatamente uma avaliação, logo após a assinatura do Acordo de Paz, uma vez que as suas indicações são

importantes para o planeamento do programa geral. A ONU poderia facilitar a aprovação pelas partes envolvidas no processo de paz, para garantir-se o acesso a todo o território e assegurar-se a maior cooperação na recolha de dados sobre os campos de minas junto dos exércitos. A informação recolhida pela Halo Trust deu entrada num banco de dados do UNOHAC e foram publicados e distribuídos relatórios por província. Este banco de dados foi depois transmitido ao Programa Acelerado de Desminagem do PNUD/DHA, que continuou com a verificação das minas e actualização do banco de dados mesmo depois de concluído o mandato da ONUMOZ.

A consciencialização para o problema das minas é uma outra área que contou com a participação de ONGs, assim como de agências da ONU (ACNUR, UNICEF). Este trabalho foi levado a cabo quer em campos de refugiados quer no interior de Moçambique, tanto durante como após o mandato da ONUMOZ. A NPA, a Halo Trust e a Handicap International estiveram muito activas na consciencialização para o perigo das minas.

Os programas de desminagem terão que prosseguir em Moçambique durante muitos anos. A Halo Trust e a NPA têm projectos em curso, em colaboração com o Programa Acelerado de Desminagem (ADP) do PNUD/DHA. A Handicap International está a propor um programa de desminagem na província de Inhambane, onde trabalha desde 1986. O ADP foi criado em Julho de 1994, pouco antes da conclusão do mandato da ONUMOZ, como resposta às dificuldades organizativas dos sistemas anteriores da ONU. Ele concentra-se no desenvolvimento de uma capacidade nacional de desminagem e em meados de 1996 tinha 11 pelotões moçambicanos de desminagem que operavam nas províncias meridionais.

Após a conclusão do mandato da ONUMOZ, o Governo de Moçambique criou uma Comissão Nacional de Desminagem para coordenar todo o trabalho de desminagem. O Banco de Dados Nacional das Minas passou para a Comissão para que ela tivesse informação a partir da qual pudesse determinar prioridades e estabelecer políticas. Em Moçambique não há ONGs nacionais envolvidas na desminagem. Em 1997, o ADP será transformado numa ONG moçambicana e continuará a beneficiar do apoio e assistência técnica da DHA.

Para poder desenvolver actividades de desminagem, as ONGs devem ter experiência técnica e pessoal altamente qualificado (normalmente engenheiros militares). Para se poder alargar o papel das ONGs na desminagem no contexto da manutenção de paz, é necessário um considerável investimento para elevar a capacidade técnica e os conhecimentos das ONGs existentes para que elas possam operar nesta área nova, ou então têm que criar-se novas ONGs especializadas em desminagem. Actualmente, o pequeno número de ONGs internacionais especializadas em desminagem tem um papel importante a desempenhar em operações de manutenção de paz, dadas as

suas imparcialidade, independência, mobilidade e rápida capacidade de resposta. Elas preenchem lacunas estratégicas, mas as operações a mais longo prazo, que fortalecem a capacidade nacional, tais como as que a DHA implementa em Moçambique através da ADP, terão que ser realizadas pela ONU. Importantes entidades complementares das ONGs e da ONU são as empresas comerciais contratadas para desminar estradas ou grandes áreas que podem ser limpas por meio de equipamento tecnologicamente sofisticado.

Sumário da Desminagem em Moçambique

<i>Desminagem</i>	<i>Total (Dez 94)</i>	<i>Total p/ONGs</i>	<i>Total (Jun 96)</i>	<i>Total p/ONGs</i>
Estradas em kms	3.262	97	6.133	175
Área em m ²	1.449.216	1.401.912	20.560.449	4.140.757
A/P + A/G	1.827	849	18.965	7.176
A/T	17	11	231	145
O/E Destruídos	10.957	1.025	14.758	9.296

Legenda: A/P = minas anti-pessoais; A/G = minas anti-grupo (de fragmentação); A/T = minas anti-tanque; O/E = objectos explosivos (RPG-7, morteiros, granadas, etc.).

Fonte: UNOHAC 1994; PNUD/DHA: ADP 1996.

As ONGs no processo eleitoral

Diversas ONGs americanas ou da Europa Ocidental com conhecimentos específicos e experiência de apoio a processos eleitorais no contexto de operações de manutenção de paz desempenharam um papel importante nos preparativos para as eleições em Moçambique. A Associação de Parlamentares da Europa Ocidental (AWEPA), o Instituto Nacional Democrático (NDI) e o Instituto Republicano Internacional (IRI) contribuíram nas áreas da educação cívica e na formação de monitores e observadores eleitorais. Além disso, algumas ONGs nacionais e igrejas trabalharam com as ONGs internacionais e com a Comissão Nacional de Eleições para levar os programas de educação eleitoral até ao nível local.

O AGP estabeleceu que as eleições deveriam ter lugar até um ano após a sua assinatura. Todavia, no início do processo ficou logo evidente que tal não seria possível dados os atrasos na aprovação da lei eleitoral e no processo de desmobilização, que constituíam pré-condições para as eleições. As eleições foram marcadas para Outubro de 1994. Foi criada uma Comissão Nacional de Eleições (CNE), com um Secretariado Técnico para a Administração das Eleições (STAE). O STAE tinha a responsabilidade pelo registo dos eleitores, preparação da votação, organização dos votos, contagem e publicação dos resultados.

A necessidade mais imediata consistia na educação dos eleitores, primeiro em relação ao seu registo e depois sobre o acto da votação. Porém, uma vez que Moçambique estava a realizar a sua primeira eleição multipartidária para o Presidente e os membros da Assembleia Nacional, no contexto de uma nova constituição e do AGP, os programas de educação cívica também tinham que incidir sobre questões mais latas relacionadas com a democracia, sistemas políticos multipartidários e o papel de cada cidadão neste processo, assim como a disseminação da informação técnica de que os votantes necessitavam.

O NDI trabalhou com a CNE, apoia-ndo-a na produção de materiais para a campanha de educação dos eleitores. O NDI também formou um grupo de activistas para trabalhar por todo o país, complementando os 1.600 trabalhadores de educação eleitoral da CNE. O programa de educação cívica da AWEPA operou através de organizações moçambicanas (mulheres, sindicatos, igrejas, juventude) para formar educadores cívicos que transmitiram a informação aos seus próprios constituintes. O IRI trabalhou com a CARE International na organização da formação de 32.000 controladores das mesas de voto, oriundos de vários partidos políticos. Tudo isto foi feito sob a pressão da falta de tempo, problemas logísticos e recursos limitados.¹⁹ Algumas ONGs internacionais operando em comunidades específicas apoiaram o processo, disponibilizando os seus meios logísticos para ajudar os activistas ou controladores das mesas a chegar a zonas remotas, fornecendo material de escritório, financiando grupos de teatro, etc. Havia uma série de actividades em curso que as ONGs trabalhando a nível comunitário podiam apoiar.

As eleições foram declaradas livres e justas pela ONU e vários grupos de observadores. O Governo eleito tomou posse em Dezembro de 1994. O NDI e a AWEPA prosseguiram com o seu trabalho de educação cívica por todo o país, uma actividade importante para consolidar a paz no período pós-eleitoral. Mais uma vez, embora o número de ONGs internacionais operando nesta área fosse limitado, o seu impacto na dinamização da educação cívica foi significativo.

Conclusões

Em Moçambique, as ONGs internacionais implementaram cerca de um terço do programa de assistência humanitária. Na distribuição da assistência humanitária as ONGs mostraram-se experientes e eficientes em termos logísticos, mas muitas delas revelaram fraquezas na evolução de uma situação de emergência num cenário de conflito para uma situação de emergência num cenário de manutenção da paz. Só um limitado número de ONGs presentes em Moçambique poderia ser considerado como ONGs de

“desenvolvimento”, e portanto elas não tinham os profissionais necessários para implementar programas sustentáveis de reabilitação e reassentamento. A ONU deve continuar a encarar os parceiros das ONGs como elementos importantes na área da assistência humanitária no contexto de operações de manutenção da paz, mas através das suas agências e da DHA deve insistir em níveis mais elevados, no profissionalismo e no entendimento do que são as operações de manutenção de paz.

A desmobilização deve ser deixada para a ONU. O pessoal das ONGs pode trabalhar em tais operações, apoiando nos serviços civis, mas devem ser contratados para se tornarem pessoal da ONU e ter assim acesso à protecção e imunidades necessárias para participar na operação. Enquanto organizadores, as ONGs têm dificuldades em aceitar a direcção política ou militar da ONU. Tal deve ser reconhecido, e as ONGs não devem ser pressionadas para se verem colocadas naquilo que consideram situações comprometedoras. A ONU pode utilizar o talento das ONGs sem tentar submetê-las ao seu quadro.

As ONGs que operam na desminagem desempenham um papel importante mas limitado, tendo em conta a natureza do problema. Na manutenção de paz as ONGs continuarão a ter um papel crítico nas primeiras fases, até que sejam acordados e desenvolvidos programas mais claros e abrangentes. Devido à escassez de ONGs com capacidade técnica para implementar projectos de desminagem, o seu envolvimento deve ser visto como estratégico para maximizar os limitados recursos das ONGs nesta área.

O envolvimento das ONGs na componente eleitoral das operações de manutenção de paz é dominado por ONGs ligadas a partidos políticos (NDI, IRI, Frederich Ebert) ou associações de políticos (AWEPA). Poucas ONGs de orientação humanitária ou desenvolvimentista começaram a ver a importância do fortalecimento da sociedade civil para o seu trabalho de desenvolvimento, e relacionam-se perifericamente com actividades como a da educação eleitoral. À medida que as eleições se tornam um elemento cada vez mais importante na manutenção de paz, mais ONGs internacionais deverão ser convidadas a trabalhar com a ONU ou as comissões eleitorais locais. É necessário que ONGs apartidárias e ONGs do “Sul” trabalhem nesta importante área. As Nações Unidas são pressionadas a conceder mais importância ao papel das ONGs nas operações do seu conselho de segurança. Alguns membros apoiam activamente esta iniciativa e mostram-se dispostos a financiar as ONGs, enquanto que não querem financiar a ONU. Ao examinar o papel das ONGs na ajuda humanitária, desmobilização, desminagem e eleições — quatro elementos comuns das operações de manutenção de paz — parece evidente que as ONGs podem contribuir para o processo, podem complementar as acções da ONU mas não podem substituir-se a este organismo.

NOTAS

¹*United Nations and Mozambique: 1992-1995* (New York: United Nations Department of Public Information, 1995), Documento 26, 152.

²O cálculo do número de refugiados moçambicanos utilizado pelo ACNUR por alturas da assinatura do AGP era o seguinte: 1,1 milhões no Malawi, 150.000 no Zimbabве, 20.000 na Tanzânia, 25.000 na Zâmbia, 24.000 na Swazilândia e 250.000 na África do Sul. *Consolidated Humanitarian Assistance Programme for 1993-94* (Maputo: United Nations Operations in Mozambique Office for Humanitarian Assistance Coordination, UN Department of Humanitarian Affairs, Maio de 1993).

³UNSCERO, Maputo, Moçambique, *Closing Report: Mozambique Emergency Programme, 1991-1992*.

⁴Ver Sam Barnes, "Humanitarian Assistance as a Factor in the Mozambique Peace Negotiations: 1990-92", (inédito, 1996, a publicar em breve no Boletim ARQUIVO), que examina as bases desta situação.

⁵United Nations Department for Humanitarian Affairs, UNOHAC, *Final Report: Consolidated Humanitarian Assistance Programme 1992-94* (Maputo: UNDHA, 1994): 83-87.

⁶Os orçamentos anuais de algumas ONGs para operações em Moçambique chegaram a atingir os 20 milhões de dólares em 1992. O impacto desta situação criou graves distorções, particularmente ao nível local, onde algumas ONGs possuíam mais recursos que os departamentos provinciais, e em alguns casos mais que todo o governo provincial. As ONGs não responderam às iniciativas de coordenação do Governo no período anterior ao AGP, enquanto que, ao mesmo tempo, o Governo travou os esforços da ONU para estabelecer contactos com as ONGs como grupo, com fins de coordenação fora dos mecanismos de coordenação governamentais. Na prática, as ONGs respondiam aos seus doadores para definir os seus projectos, e coordenavam as operações ao nível provincial através do UNOHAC.

⁷United Nations Department of Humanitarian Affairs, UNOHAC: 64.

⁸*Ibid.*: 66.

⁹*Ibid.*: 11-12.

¹⁰*Ibid.*: 71.

¹¹Com base em entrevistas e dados do ACNUR, Maputo, Moçambique, 1996.

¹²United Nations Office for Humanitarian Assistance Coordination, *Commitments to Humanitarian Assistance Programme, May 1993-April 1994. Financial Summary*, Setembro de 1994.

¹³As ONGs eram as seguintes: Action Aid, MSF-Holanda, MSF-Suíça, MSF-Espanha, MSF-Bélgica, AMI, Igreja Presbiteriana, OXFAM-UK, CICV, Visão Mundial, Acção Norte-Sul e CUAM.

¹⁴Anthony Nedley, Coordenador da Action Aid em Moçambique, Carta para o Comandante Militar Regional, ONUMOZ, Beira, 13 de Abril de 1994.

¹⁵World Health Organization, *Annual Report: Mozambique 1994* (Moçambique: WHO, 1994): 37.

¹⁶Com base em entrevistas levadas a cabo em Angola com pessoal dos Médicos Sem Fronteiras que participou no programa de desmobilização em Moçambique, Fevereiro de 1996. Action Aid e Oxfam-UK, Maputo, Moçambique, Maio de 1996.

¹⁷World Health Organization: 37.

¹⁸*The United Nations and Mozambique 1992-1995*, Documento 28, 159.

¹⁹Existem duas publicações da AWEPA que permitem uma visão geral das eleições e do papel da educação cívica: ...E Muitos Participaram!: *Um Estudo sobre Educação Cívica por Ocasião das Primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias em Moçambique*, e *Comissão Nacional de Eleições: Relatório Final*.



V CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Na sequência dos Congressos anteriores, realizados em Portugal (Coimbra, 1990; Lisboa, 1994) e no Brasil (São Paulo, 1992; Rio de Janeiro, 1996), o V Congresso reunirá académicos, intelectuais e investigadores de expressão portuguesa envolvidos nos mais variados campos das ciências sociais, para debaterem assuntos de interesse comum com base nas realidades dos respectivos países. Pretende-se, igualmente, agregar ao evento uma série de manifestações culturais e artísticas de modo a transformar a cidade de Maputo, nesses dias, num espaço festivo das ciências sociais, artes e cultura.

Constitui ainda objectivo do Congresso a criação de uma Associação Luso-Afro-Brasileira de Ciências Sociais para garantir a cooperação sistemática, a troca de informações entre académicos da área, a edição de uma revista e a organização de futuras edições do Congresso.

Informações e inscrições:

CP 1993, Maputo, Moçambique

Telefone/Fax: 491269

E-mail: VCAFRO@ZEBRA.UEM.MZ

Temas Principais:

O Oceano Índico

Acolhe as questões relacionadas com os mares como vias de contacto entre culturas e as sociedades costeiras

Populações e Territórios

Diz respeito às relações entre as populações e os seus espaços, abrangendo questões que vão desde os diferentes tipos de fenómenos migratórios a temas como os do impacto das guerras e calamidades naturais, propriedade e posse da terra

As Novas Democracias

Integra as questões do confronto de um conceito já universal de democracia com as realidades dos novos países

A Insegurança das Sociedades

Acolhe painéis que vão desde as questões globais e regionais de segurança à insegurança dos países e, mesmo, aos níveis doméstico e individual.

**Maputo,
1 a 5 de
Setembro
de 1998**

**Campus
Universitário**

**Universidade
Eduardo
Mondlane**

OS PRIMÓRDIOS DO NACIONALISMO MOÇAMBICANO: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E A ACTIVIDADE SÓCIO-POLÍTICA NOS ANOS 30 e 40*

Arlindo Chilundo

Introdução

O nacionalismo é muitas vezes definido como uma atitude ou um estado de consciência de um determinado grupo de pessoas ou povo. O nacionalismo não é algo de fortuito, algo que surge por acaso ou mesmo imaginado, como desde há alguns anos Benedict Anderson tem procurado, com subtileza e originalidade, argumentar. Defende ele que as nações não são resultado de determinadas condições sociológicas, tais como a língua, raça ou religião, mas sim produto de uma pura imaginação.¹ Não obstante o processo conducente à emergência de um tal sentimento ser complexo e meticuloso, não é menos verdade que o nacionalismo anti-colonial é o antídoto do próprio sistema colonial. Partilho pois do pensamento erudito do professor Partha Chatterjee que, numa recente palestra, teria defendido a tese de que o nacionalismo anti-colonial cria o seu próprio espaço soberano dentro da sociedade colonial, muito antes de iniciar a batalha decisiva contra o poder imperial. Argumenta ele que este processo ocorre através da divisão do mundo das instituições sociais e práticas em dois domínios, nomeadamente o material e o espiritual. O material é visto como o domínio proveniente do “exterior”, da economia, do Estado, da ciência e tecnologia, o domínio em que o Ocidente provou a sua superioridade sobre o Leste. O espiritual, por outro lado, é caracterizado como sendo proveniente do “interior”, portador, portanto, dos traços “essenciais” da identidade cultural.²

* Esta comunicação foi elaborada para ser apresentada numa série de palestras organizadas pela Faculdade de Letras e pela ONJ por ocasião do 50º aniversário da morte do poeta moçambicano Rui de Noronha, que se celebrou em Novembro de 1993.

No caso de Moçambique,³ como é já do domínio comum, o movimento nacionalista foi resultado de uma longa e corajosa resistência do seu povo contra o regime colonial. Depois da derrota das resistências primárias face ao poderio superior, material e militar, dos ocupantes, seguiu-se uma nova fase que iria lançar as sementes de uma identidade espiritual mais homogénea que iria, algumas décadas mais tarde, ser a alma do movimento nacionalista anti-colonial. Assim, o Movimento Associativo⁴ e a actividade sócio-política nos anos 20 e 30 deste século, bem como a actividade das igrejas independentes, chamadas na altura de “seitas religiosas gentílicas”, constituíram a pré-história do movimento nacionalista em Moçambique.

Neste breve texto, como forma de prestar homenagem ao poeta moçambicano Rui de Noronha a quem as vicissitudes da vida trouxeram a morte prematura, irei concentrar a minha atenção em alguns aspectos da evolução deste movimento associativo, na sua expressão política e nas condições em que os seus protagonistas pugnaram por um futuro melhor. À geração dos precursores da ideia de uma unidade nacional, muito embora comungasse os mesmos ideais, sobretudo no que concerne à necessidade de mudanças dentro do aparelho colonial, parece ter faltado a confiança na habilidade dos africanos de crescerem a partir da sua própria experiência histórico-cultural e comandarem, por si próprios, os destinos da sua nação amordaçada. Acreditava-se, pois, numa possibilidade de se “humanizar” o colonialismo, de torná-lo mais democrático, mais justo. Ainda que para alguns a ideia de um Moçambique independente se vislumbrasse, poucos, se bem que os houve, admitiam a possibilidade de uma independência imediata.

A denúncia e críticas desta geração combativa às formas da administração colonial que, a partir dos princípios da década de 1930, não só mercê do processo intrínseco de amadurecimento, como também graças à influência de ideias pan-africanistas, foram gradualmente tomando formas verdadeiramente nacionalistas. Porém, a expansão do fascismo de Salazar para as colónias, a partir de meados da década 30, irá, pelo menos por alguns anos, literalmente silenciar a actividade literária e jornalística contestatária.

Ao elaborar este texto baseio-me na tese de que a violenta supressão da actividade política desta pequena-burguesia burocrática pelas autoridades coloniais na segunda metade da década de 30 e o iníquo controlo policial não permitiram, sem ruptura, o surgimento e o amadurecimento gradual e paulatino do movimento nacionalista. Não obstante a actividade literária e artística surgidas no período pós II Guerra Mundial,⁵ à qual Modlane apelidou de revolta de intelectuais,⁶

a acção repressiva colonial não permitiu que houvesse uma continuidade de pensamento e debate que teriam, obviamente, culminado no surgimento de um nacionalismo menos violento e radical. É profunda convicção minha que se o Estado colonial-fascista não tivesse imposto uma censura cerrada e tivesse permitido a expansão de ideias liberais e de uma educação condigna, designios pelos quais a geração dos Albasini, Noronha, Karel Pott, Estácio Dias, Benfica e outros pugnaram, muito eventualmente o movimento nacionalista e o processo de descolonização de Moçambique teriam sido muito menos violentos e, muito provavelmente, não tivesse sido anti-capitalista como aconteceu. A intransigência e o iniquismo da administração colonial sancionaram a ruptura, afastando, deste modo, uma eventual continuidade do desenvolvimento capitalista à semelhança do que aconteceu noutras países como no Quénia.⁷

Na primeira parte desta comunicação irei debruçar-me sobre o movimento associativo, a sua actividade sócio-política nos anos 20 e 30, enquanto que, na segunda, procurarei, dentro das minhas limitações, chamar a atenção para o outro tipo de expressão política de protesto, as igrejas independentes, que pela sua natureza de certo modo subtil, conseguiram disseminar as chamadas "ideias subversivas" entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade urbana e rural de Moçambique.

O movimento associativo e a élite pequeno-burguesa

As críticas a alguns aspectos da política colonial em Moçambique foram encetadas em 1908, quando a élite de Lourenço Marques, na sua maioria constituída por mestiços e alguns negros, fundou um jornal bilingue, em ronga e português, chamado *O Africano*. Segundo Jeanne Penvenne, muitos destes negros e mistos, que constituíam as primeiras élites do princípio deste século, eram provenientes de comunidades ricas de Moçambique. Os seus avôs haviam sido marinheiros, chefes de caravanas do comércio à longa distância, comerciantes e chefes clânicos. Durante as décadas seguintes, os membros desta élite africana afirmaram-se, até certo ponto, como figuras cruciais na expansão das relações capitalistas de produção.⁸

Exigindo igualdade como cidadãos portugueses e censurando o racismo, de que eram vítimas, os membros desta élite continuavam a acreditar na possibilidade de um colonialismo reformado, mais democrático e compassivo. Não estava, pois, dentro da sua agenda o

fim do colonialismo. Tal como Penvenne observou, eles simplesmente “rejeitavam todas as noções da civilização que se baseassem no privilégio dos brancos e no servilismo dos negros. Se a ‘civilização’ significasse que eles fossem suficientemente instruidos para ler as leis que aumentavam o seu imposto de palhota, sustentavam eles, então certamente a selvageria era preferível”¹⁰.

Todavia, a recessão económica dos anos 20, que devastou a economia portuguesa, acabaria afectando também e de uma forma devastadora a pequena-burguesia de Lourenço Marques e, subsequentemente, a sua posição social também se alterou radicalmente. Não causaria pois a ninguém nenhuma surpresa afirmar aqui que esta élite, financeira e nalguns casos materialmente arruinada, se vai tornar cada vez mais dependente das posições burocráticas que alguns dos seus membros tinham na administração colonial. A excessiva dependência desta élite de meios pecuniários provenientes dos cofres do Estado colonial vai, como veremos adiante, afectar a intensidade da sua luta pela melhoria das suas condições de vida e por mais direitos cívicos e políticos.

Não obstante a posição subordinada e a quase completa dependência dos elementos desta classe média dos salários do Estado colonial, eles conseguiram, durante as primeiras décadas deste século, organizar uma imprensa contestatária na qual se criticavam alguns aspectos do regime colonial. Deste modo, os membros desta élite, dirigidos por João Albasini, depois de fundar *O Africano*, em 1908, começaram a partir de 1912 a lançar as bases do que viria a ser *O Grémio Africano*, que só viu os seus estatutos aprovados em 1920. *O Africano*, que entretanto se tornara o órgão oficial desta agremiação africana, viria, por dificuldades financeiras, a ser vendido em 1918 e, no mesmo ano, substituído por *O Brado Africano*.

Durante os anos 20 e a primeira metade dos anos 30 os editoriais d'*O Brado Africano* denunciaram vigorosamente e documentarammeticulosamente os abusos do sistema de *chibalo*, protestaram contra os métodos brutais de recrutamento, utilizados pelos cipaios africanos para os trabalhos forçados; contra os salários baixos e péssimas condições laborais dos trabalhadores do chibalo; e contra os desmandos e abusos de poder pelos capatazes europeus.¹¹

Aproveitando-se das chamadas liberdades democráticas republicanas,¹² a élite dos negros e mestiços procurou expandir para as outras cidades do país agremiações irmãs. Este é o caso do Grémio Africano de Quelimane, fundado entre 1924 e 1925, e do Grémio de Moçambique, fundado na ilha de Moçambique, em 1926. O Grémio Africano de Manica e Sofala, fundado somente em 1932 e com o

mesmo programa que o de Lourenço Marques, iniciou logo a publicação de um jornal semanal chamado *A Voz Africana*.

O regime de Salazar e o seu impacto na evolução política em Moçambique

No princípio dos anos 20 o regime republicano começou a enfrentar uma séria crise política. Esta crise foi principalmente provocada pela fraqueza da estrutura económica portuguesa que sucumbiu face à inflação galopante em que Portugal se viu mergulhado após a I Guerra Mundial. A participação de Portugal na I Guerra Mundial obrigou o governo a incorrer numa dívida pública que conduziu à desvalorização do escudo. Em 1914, a libra esterlina valia cerca de cinco escudos, porém, em 1924 valia 154\$00.¹³ Está claro que, em meados dos anos 20, a economia portuguesa estava numa profunda crise. Não é também menos verdade que o governo republicano tenha perdido o controlo da situação no país. Foi exactamente nesta altura que os militares resolveram interferir mais directamente na política do país.¹⁴ Os militares, representando a classe média agrária e facções da incipiente burguesia portuguesa industrial, decidiram interferir directamente na política. Foi pois nesta situação de instabilidade política que, inspirados pelas ideias fascistas italianas, os militares organizaram o golpe de estado a 28 de Maio de 1926. Dois anos após o golpe os militares convidaram António Salazar que, inicialmente como ministro das finanças, e, mais tarde, como primeiro-ministro, introduziu um programa cujo objectivo fundamental era diminuir a influência e as pressões internacionais económicas e políticas sobre Portugal.

A excessiva descentralização, desorganização e corrupção do governo republicano haviam dado azo à proliferação de interesses específicos de determinados grupos de colonos portugueses em Moçambique; haviam também permitido o fortalecimento das companhias majestáticas e concessionárias, como é o caso das Companhias de Moçambique e do Niassa, que controlavam vastíssimos territórios do Centro e Norte de Moçambique. Data também deste período a consolidação da dependência económica do Sul de Moçambique em relação à África do Sul. O regime de Salazar, na tentativa de inverter completamente esta situação, impôs um regime altamente centralizado e autoritário. O seu principal objectivo era explorar mais eficientemente os recursos da sua colónia da África

Oriental em benefício da metrópole, e mais concretamente da classe capitalista emergente que havia levado Salazar ao poder.¹⁵

A primeira preocupação de Salazar foi centralizar e controlar o poder na metrópole. Em virtude de ter adoptado o corporativismo italiano como modelo do seu desenvolvimento político e económico, a fim de reprimir a oposição política, decretou ele uma série de leis fascistas, entre elas a censura estrita à imprensa e o controlo de todo e qualquer tipo de associativismo.

Entretanto, a situação política em Moçambique não mudaria logo de imediato. Apesar da promulgação do Acto Colonial e da Carta orgânica do Império Colonial Português, em 1930, e da Reforma Administrativa de 1933, segundo a qual a administração local das Colónias ficava sujeita ao mandato efectivo de Lisboa, o espírito republicano e liberal, na área política, sobreviveria até aos princípios da década de 30. Na imprensa contestataria as críticas ao racismo e outras injustiças sociais continuaram a aumentar. A grande depressão económica de 1929/34 havia provocado índices elevados de desemprego e, consequentemente, a raça tornara-se um critério importante para a obtenção de emprego.

A competição pelos poucos postos de emprego existentes não foi somente entre os europeus e os africanos (mistos e negros assimilados). Entre estes últimos os conflitos conduziram a uma luta fráctrica. Intensos conflitos entre os sócios do Grémio Africano de Lourenço Marques, a partir de 1931/2, começaram a minar a unidade interna do movimento associativo. Uma das causas deste conflito foi o posicionamento radical dos assimilados negros que exigiam acções mais enérgicas na defesa dos seus membros face ao recrudescimento das barreiras raciais impostas pelo regime ascendente de Salazar.

Seguindo a estratégia de *dividire et imperare* as autoridades coloniais pronta e habilmente exploram estas divergências entre os membros do Grémio Africano de Lourenço Marques a fim de acelerar e consagrar a divisão entre os negros assimilados e os mestiços e, deste modo, enfraquecer o movimento associativo. Os membros associados cedo se aperceberam dos efeitos perniciosos que adviriam da tal cisão e começaram a apelar para a unidade. Segundo Honwana, o Dr. Karel Pott não concordou com a criação de uma nova associação só para negros assimilados, pois se havia apercebido que “os brancos estavam a tentar enfraquecer-nos através da separação”.¹⁶

Esta cisão foi largamente apoiada pelo governo colonial, através da Secretaria dos Negócios Indígenas, e por algumas empresas de colonos influentes como Paulino Santos Gil, João Ferreira dos Santos

e F. Dicca. Assim, os negros assimilados saíram do Grémio e fundaram o Instituto Negrófilo, em Março de 1932.

Noutras cidades do país também se assistiu a uma situação análoga. Por exemplo, na Beira, surgiu o Instituto Negrófilo de Manica e Sofala. Muitas outras associações de carácter racial e étnico se seguiram. Tal é o caso do Instituto Goano de Lourenço Marques, fundado em 1934, e que mais tarde viria a ser conhecido por Associação Indo-Portuguesa; da Associação dos Naturais da Colónia de Moçambique, fundada em 1935 pelos brancos naturais de Moçambique, reagindo contra a categoria de cidadãos de segunda a que a administração de Salazar os sujeitara em virtude de terem nascido em Moçambique e não em Portugal; da União dos Negros Lusitanos da Colónia de Moçambique, fundada em 1936; e da Associação Hindú da Zambézia, estabelecida em 1937.

A função social de todas estas associações era servir os interesses fundamentais dos empregadores da mão-de-obra, como instrumentos para neutralizar ou evitar a radicalização da luta dos trabalhadores contra a exploração de que eram alvo. A sua função política visava um maior controlo de todas as actividades sócio-políticas desenvolvidas por estas associações, a fim de se evitar a emergência de um movimento nacionalista unitário, ou seja, de uma oposição política una. Tudo isto estava a acontecer numa altura em que os articulistas *d'O Brado Africano* estavam a atingir o auge na sua actividade literária e política contestatária, para logo depois serem silenciados pela administração colonial-fascista de Salazar.

O jornalismo político representado pel'*O Brado Africano* nos anos 30

Ficou atrás referido que *O Brado Africano*, fundado a 24 de Dezembro de 1918, se tornara o orgão principal de expressão política do Grémio Africano de Lourenço Marques. O conteúdo da nova fase do jornalismo político pode avaliar-se através deste jornal que, apesar de denunciar pública e veementemente os “desvarios, desmandos, desvios de poder, esbanjamento”, continuou um jornal dominado pela pequena-burguesia reformista, cujo objectivo era somente “humanizar” o colonialismo. Esta ideia transparece claramente num extracto do editorial de 27 de Fevereiro de 1932 intitulado “Basta”:

Desejamos de vós, enfim, uma mais humana política (...). Não pretendemos as comodidades de que vos rodeais, à custa do nosso suor, se bem que a elas houvessemos mais direitos que vós; não pretendemos a vossa refinada educação tão alardeada na nossa presença, pois não desejamos viver obsecados pela ideia de roubar ao nosso semelhante aquilo de que carece e que não nos pertence. Não, mil vezes! Antes a nossa selvageria que tanto vos enche a boca ... e as bolsas.¹⁷

Apesar da aparente rejeição dos valores do colonizador, que nada mais representavam senão a exploração do homem pelo homem e do orgulhoso assumir do “estado selvagem”,¹⁸ ao mesmo tempo pronuncia-se o desejo de igualdade de todos perante a lei, quando, no mesmo editorial se lê: “Queremos ser tratados como aos vossos iguais”. Estava assim selada a ambiguidade. Por um lado critica-se e recusa-se a cultura do colonizador e, por outro, reivindica-se a igualdade dentro do próprio sistema colonial.

Antes, durante os anos 20, as críticas e os ataques dirigidos pelo *O Brado Africano*, tinham sido brandos, mais literários, mas a partir dos princípios da década de 30, em plena crise económica, quando Karel Pott, licenciado em direito, foi eleito presidente do Grémio Africano e director do *O Brado Africano*, este jornal encetou uma campanha mais contundente e mais áspera contra o governo colonial. Karel Pott, distinto líder e jornalista, começou a escrever uma série de artigos atacando directamente algumas formas de governação do regime. Entre os seus famosos artigos se tornou célebre o entitulado *Psi ta gama ha dyini nwa n'kuvana*, expressão Ronga que traduzida para o português significa, “Qual será o fim disto, seus saloios?”¹⁹ Neste artigo Karel Pott censurava a forma como o governo colonial dirigia a sua política indígena. Ao criticar a discriminação racial existente no Instituto de Namaacha, onde havia uma oposição aberta e declarada à admissão de crianças de côr, demonstrou também a consciência de quão importante é a educação para a emancipação dos africanos. Julgo ser pertinente reter algumas passagens desse artigo:

Falamos em nome de milhares e milhares de sêres, a quem na sua terra se nega a mais elementar instrução, base indispensável do desenvolvimento e progresso de qualquer pôvo, afastando-os de convívio com o resto da população branca como se fossem imundos cães leprosos. (...)

Mais que ninguém contribue para os cofres públicos que não olham à sua cor quando se trata de receber, mas é tratado como um escravo pelos seus próprios irmãos que à custa do seu suor vão vivendo, subindo e enriquecendo, e não vem longe a época em que terá de criar uma política especial, de chicote em punho, para castigar a insolência dos negros que se atrevam a andar pelas ruas da cidade, único bem que ainda lhes resta.

Psitagama ha dyini ba nkubana? (...)

Pedimos educação e instrução e não mais queremos ser sacrificados a um materialismo corrosivo e destruidor. (...)¹⁹

Entre os articulistas mais assíduos e mais radicais d'*O Brado Africano* figurava o poeta moçambicano, Rui de Noronha, que amiúde atacou frontalmente a administração colonial e a exploração a que os trabalhadores moçambicanos na África do Sul estavam sujeitos. No seu artigo “Administração”, Noronha, manifestando o seu desapontamento com a forma como a missão civilizadora estava sendo feita e critiando a exploração extrema a que os trabalhadores moçambicanos estavam sujeitos, dizia, *inter alia*:

Carregado de anemia, de quinquilherias e de tuberculose, sobrecarregado de imposto, de alcool e de alcool e de despeso, o preto que regressa das minas do Rand vem morrer à Colónia miseravelmente, sem forças para cavar o magro pão dos derradeiros dias. Vil mercadoria, antigamente, era o preto sujeito à comercial transação de compra e venda... hoje... não lhe vendem o corpo e a vida, mas vendem-lhe o usufruto que é mais que a vida e o próprio corpo. No dizer do eminentíssimo estadista e colonial Dr. Júlio de Vilhena, é uma forma civilizada de escravidão.

Contestando este tipo de civilização sugere:

Civilizar seria educá-los, guiá-los na cultura da terra, ministrar-lhes um ofício, uma profissão, criar escolas, propagar a língua... Isto seria colonizar. Isto seria civilizar. (...)

E sacrificaram-se hostes portuguesas às mangas do Gungunhana, aos pântanos mortíferos e pestilentes, às febres, para quê? Bem perguntaria triste o Gungunhana se hoje fôra vivo, mas o Gungunhana morreu...²⁰

Noronha deixa aqui transparecer a sua consciência de que a sua pátria fora submetida ao colonialismo por causa da derrota do Gungunhana. Neste extracto, além de denunciar a exploração dos trabalhadores moçambicanos, o autor explicita a sua opinião sobre o que devia ser a missão civilizadora. Para ele, entre outras formas de civilizar, uma das mais importantes era a projecção da língua portuguesa, do idioma do colonizador, em detrimento, portanto, das línguas nacionais.

Artigos como este faziam parte de uma campanha contra a discriminação racial, especialmente na educação, na administração da assistência pública aos desempregados, na recusa da admissão de africanos ao funcionalismo público a não ser como intérpretes, e no

pagamento de salários grosseiramente diferenciais aos enfermeiros negros. Sobre o assunto Estácio Dias afirmou:

Na verdade, como se pode admitir que quem estabeleceu como fundamento de distinção a condição única de mérito, da justiça e do direito em todo o território português, venha impor nas Colónias a distinção de cor?... A justiça não existe quando se trata de pretos... nem justiça e, muito menos, humanidade...²¹

Na primeira metade dos anos 30 a acção contestatária dos principais protagonistas do movimento associativo e do jornalismo de intervenção conheceu um período de rápido amadurecimento. O discurso literário e político passou de uma simples reivindicação por melhores condições de vida e laborais, de uma luta pela igualdade racial perante as instituições sociais e jurídicas coloniais, para uma reivindicação política em que se começava a questionar a presença portuguesa em Moçambique e a legitimidade da acção colonial.

Não obstante a orquestrada divisão do movimento associativo e a censura à imprensa, imposta em Janeiro de 1934,²² os elementos mais conscientes da élite pequeno-burguesa, informados de ideias pan-africanistas, foram capazes de ultrapassar a miopia política dos coevos membros conservadores. Ao invés de tentarem “humanizar” o colonialismo, como acontecera há uma década atrás, encetaram um discurso político que apelava por uma África independente. Por exemplo, o pan-africanista Jorge Netto, num artigo intitulado “A África para quem será?” vai muito para além da retórica da élite negra e mestiça deste período. Nesse artigo, questionando a empresa colonial, enfaticamente escreveu:

Por outro lado os europeus que já pela África andam há mais de 500 anos em usufruto do oiro amarelo, do oiro preto (escravo), do diamante, do cacau, do café e de mil e uma produções desta terra inesgotável de riqueza, ainda hoje perguntam para quem será a África. Eles decerto já sabem que ninguém mais pela razão natural das coisas tem direito a África a não ser os africanos (...)

A África para os africanos e outra coisa seria um contra-senso, uma impossibilidade. A África para nós, mas não por ora.²³

Este extracto sugere o despontar de um sentimento nacionalista. Contrariamente aos que procuravam acomodação dentro do império português, ele simplesmente vê o colonialismo como algo temporário, como uma empresa sem futuro em África, pois “a África é para os africanos e outra coisa seria um contra-senso”. Apesar de antever uma África independente como inevitável, na sua óptica, seria ainda

precoce que tal acontecesse. Esta timidez prova que as ideias nacionalistas estavam ainda numa incipiente fase, num período de incubação, daí a expressão proto-nacionalista.

A censura imposta em Janeiro de 1934 teve pouco efeito na circulação e divulgação e discussão de opiniões e de assuntos políticos através do jornal. Muitos dos colaboradores d'*O Brado Africano* continuaram, utilizando várias formas subtils, a escrever artigos que reflectiam um rápido amadurecimento de ideias nacionalistas. Por exemplo, o soneto "Pós da História" de Rui de Noronha, que a seguir transcrevo, pelo seu carácter profundamente crítico e expressivo, aproxima-se do nacionalismo moderno moçambicano:

"Pós da História"

*Caiu serenamente o bravo Quêto
Os lábios a sorrir, direito o busto
Manhude que o seguiu mostrou ser preto
Morrendo como Quêto a rir sem custo*

*Faz-se silêncio lugubre, completo
no gral do vátua célebre e vetusto
E o Gungunhane, em pé, sereno o aspecto
Fitava os dois, o olhar augusto*

*Então Impincazamo, a mãe do vátua
Trifundando da altivez humana e fátua
Aos pés do vencedor cai chorando*

*Oh dor da mãe sublime que se humilha
Que o crime se não esquece à luz que brilha
Oh mães nas vossas lágrimas gritando.²⁴*

Tal como Fátima Mendonça nos explica, este texto evoca a derrota do Imperador de Gaza, Ngungunhane e, ao fazê-lo, Noronha subverte a imagem esterotipada pelo aparelho ideológico do Estado colonial em torno dessa derrota. Ngungunhane sentado no chão por ordem de Mouzinho de Albuquerque. Contudo, Ngungunhane, símbolo da resistência anti-colonial, é poeticamente apresentado "em pé, sereno... o olhar augusto". É a imagem inversa dos compêndios de história de Portugal, representando uma opção deliberada de ignorar os males frequentemente veiculados em relação à sociedade tradicional, e de privilegiar o facto essencial da independência e resistência inerente ao passado moçambicano.²⁵

Entretanto, a invasão da Etiópia pela Itália mussolinica em Outubro de 1935 que, no entanto, se prolongou por seis meses devido à resistência abnegada do povo abissínio, apareceu como um elemento catalizador das ideias panafricanistas em Moçambique.²⁶ Ao eclodir o conflito, quase todos os colaboradores do Brado Africano, ainda que em determinadas circunstâncias tenham tido análises políticas heterogéneas, foram unâimes na condenação, e repúdio da agressão italiana.

A opinião pública revelada na imprensa em Moçambique, mais concretamente em Lourenço Marques, deplorava a agressão italiana e solidarizava-se com o povo abissínio que de mãos nuas tentou, sem sucesso, enfrentar a moderna máquina de guerra italiana. Pôs-se em causa o cinismo da apregoada missão civilizadora da Itália na Etiópia que “provoca a guerra, que traz a morte, desolação e a miséria em muitos lares...”²⁷ em nome da civilização. Um dos colunistas, denunciando a impudente propaganda fascista italiana sobre a missão civilizadora, observou que o objectivo de Mussolini “é apoderar-se das riquezas da Abissinia escravizando o seu povo e isto será tudo menos civilização”.²⁸ Outros se interrogavam com indignação “se a pretenção mussolinica é unicamente civilizar o povo abissínio, para tornar em povo culto, porque deixou de civilizar a Líbia e Somália?”²⁹ A fim de não se verem a braços com a Comissão de censura, os colaboradores do Brado Africano procuravam emitir uma opinião sobre a guerra que se não afastasse muito da oficial. Mesmo assim, havia os arrojados como Óscar de Moura que, apesar de defender que a opinião de todo o homem culto sobre o desfecho desta guerra “deve ser imparcialíssima”, não resiste ao sentimento de solidariedade pan-africanista. Exprimindo a sua compaixão, lástima e dor, escreve:

...Nós como africanos, que estamos sentindo quase a mesma dor cruenta que está sentindo o povo etíope, tormento insultado até ao vilipêndio de ser arrastado inexoravelmente para a morte violenta de metralha; nós, que somos africanos e susceptíveis portanto de nos defrontarmos com qualquer inimigo cobiçoso do nosso torrão natal, necessariamente, nos sentimos com o direito de igualmente emitirmos a nossa [opinião], fira ela ou não a poderosa Itália mussolinica.³⁰

É interessante notar que Moura manifesta aqui não só a sua comiseração e solidariedade para com o povo etíope, como também deixa transparecer a sua maturidade política, a tomada de consciência de que a sua Pátria está colonizada, de que independentemente da opinião dos colonizadores sobre o conflito “nós, que somos africanos... nos sentimos com o direito de igualmente emitirmos, a nossa...”

Contudo, Moura para se não ver a braços com a autoridade colonial portuguesa, ao referir-se à susceptibilidade dos africanos de se defrontarem “com qualquer inimigo cobiçoso do nosso torrão natal”, fá-lo escrupulosa e cuidadosamente, permanecendo na generalidade, na vaga expressão do patriotismo pan-africanista.

Outro artigo não assinado, publicado na revista *Luzitana* e reproduzido em *O Brado Africano*, mostra muito claramente o desapontamento do Négus que, ao abandonar o seu país, não só abandonou o trono como também todas as ilusões “sobre a consciência cúpida do europeu — ávido como um bárbaro e falso como um civilizado decadente...”³¹

Este conflito foi aproveitado pelos colaboradores mais lúcidos do Brado Africano para contornarem a censura imposta em 1934. Sob a máscara da condenação das barbaridades italianas na Etiópia, os críticos do sistema colonial interrogavam-se sobre a obra civilizadora do colonialismo europeu que até então nada tinha feito. Faz-se publicamente, tomando como exemplo a Itália, o balanço da actividade dos colonizadores em África, em geral, e implicitamente em Moçambique, em particular.

Os artigos publicados aquando do conflito italo-etiópico teriam de novo chamado a atenção dos membros das diferentes associações, que entretanto haviam surgido, para a necessidade de unidade e solidariedade. Para além disso a percepção de que a estratégia dos colonialistas era *dividere et imperare* fez com que alguns dos colaboradores d'*O Brado Africano*, como o consagrado poeta Rui de Noronha, admoestassem que

Enquanto nós africanos civilizados não conseguirmos ser um único bloco, trabalhando em conjunto para alcançar um fim que nos satisfaça a todos podemos ter a certeza, mas certeza absoluta, de que serão baldados todos os esforços...³²

Dentro do mesmo espírito de unidade, Francisco Veloso da Rocha, de Quelimane, publicou também, no mesmo jornal, o seguinte apelo:

(...) Para que o ideal de um povo tenha sentido e seja realizável é absolutamente necessário e indispensável que esse povo, em massa, forme uma frente única em se tratando de pugnar por esse mesmo ideal. (...) O povo africano, como todos os outros povos, tem o seu ideal, um ideal altruista e belo que apaixona todo o povo africano que não tem pejo de o ser, um ideal que tem algo de grandioso, de sublime. (...) Para que as nossas agremiações produzam algo de valor em prol da colectividade africana, não basta que elas existam. É preciso que no seio delas haja

união. Frente Única! Sem esta divisa, todo o ideal de uma associação é letra morta. Sem esta divisa, toda a associação por mais bem constituída que seja, está condenada a morrer na obscuridade, o seu ideal não vingará nunca. (...) Patrícios! Unamo-nos, realmente, para assim constituirmos uma frente única que será a nossa força de que necessitamos, para imperturbavelmente, de mãos unidas, trilharmos o caminho traçado pelos estatutos das nossas agremiações. (...) Unamo-nos patrícios; formemos uma única massa, compacta, indissolúvel, para pugnarmos pelos nossos interesses comuns.³³

Estes apelos, porém, parecem ter ocorrido demasiadamente tarde e num clima político totalmente inóspito. As instituições fascistas de Salazar estavam já em plena extensão para as colónias. Além da censura à imprensa, acima referida, imposta em princípios de 1934, o Decreto-lei nº27003, de 14 de Setembro de 1936, cujo principal objectivo era reprimir todas as aspirações políticas progressistas que podessem minar as bases do regime, passou também a ser aplicado nas colónias. Este decreto-lei estipulava, no seu primeiro artigo, que para admissão a concurso, nomeação efectiva ou interina, assalariamento, recondução, promoção ou acesso, comissão de serviço, concessão de diuturnidades e transferência voluntária, em relação aos lugares do Estado e serviços autónomos, bem como dos corpos e corporações administrativas, exigia-se um documento, com assinatura reconhecida, no qual o requerente devia declarar por sua honra que estava "integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas".³⁴

Trata-se, portanto, de uma ameaça de reforma prematura a todos os funcionários públicos e estatais que simpatizassem com ideias consideradas "comunistas e subversivas". Estava assim minada a base material da pequena burguesia intelectual moçambicana que, para poder sobreviver, sem propriedades e negócios particulares, já perdidos durante as crises económicas dos anos 20, tinha, coercivamente, que se integrar na "ordem social estabelecida", abdicando assim, "voluntariamente", da sua actividade política reivindicativa.

O decreto-lei nº 27.552 de 5 de Março de 1937, que instituía nas colónias as bases fundamentais do regime corporativo colonial, representou um golpe fatal ao movimento associativo. Este decreto-lei declarou em vigor, com algumas modificações, no Império Colonial Português, os decretos-leis nº23.048, 23.049 e 23.050 que promulgavam o Estatuto de Trabalho Nacional e estabeleciaam as normas a que os grémios, organismos corporativos das entidades

patronais deviam obedecer. Esta legislação também regulamentava os Sindicatos Nacionais (SN).

Foi à luz desta legislação que se baniu, em 1937, o jornal socialista *O Emancipador* e os que sobreviveram tiveram que renunciar “voluntariamente” à produção textual que pudesse ser considerada subversiva e/ou comunista. Cameçava, assim, um período regressivo na actividade política contestatária que, de chofre, foi silenciada e com ela todas as críticas ao regime colonial-fascista.

Não surpreende pois que, a partir de então, nos deparamos, com muita frequência, com artigos que exprimiam a fidelidade e “satisfação” com a ordem prevalecente. É exemplo bem elucidativo desse género de artigos o intitulado “A questão colonial”.³⁵ O autor desse artigo reagia à sugestão feita por um colaborador do *Essor Colonial et Maritime* num artigo intitulado “Africa and World”, segundo a qual “a carta política da África não pode ser alterada nem modificada, excepto no interesse dos próprios africanos”. O articulista d’*O Brado Africano*, distanciando-se dessa opinião, procurou reafirmar a sua fidelidade ao império português nestes termos, “Por nossa banda, só temos a dizer que somos portugueses e como portugueses queremos morrer!”,³⁶

A legislação fascista parece ter surtido o efeito desejado. Logo após a sua promulgação seguiu-se um período de incerteza e de silêncio quase absoluto. Foi com nostalgia que, em 1940, Noronha se recordava do período em que “na Associação Africana (o antigo Grémio Africano), se fizeram palestras instructivas” em que se havia “criado um ambiente de incitamento cultural interessante”, e continuou:

Hoje essa mesma rapaziada anda isolada, repartida em grupos e grupelhos, não fala, não exterioriza o seu anseio de cultura, não manifesta o seu desejo de, intelectualmente, ser amanhã mais do que é (...)³⁷

Certamente que Noronha ao escrever esta carta se esquecia que já não se vivia a atmosfera republicana, que se estava já num meio em que a perseguição fascista estava na ordem do dia. Não seria, creio, sofisma, após a leitura de um outro seu artigo intitulado, “Sejamos Portuguêses”, inferir que fora admoestado ou mesmo ameaçado pelo regime fascista de Salazar, por causa de toda a sua actividade literária de protesto e incitamento à violação da ordem estabelecida. Nesse artigo apresenta uma postura que é praticamente o antíodo do seu pensamento político da década anterior. O artigo parece-se com uma

espécie de confissão de pecados cometidos. Para uma melhor percepção das minhas especulações, eis algumas passagens desse artigo:

Eu sempre gostei de ouvir os filhos desta terra, sejam eles pretos ou mulatos, falar português. Chego mesmo a ter lágrimas na alma quando ouço um mulato falar landim, com outro mulato, ou mesmo preto (...) Suponho-me por exemplo um viajante de longa caminhada em via férrea. Se me acontece, ao fim da viagem, chegar com o casaco empoeirado, tenho um remédio menos mau: sacudo o casado da poeira, visto-o outra vez, e continuo com o casaco limpo a minha viagem para casa (...) Nós portugueses — porque nós somos portugueses! — devemos procurar em tudo e por todos os meios manifestar que o somos; na prática de língua, na adopção dos usos e costumes, e na integração na História.³⁸

Noronha, usando uma linguagem metafórica parece equiparar a poeira à sua atitude crítica em relação ao regime vigente, ao seu incitamento à unidade. Sacudindo o casaco da poeira, isto é, renunciando a estas ideias, sente-se “limpo”, ilibado dos “crimes” e da “imoralidade” e, deste modo, se sente reabilitado, voltando a ser um “bom patriota português” integrado na história da pátria portuguesa.

Ainda em 1940 foi criada em Mocambique a *Mocidade Portuguesa*, uma organização fascista juvenil³⁹ cujo objectivo era inculcar o patriotismo português nas crianças da já espiritualmente dilacerada pequena-burguesia urbana moçambicana.⁴⁰ O regime totalitário se instalara, e as poucas liberdades democráticas da era republicana (liberdade de expressão e de imprensa) já tinham sido suprimidas. Criara-se um clima inóspito para qualquer contestação política. Começara assim o período obscuro na história do nacionalismo moçambicano. A partir de então o regime totalitário procurou liquidar todas as formas de manifestação política segundo os parâmetros ocidentais democráticos.

Não obstante o regime colonial fascista ter conseguido silenciar as vozes contestatárias da pequena burguesia urbana, o mesmo não aconteceu com as massas, isto é, a população urbana e rural que não fizesse parte da élite. É inequívoco que o governo colonial tenha tido um retumbante êxito na neutralização dos que poderiam, mais tarde, ter constituído uma classe capitalista nacional. Mas as massas, dirigidas pelas igrejas independentes e protestantes, fizeram com que a chama do nacionalismo continuasse a arder latentemente. A coberto destas igrejas, as massas continuaram, de forma muito subtil, a veicular e a nutrir a ideia de liberdade, de uma vida sem opressores estrangeiros. Não é pois surpreendente que alguns dos futuros

proeminentes líderes nacionalistas tenham sido incubados no seio destas igrejas.

Formas da resistência religiosa contra a dominação colonial em Moçambique — O caso das igrejas independentes

Até finais da década 50 as autoridades coloniais portuguesas conseguiram, com êxito, impedir o surgimento de um movimento democrático de massas, através do terror, de um controlo escrupuloso da população africana, bem como da proibição de actividades políticas e da supressão de grupos legais de oposição. O regime de Salazar baniu todas as formas de organização política de oposição, tolerando e promovendo somente os grupos que garantiam a reprodução do sistema.

Porém, outras formas de contestação e resistência política e cultural, não convencionais, revalaram-se importantes elementos para a manutenção do sonho pela liberdade. Este é o caso das igrejas protestantes e independentes que, infelizmente, até à data têm despertado pouca atenção da pesquisa historiográfica. Em Moçambique, tal como noutras partes do continente africano, a penetração colonial foi largamente facilitada pelas missões religiosas. Em virtude da propagação da crença cristã ter sido um elemento principal da subjugação espiritual da população africana, não nos surpreende que profundos sentimentos anti-coloniais tenham procurado a sua base de sustentação ideológica dentro da própria religião. Muitas destas comunidades religiosas, por constituírem uma heresia à religião oficial, a Católica, não eram toleradas. Operavam, por conseguinte, de forma clandestina. Sincréticas quanto ao seu carácter, estas igrejas independentes adaptavam-se muito facilmente às sociedades patriarcais. Para além disso os actos religiosos eram celebrados nas línguas vernaculares das diferentes populações. Estes dois factores, a proximidade da sociedade patriarcal e a língua, facilitaram a expansão de muitas “seitas religiosas gentílicas”, como as autoridades coloniais as apelidavam, entre as massas sem nenhuma escolarização formal.

Em Moçambique, por razões acima mencionadas, a contestação africana contra a dominação colonial, no período entre a segunda metade da década de 30 e o período do pós II Guerra Mundial, ficou reduzida à actividade desenvolvida pelas igrejas protestantes e independentes. Ainda que estas “seitas religiosas” tenham aceitado muitos elementos da religião cristã, sobretudo os do Antigo

Testamento por se revelarem muito próximos da sociedade patriarcal, misturavam-nos com outras formas da religião traditional africana. Este sincretismo contribuiu bastante para a emergência de uma identidade cultural e espiritual diferente da oficial, o que, consequentemente, permitiu o surgimento e consolidação de uma consciência política de matiz nacionalista.

Em 1918, setenta e seis igrejas separatistas ou independentes eram já conhecidas em Moçambique e, vinte anos mais tarde, o número havia subido para cerca de trezentas e oitenta.⁴¹ Muitas destas igrejas independentes tinham sido fundadas dentro do país e outras em territórios vizinhos. Este é o caso da Igreja Episcopal Metodista Africana (*African Methodist Episcopal Church*, AMEC), fundada na África do Sul e posteriormente trazida para Moçambique pelos mineiros moçambicanos.⁴² Apesar de ter sido trazida por mineiros, que muitas vezes não eram assimilados, é reportado que a maior parte dos seus membros eram os assimilados radicais, cujo objectivo era a eliminação do colonialismo e promover o progresso social e político dos africanos.⁴³

Outra, também com fortes ligações à Missão Metodista Episcopal Americana (*American Methodist Episcopal Mission*), sediada na África do Sul, era a *Igreja Luz Episcopal*, dirigida por Elias Saúte Mucambe.⁴⁴ Entre as actividades mais notáveis de Mucambe salientou-se a edição de um livro, impresso ilegalmente, contendo poesia de matiz verdadeiramente revolucionária. Por exemplo, no seu poema de quatro estrofes “Seu Negro”, além de ter celebrado enfaticamente a sua africanidade e o orgulhoso assumir da sua raça, protestando contra o racismo e a dominação estrangeira, exprimiu uma rejeição categórica da exploração económica dos africanos pelos ocupantes europeus. Eis o poema:

Seu Negro!
Assim alguns me chamam neste Mundo,
Pela cor que Deus me pintou na Terra,
Aceito isso de boa vontade e grato,
Pois sou negro de beiços grossos.

É na terra negra em que o branco,
Enche a sua algibeira de tesouro,
E safar-se para lá — além do mar,
Com o suor desse negro como carvão!

Vá seu negro! Seu cão! Seu macaco!
Sou cão sem rabo! Macaco sem tolice!
E sou negro feito na imagem de Deus!

*Não tenho culpa por ter nascido preto,
E nem sinto pena de o ser como julgam,
Contrário sinto orgulho de ser negro!*

Mucambe pertenceu ao grupo de indivíduos que sempre lutaram pela realização plena dos valores culturais dos africanos. Opunha-se, por exemplo, à política assimilacionista, cujo objectivo era a criação de elementos leais ao Estado colonial português. Distanciando-se de indivíduos como Rui de Noronha, que sempre viu na expensão do Português uma das formas de civilizar, Mucambe rejeitou este conceito de civilização e apelou sempre pela aprendizagem e prática das línguas vernaculares. Uma vez que a percentagem de moçambicanos fluentes no Português era diminuta, a insistência de Mucambe para que se usassem as línguas nacionais nos serviços religiosos parece ter proporcionado um ensejo muito peculiar para a maioria da população de Moçambique exprimir as suas angústias e ansiedades nas suas próprias línguas.

Num diálogo respeitante à Cultura Africana, em letras bem redondas, Mucambe elucida os leitores sobre a existência de uma Causa Africana. Neste diálogo, com certa deferência faz alusão aos fundadores e líderes da Associação Africana, do Centro Associativo dos Negros da Colónia. Faz ainda referência ao pan-africanismo nestes termos:

O Pan-Africanismo é o amor mútuo entre todos os povos africanos do Mundo inteiro, Temos os exemplos de “Pan-Latinismo” entre os Povos Latinos e “Pan-Americanismo” entre os Povos da América. A doutrina do Pan-Africanismo ensina-nos que somos uma raça enviada por Deus a fim de viver em África, não somos inferiores nem superiores às outras raças do Mundo.⁴⁵

Nesse seu extensivo diálogo faz também referência a mensários, *Nyeleti Ya Mixo* e *Kuxa ka Mixo*, que mais tarde se juntaram e formaram um baluarte mensal, o *Mahlalahle*, que significa “Estrela do Alvor”. Nestas revistas estão inseridas discussões sobre as línguas moçambicanas, que teriam conduzido a um acordo ortográfico entre os três dialectos da língua Tsonga, o Xitsua, Xironga e Xangana.⁴⁶ Faz ainda menção a uma visita à África do Sul, nos anos 40, onde se encontrara com Eduardo Mondlane, na altura estudante naquele país e que viria, mais tarde, a ser o arquitecto do movimento nacionalista moçambicano. Sobre a visita comentou:

(...) Os Africanos ai têm um “Congresso Nacional Africano” que une todos os africanos da União da África do Sul. Eles têm voz como homens, voz como mulheres e voz como estudantes! (...)⁴⁷

Pelo extracto acima transcrita é evidente que Mucambe estava a comparar a situação política de Moçambique, após a imposição da repressão absoluta pelo regime de Salazar, com a da África do Sul no período anterior a 1948, onde havia certas liberdades políticas.

Em princípios dos anos 50, Rafael Nhaguilunguana Jassone, pastor da igreja *The Holy Catholic Apostolic Church Zion*, que fora militar do exército português durante o período da II Guerra Mundial e que cumprira a sua missão no Timor e na Índia, é citado como tendo afirmado que o “Indianó muito tempo estar amarrado, muito. Sacudiu, sacudiu e partiu a corda. Hoje tem vida dêle, tem liberdade. Mulato também já sacudiu corda.”⁴⁸ E, mais adiante, segundo o mesmo relatório, teria ainda declarado:

Que o que nós queremos e pedimos nas nossas orações das nossas igrejas é que tivessemos sossego e não sermos mais escravos durante toda a vida. (...) Mas o que nós queremos é ser como as outras pessoas dos outros Países. (...) Nós só trabalhamos para os brancos e o lucro do trabalho é só para os brancos.⁴⁹

Lidos estes extractos é-me lícito inferir que as igrejas independentes, no período em que as associações políticas não integradas dentro da ordem estabelecida por terem já sido banidas, desempenharam um importantíssimo papel mobilizador para o amadurecimento do sentimento nacionalista pró independência. É ainda importante lembrar que esta actividade política era, na sua essência, orientada para as massas iliteradas, que viriam a ser a base social principal do movimento de libertação. As viagens ao estrangeiro, feitas por alguns líderes destas igrejas, ajudaram, de alguma forma, para a tomada de consciência de que a situação vivida em Moçambique era anómala. Por isso, as aspirações da população que frequentava estas igrejas não podem ser entendidas como um simples idealismo religioso, mas sim um verdadeiro e genuino sentimento anti-colonial.

É ainda premente recordar que toda a actividade política destas igrejas independentes era feita de forma camouflada. A fim de evitarem a sua proibição ou banimento elas sempre esconderam as verdadeiras intenções da sua actividade, fazendo simplesmente transparecer os designios espirituais. Por isso, não é surpreendente que o desejo popular de se ver livre da opressão e do colonialismo fosse, muitas

vezes, expresso através de hinos durante os serviços religiosos. Por exemplo, na igreja Shembitas ou Nazaritas alguns dos hinos eram autênticos apelos às massas para a luta pela sua liberdade. Eis, por exemplo, a letra do hino nº 17:

O castigado não é desprezado

Não se deve deixar corromper-se

Acordai, Acordai

Africanos

O peso da opressão

Humilha-te

Acordai, acordai

Nós africanos

E os versos do hino nº 46 eram ainda mais incisivos:

Acorda África

Procura o Salvador

O tempo é oportuno

As Nações progridem e tu ficas

Acorda África

Procura o Salvador

Hoje és um ridículo

Para todas as Nações

Acorda África

Procura o Salvador

Hoje somos capachos

Onde os outros limpam os pés

Acorda África

Procura o Salvador

Hoje os teus filhos

*São escravos dos estrangeiros.*⁵⁰

Tudo isto sugere que as igrejas independentes acomodavam não só os crentes, como também os proto-nacionalistas e pan-africanistas. Não foi pois um acaso que a administração colonial, a partir de princípios da década 50, tenha começado a persegui-las. É um facto que estas igrejas durante as primeiras décadas da sua existência nunca estiveram tão directamente envolvidas em acções políticas. Porém, o recrudescer da repressão, sobretudo a partir de princípios da década 40, especialmente após o estabelecimento do corporativismo colonial e

introdução das culturas forçadas do algodão e do arroz, mudou por completo a atitude destas igrejas. Elas foram-se transformando em santuários da resistência passiva contra o colonialismo. O seu discurso deixou de ser puramente espiritual e idealista, para passar a ser veículo de uma retórica exigindo mudanças políticas. Considero, por isso, a actividade destas igrejas como parte particularmente importante e inseparável do processo da emergência do nacionalismo moçambicano. O que não era possível fazer-se utilizando as tradicionais formas de contestação política foi, muitas vezes, conseguido através destas igrejas.

Conclusão

A ruína da base material da pequena burguesia nacional durante as crises económicas dos anos 20 e o seu silenciamento violento pelo regime de Salazar minaram por completo toda e qualquer possibilidade de uma continuidade no desenvolvimento das relações de produção capitalistas após a descolonização de Moçambique. Estes condicionalismos determinariam depois o próprio perfil de classe do movimento de libertação nacional, cuja base social estava assente na população desfavorecida. Tudo isto nos pode ajudar a compreender o radicalismo do processo de descolonização de Moçambique e a subsequente ruptura do pleno desenvolvimento do país em moldes capitalistas. Basil Davidson, discutindo o impacto das condições de descolonização no carácter dos estados africanos pós-independência, anotou que a transição pacífica deu azo à possibilidade de neocolonização, "mas sempre que os povos colonizados tenham sido obrigados a utilizar a sua própria contra-violência contra a violência dos sistemas coloniais, a posterior imposição de restrições neocoloniais tornou-se mais difícil de conseguir. Estes povos podiam ganhar as suas guerras de independência, somente através da destruição dos sistemas coloniais nos seus países."⁵¹

Comparando a história dos nacionalismos de Moçambique e Quénia e o seu impacto no perfil dos estados pós-independência, é fácil compreender que o que aconteceu em Moçambique foi o resultado de décadas de repressão política extrema por parte do regime de Salazar que, devido à sua miopia política, dizimou a pequena burguesia nacional moçambicana na década 30. De facto, no Quénia, depois da derrota dos Mau-Mau, os britânicos procuraram consolidar a facção conservadora, ou seja a pequena-burguesia rural, isto é, elementos que estavam mais propensos a uma economia capitalista, a uma

acumulação e investimento de capitais na propriedade privada. Deste modo, o governo britânico, preparou gradualmente uma classe média do Quénia, que depois da independência favoreceu a acumulação à distribuição da riqueza.⁵² Enquanto que em Moçambique, em virtude da ausência de uma classe média nacional forte, e de a base social do movimento nacionalista ter sido a população economicamente desfavorecida, o governo que se instalou inclinou-se mais para a distribuição da riqueza nacional herdada.

NOTAS

¹Benedict R. Anderson, *Imagined Communities: Reflections on The Origin and Spread of Nationalism*. London, New York: Verso, 1991.

²Partha Chatterjee, "Whose imagined Community?", palestra pública proferida na Universidade de Minnesota (4 de Outubro de 1991), Organizada pelo MacArthur Interdisciplinary Program on Peace and International Cooperation. Chatterjee é professor no Centro para Estudos em Ciências Sociais, Calcutá.

³Apesar de ter lido há já muito tempo os instructivos artigos de Mário de Andrade sobre a problemática do proto-nacionalismo em Moçambique, ao redigir este artigo lamentavelmente não os tive em mão. Recomendo aos eventuais leitores deste artigo a ler "Proto-Nacionalismo em Moçambique. Um Estudo de Caso: Kamba Simango (c.1890-1967)", in *Arquivo*, nº6, (Out. 1989); e "As Ordens do Discurso do 'Clamor Africano': Continuidade e Ruptura na Ideologia do Nacionalismo Unitário", in *Estudos Moçambicanos*, nº 7, (Fev. 1990).

⁴Com o conceito Movimento Associativo refiro-me à actividade criativa das agremiações sociais e culturais que, nos anos 20 e 30 deste século, desempenharam um papel político importantíssimo que iria desaguar naquilo que o falecido e ilustre Mário de Andrade apelidou de proto-nationalismo.

⁵Aqui refiro-me às obras de Noémia de Sousa, José Craveirinha, Marcelino dos Santos e Malangatana, entre outros.

⁶Para mais, veja Eduardo Mondlane, *The Struggle For Mozambique*, Zed Press, London, 1983, pp.107-114; e *História de Moçambique*, Capítulo V, no prelo.

⁷Sobre o desenvolvimento do capitalismo no Quénia veja Robert H. Bates, *Beyond The Miracle of the Market: The Political Economy of Agrarian Development in Kenya*, Cambridge University Press, Cambridge, New York, New Rochelle Melbourne Sydney, 1989, p.147

⁸Jeanne Penvenne, "‘We are all Portuguese!’ Challenging the political Economy of Assimilation: Lourenço Marques, 1870-1933" in Leroy Vail (ed.), *The creation of Tribalism in Southern Africa*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1991. pp.269.

⁹Ibid., p. 270.

¹⁰Para mais sobre o assunto veja A. & B. Isaacman, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Westview Press, 1983. p.74.

¹¹O período republicano começou depois da Revolução de 1910 quando, em Portugal, a monarquia foi substituída pela república. O golpe de estado de 1926 marcou o fim deste período republicano que fora caracterizado por cartas liberdades democráticas.

¹²No mesmo período, a situação económico-financeira em Moçambique não era nada melhor. Em princípios de 1925 a moeda da então Província de Moçambique (libras e escudos) estava desvalorizada em 25%. Alarmado com essa desvalorização o Alto Comissário Azevedo Coutinho, que recentemente chegara à Moçambique, criou um Conselho de Câmbios em substituição do Conselho de Finanças que datava de 1922, e que não se mostrara à altura da situação, dando-lhe a centralização de todas as cambiais da Colónia e atribuindo-lhe a função de as distribuir adequadamente. Contudo, esta tentativa de fazer frente à inflação galopante em vez de melhorar a situação tornou-a pior. As instruções oficiais reguladoras dessa distribuição publicadas no *Boletim Oficial*, deixaram em poucos dias de ser cumpridas: os membros do Conselho desinteressaram-se das suas funções e este ficou a ser manobrado pelo seu secretário, que dispunha das Cambiais como melhor lhe parecesse e quase sempre a favor de protegidos e amigos. O comércio a quem elas eram, pelas instruções destinadas, dificilmente conseguia obtê-las do Conselho e tinha por isso que ir comprá-las na praça aos apaniguados da situação. A especulação tornou-se desenfreada e o resultado disso foi a subida de câmbio com uma rapidez até ali não vista. Desde a data da criação do Conselho, 3 de Janeiro de 1925, até à data em que o Coronel José Cabral foi nomeado seu presidente, isto é, até Setembro de 1926, subiu o câmbio de 25% para 80%! Para mais sobre este assunto veja Arquivo Torre do Tombo [Arquivo de Salazar], AOS/CO/UL - 9A, Pasta 1: 1^a Subdivisão - "Situação Financeira de Moçambique (1929-1938)", "Factos e Números relativos ao Governo da

Província de Moçambique", pelo Coronel José Cabral, 16 de Novembro de 1926 a 30 de Junho de 1929.

¹³Os militares tinham todavia alguma experiência política, pois como membros da burguesia burocrática e parlamentar, haviam participado na política portuguesa desde o século XIX, sem porém aparecer como um grupo organizado e de primeiro plano.

¹⁴Isaacman, op. cit. p.27

¹⁵Raúl Honwana, *The Life History of Raúl Honwana: An Inside View of Mozambique from Colonialism to Independence, 1905-1975*. Ed. A. Isaacman, 1988. p. 98.

¹⁶O Brado Africano (BA), 27 de Fevereiro de 1932.

¹⁷Eduardo Mondlane, *Lutar por Moçambique*, (1977) pp. 114.

¹⁸Raúl Honwana, op. cit., p.101.

¹⁹Karel Pott, "Psitagama ha dyini ba nkubana?", BA, XIV, No. 588, 27 de Fevereiro de 1932.

²⁰B.A, 2 de Abril de 1932.

²¹B.A, 20 de Fevereiro de 1932.

²²A lei metropolitana de censura à imprensa, vigente em Portugal a partir de 1933, foi, em 29 de Janeiro de 1934, adoptada pelo Governo Geral de Moçambique. Assim foi instituída uma Comissão de Censura, composta de três militares e que passou a rever todos os jornais antes da sua publicação.

²³Jorge Netto, "A África para quem será?", BA, nº594, 9 de Abril de 1934.

²⁴BA, nº728, 3 de Novembro de 1934.

²⁵Veja F. Mendonça, "Rui de Noronha, António Rui de Noronha, Lourenço Marques, 28.10.1909 - 25.12.1943", in *Domingo*, 4 de Janeiro de 1987.

²⁶Veja Arlindo Chilundo, "O Brado Africano e o Conflito Italo-etiópe" (Outubro de 1935 - Maio de 1936) in *Tempo*, 19 de Abril de 1987.

²⁷Óscar de Moura, "A selvageria etíope ante à civilização italiana", BA, XIX, nº797, 7 de Março de 1936.

²⁸Barata Cruz, "O Atentado da Itália contra a Civilização Europeia", *BA*, XIX, nº791, 25 de Janeiro de 1936.

²⁹Júlio Verne, "Conflito italo-abexim", *BA*, XIX, nº798, 21 de Março de 1936.

³⁰Óscar de Moura, *op.cit.*

³¹"O Négus Errante", *BA*, ano XIX, 16 de Maio de 1936.

³²Rui de Noronha, "Solidariedade", *BA*, nº803, 18 de Abril de 1936.

³³Francisco Veloso da Rocha, "Frente única", *BA*, Ano XX, nº 849, 13 de Março de 1937.

³⁴*Boletim Oficial*, nº41, I Série, 14 de Outubro de 1936.

³⁵*B.A.*, nº 845, 6 de Fevereiro de 1937.

³⁶*Idem.*

³⁷Rui de Noronha, "Hoje e Amanhã, Carta a Alguns Amigos Meus", *BA*, nº1001, 4 de Outubro de 1940.

³⁸Rui de Noronha, "Sejamos Portuguêses". *BA*, nº1005, 25 de Novembro de 1940.

³⁹*BA*, 20 de Julho de 1940.

⁴⁰Mesmo assim a Mocidade Portuguesa não conseguiu evitar a adesão dos jovens estudantes africanos às ideias do nacionalismo. Em finais de 1949, um grupo de estudantes secundários moçambicanos com afinidades ao Centro Associativo dos Negros, (o antigo Instituto Negrófilo), fundou o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique, (NESAM), cujo objectivo era "fomentar unidade e camaradagem entre os jovens africanos, através do desenvolvimento da sua capacidade intelectual, espiritual e física, para melhor servir a comunidade." A primeira fase deste núcleo foi de pouca duração. As autoridades coloniais, considerando-o uma organização nacionalista embrionária, baniram-no. Para mais veja *História de Moçambique*, Capítulo 5: A Luta dos Camponeses e Trabalhadores e a Contestação da Situação Colonial, 1945-1961, por David Hedges e Arlindo Chilundo.

⁴¹José Alberto Gomes de Melo Branquinho, "Prospecção das Forças Tradicionais", Nampula, 1966. pp.73-80.

⁴²Afonso Ferraz de Freitas, "Seitas Religiosas Gentílicas" (Lourenço Marques, 1956-7), Vol.I, p.20.

⁴³*Ibid.*, p.32

⁴⁴*Ibid.*, vol.II, p.26

⁴⁵*Ibid.*, vol. II, p.31

⁴⁶*Ibid.*, vol. II, p.37.

⁴⁷*Ibid.*, vol. II, p.31.

⁴⁸*Ibid.*, vol. III, sem pag.

⁴⁹*Ibid.*

⁵⁰*Ibid.*, p.45

⁵¹Basil Davidson, *Modern Africa: A Social & Political History*, 2a. ed., Longman, London and New York, 1989., Capítulo 9.

⁵²Robert H. Bates, *Beyond The Miracle of the Market: The Political Economy of Agrarian Development in Kenya*, Cambridge University Press, Cambridge, New York, New Rochelle, Melbourne, Sydney, 1989, p.147.

13^a ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS

RESOLUÇÕES

Na sua 13^a sessão, realizada em Beijing a 4, 6 e 7 de Setembro de 1996, a Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos

aprova:

o relatório geral (AG/96/3), notando com satisfação a muito boa realização do 4º plano de médio prazo;

os relatórios trimestrais da Comissão para o Desenvolvimento dos Arquivos (CAD), da Comissão para a Administração do Programa (CPM) e da Comissão para o Desenvolvimento do Programa (CSP) (AG/96/3a-c);

o Estatuto da Secção de Arquivos das universidades e instituições de pesquisa (ICA/SUV), da Secção de Arquivos dos parlamentos e partidos políticos (ICA/SPP) e da Secção de Arquivos das igrejas e comunidades confissionais (ICA/SKR), e estabeleceu definitivamente estas secções;

o relatório financeiro 1992-1996 (AG/96/5) e a nova tabela de cálculo de cotações, efectiva a partir de 1997 (AG/96/6) e, agindo na qualidade de 4^a Reunião dos Delegados, o projecto de orçamento para 1997 (AG/96/7);

a emenda aos Estatutos e as medidas de acompanhamento para os membros apoiantes e membros benfeiteiros (AG/96/8);

o Código Deontológico, tal como foi alterado (AG/96/9);

a Orientação Estratégica para 1996-2006 (AG/96/10);

a decisão do Comité Executivo de participar no Comité Internacional do Escudo Azul e de aprovar o projecto de protocolo de acordo (AG/96/11);

os relatórios trimestrais da Conferência Internacional da Mesa-Redonda dos Arquivos (CITRA) e do Secretariado de Coordenação para o Programa Europeu (ICA/EUR) (AG/96/R1&2);

os relatórios de todas as delegações regionais, secções, comités e grupos de trabalho (AG/96/R3-34);

os relatórios da Comissão ad-hoc sobre as Normas de Descrição, Inquérito Arquivístico sobre a História do Clima, e o Projecto da Terminologia (AG/96/R35-37);

adopta:

as conclusões da reunião conjunta ICA/IFLA sobre o futuro das duas profissões, realizada em Pequim a 1 de Setembro;

e concede o seu acordo:

à criação de uma secção provisória de Arquivos Militares.

Eleição do Comité Executivo

Sob proposta do Comité de Candidaturas e de acordo com os artigos 22 a 25 dos Estatutos, a Assembleia Geral elegeu, para o período 1996-2000:

PRESIDENTE Sr. Wang Gang, *China*

VICE-PRESIDENTES

Presidente do CAD Sr. Moncef Fakhfakh, *Tunísia*

Supelente Sr. Björn Lindh, *Suécia*

Presidente do CPM Sr. Eric Ketelaar, *Paises-Baixos*

Presidente do CSP Sra. Sarah Tyacke, *Reino Unido*

Supelente Sra. Trudy Peterson, *Hungria*

Presidente do CITRA Sr. Christoph Graf, *Suiça*

Supelente Sra. Comfort Ukwu, *Nigéria*

Hospedeiro do 14º Congresso
Internacional de Arquivos

Sra. Margarita Vázquez de Praga, *Espanha*

MEMBROS ELEITOS
África e Países Árabes
Supelente

Sr. José Maria Almeida, *Cabo Verde*
Sra. Ndiyoi Mutiti, *Zâmbia*

Ásia e Oceânia
Supelente

Sr. George Nichols, *Austrália*
Sra. Sayed Hassan Shahrestani, *Irão*

Europa e América do Norte
Supelente

Sr. Lorenz Mikoletzky, *Austria*
Sr. Volodymyr Lozytsky, *Ucrânia*

América Latina e Caraíbas
Supelente

Sra. Patricia Galeana, *México*
Sra. Lia Malcher, *Brasil*

Representante da Categoria B
Supelente

Sra. Yvonne Bos Rops, *Países-Baixos*
Sra. Margaret Turner, *Reino Unido*

Representante da Categoria C
Supelente

Sr. Manfred Pohl, *Alemanha*
Sra. Zohar Aloufi, *Israel*

TESOUREIRO

Sr. Klaus Oldenhage, *Alemanha*

Eleição dos Membros Honorários

Sob proposta do Comité de Candidaturas e de acordo com o artigo 3 dos Estatutos, a Assembleia Geral elegeu como membros honorários as seguintes pessoas:

Sr. Jean-Pierre Wallot, *Canadá*

Sr. Eckhardt Franz, *Alemanha*

Sra. Zakiah Hanum Nor, *Malásia*

Sr. Haris de Silva, *Sri Lanka*

Sr. Robert-Henri Bautier, *França*

Sra. Luzalba Chacon Leon, *Costa Rica*

Sr. Elio Lodolini, *Itália*

Sr. Alf Erlandsson, *Suécia*

RECOMENDAÇÕES

O facto do 13.º Congresso Internacional de Arquivos ser, simultaneamente, o último Congresso a ter lugar no século XX e o primeiro do género organizado num país exterior à Europa e à América do Norte, oferece à profissão uma ocasião única de fazer a ponte para o plano internacional e de se projectar para o novo milénio.

O 13.º Congresso Internacional de Arquivos adoptou as seguintes recomendações:

Cooperação Internacional

Em matéria de arquivos, um grande número de objectivos não pode ser atingido sem o recurso à cooperação entre serviços de arquivos e entre estes e as organizações a que pertencem.

Os recursos, tanto humanos como financeiros, susceptíveis de ser mobilizados no quadro das entidades em cooperação são superiores àqueles que um país isolado pode mobilizar.

Para além dos resultados materiais que podem advir da cooperação, esta produz efeitos inestimáveis ao permitir abranger colectivamente a dimensão internacional dos problemas em matéria de arquivos, tomar consciência de tradições nacionais diferentes e complexas, abrindo ao mesmo tempo perspectivas novas de cooperação em numerosos campos.

Consequentemente, o 13.º Congresso Internacional de Arquivos, saudando os esforços de colaboração já empreendidos, recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos que:

1. continue a sublinhar a importância do papel desempenhado pela UNESCO nos progressos alcançados na promoção dos arquivos. Notando com satisfação que a UNESCO concedeu ao CIA o estatuto de “associado” em 1996, o Congresso solicita ao Comité Executivo que exprima, em seu nome, a sua gratidão ao director-geral da UNESCO.
2. continue a cooperar em estreita ligação com o Conselho da Europa nos seus esforços visando modernizar e democratizar os arquivos da Europa central e oriental.

3. reforce no futuro as actividades com as organizações não-governamentais parceiras e, em particular
 - a) desenvolva com o IFLA o programa de actividades conjuntas previsto no documento denominado “Plataforma de Pequim”.
 - b) desenvolva a cooperação com o *ARMA International*, o *International Records Management Trust* e outros organismos, tendo em consideração o rápido desenvolvimento no domínio da gestão da informação, de que a gestão dos documentos e a administração de arquivos fazem parte integrante.
 - c) coopere com organizações que operem em especialidades vizinhas, tais como a Associação Internacional dos Arquivos Sonoros, a Federação Internacional dos Arquivos de Televisão e a Federação Internacional dos Arquivos do Filme, desenvolvendo estratégias para a harmonização de programas como os que respeitam às normas de descrição e de formação técnica.
4. encoraje a cooperação intra e inter-regional, prestando especial atenção à cooperação entre países e entre regiões do hemisfério sul e examine os meios que, no futuro, melhor permitam apoiar as iniciativas em matéria de desenvolvimento, a fim de obter a máxima eficácia na utilização dos limitados recursos financeiros de que dispõem as partes que participam no desenvolvimento.
5. declare que os arquivos dos organismos internacionais, governamentais ou não-governamentais, que encerram documentação de importância vital para compreender a segunda metade do século XX, devem ser objecto de uma atenção crescente, sobretudo no que respeita ao acesso aos documentos; estabeleça, em particular, laços oficiais de cooperação com a Comissão de História das Relações Internacionais a fim de assegurar que as necessidades dos pesquisadores sejam tidas em conta no desenvolvimento de programas de arquivo no seio das organizações internacionais.

Protecção do Património Arquivístico

Os conflitos armados, as crises económicas e políticas, as catástrofes naturais e tecnológicas, põem os arquivos em grave risco.

Nenhum país está ao abrigo de tais perigos e daí o evidente interesse de todos os arquivos em facilitar medidas que possam ser tomadas em matéria de cooperação internacional, para limitar aqueles.

Os arquivos representam o património comum das nações e, em período de conflito como em tempo de paz, o dever primeiro do arquivista consiste em assegurar a protecção dos arquivos e pô-los à disposição dos potenciais utilizadores.

Consequentemente, o 13.º Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos que:

6. reitere a resolução da Conferência Internacional da Mesa-Redonda dos Arquivos de Washington, em 1995, e incite os arquivistas, em particular os directores das instituições nacionais de arquivos e os presidentes das associações profissionais, a apelar aos seus governos para que subscrevam, se não o fizeram já, a Convenção e o Protocolo de Haia de 1954 sobre a protecção dos bens culturais em caso de conflitos armados, insista na aplicação dessa Convenção por todos os meios e instituições apropriadas, e preste a maior atenção a todos os projectos de revisão da dita Convenção.
7. participe activamente no Conselho Internacional de Museus, no Conselho Internacional dos Museus e Sítios (ICOMOS) e no IFLA, na obra do Comité Internacional do "Escudo Azul" consagrada à protecção do património cultural, de que o património arquivístico é parte essencial.
8. conceda elevada prioridade à preparação de um estudo sobre a gestão de arquivos em tempo de guerra, respondendo muito especialmente à necessidade de dotar as pessoas civis e militares de instruções precisas para a protecção e evacuação dos arquivos.
9. coopere com as instâncias intergovernamentais para facilitar a regulação bilateral de diferendos que possam surgir em matéria de reivindicações de arquivos.

A mundialização da sociedade de informação exige dos arquivistas que assumam uma postura cooperativa na gestão da informação.

O desenvolvimento e a adaptação regular de procedimentos normalizados é útil para arquivistas, governos e utilizadores, pois assegura a compatibilidade e transmissibilidade das informações no espaço e no tempo.

Em consequência, o 13.º Congresso Internacional de Arquivos, saudando o trabalho realizado nesta última década, recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos que:

10. estabeleça no seu seio um órgão permanente para o prosseguimento do trabalho de normalização no domínio da análise arquivística iniciada pelo CIA/DDS e, em particular,
 - a) assegure-se que as normas publicadas até agora, ISAD (G) e ISAAR (CPF) serão reexaminadas à luz dos comentários recebidos da comunidade arquivística internacional,
 - b) promova a difusão e a tradução o mais amplas possível dessas normas para os membros do CIA e encoraje as formas de as pôr em prática,
 - c) desenvolva, se necessário, outras normas de descrição aparentadas, incluindo nomeadamente as que respeitam aos suportes especiais, em colaboração com outros organismos internacionais relacionados.
11. estude os meios mais eficazes de o CIA, agindo em nome da comunidade arquivística internacional, apoiar activamente activamente e difundir os resultados dos trabalhos de organismos internacionais no campo da normalização nos domínios de competência dos arquivos.
12. identifique, com a ajuda dos órgãos relacionados com o CIA, os domínios nos quais normas complementares próprias de arquivo devam ser redigidas, incidindo nas exigências específicas dos arquivos na utilização de certas tecnologias como a numeração, e elabore os procedimentos que permitam desenvolver tais normas.

O saber insubstituível e as competências tradicionais do arquivista devem ser mobilizados em favor da identificação e da preservação da informação de interesse permanente, qualquer que seja o seu suporte.

Os conhecimentos do arquivista e as suas competências são e devem continuar indispensáveis à sociedade. O fosso existente em matéria de conhecimentos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento deve ser suprimido e, por todos os meios, deve impedir-se que se alargue.

Por isso, o 13.º Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao CIA que:

13. encoraje o estudo da arquivística enquanto disciplina distinta, ministrada no quadro de programas de ensino organizados, onde formação prática e investigação estejam intimamente ligadas e onde o papel fundamental do arquivista no campo da gestão da informação seja claramente valorizado e onde os laços com outras profissões de informação sejam encorajados.
14. promova o desenvolvimento da teoria e da prática arquivística, encorajando as delegações regionais, as secções e os comités do CIA a tomar iniciativas em matéria de formação onde for possível, e suscite um debate internacional sobre o Código de Deontologia do CIA apresentado aquando da Assembleia Geral de 1996, a fim de promover o desenvolvimento da teoria e da prática arquivísticas, tendo em conta a variedade de tradições jurídicas e culturais de cada nação.
15. crie um organismo encarregado de estabelecer uma cooperação permanente entre publicações periódicas sobre arquivos, integrando a sua tradução e difusão.

Estruturas do CIA

As rápidas mutações que caracterizam a profissão do arquivista e o contexto no qual o CIA trabalha requerem que este tenha uma estrutura ao mesmo tempo sólida e flexível para assumir as actuais actividades e as futuras, que não cessam de aumentar.

O crescente interesse manifestado em relação ao CIA e, mais geralmente, às actividades arquivísticas internacionais, do qual os 2600 arquivistas reunidos no Congresso de Pequim são testemunho, exige que o CIA estude o meio de

fazer com que os arquivistas possam participar plenamente nas suas actividades.

O CIA e suas delegações, comités e secções, devem apresentar novas perspectivas para enquadrar e orientar o programa de desenvolvimento, achar fundos para o lançamento e testagem de novas iniciativas, e assegurar que não haja sobreposição ou duplicação de esforços.

Em consequência, o 13.^º Congresso Internacional de Arquivos recomenda ao Conselho Internacional de Arquivos que:

16. solicite ao Comité Executivo que estude os procedimentos com vista a favorecer uma maior cooperação no seio das delegações regionais do CIA e no seio do Bureau Europeu, e examine se em certas regiões as estruturas subordinadas podem influenciar positivamente o desenvolvimento dos programas de arquivos.
17. desenvolva a utilização da *World Wide Webb* enquanto instrumento de difusão das actividades do CIA, a fim que um número cada vez maior possa tirar proveito dos serviços de publicação e informação, estimule a discussão sobre as teorias e problemas pendentes, e informar os arquivistas sobre a evolução das melhores experiências em curso.

Moções Especiais

18. A Assembleia Geral exprime a gratidão da comunidade arquivística mundial a todas as organizações públicas e privadas que apoiaram o programa do CIA no curso destes últimos quatro anos: UNESCO, Conselho da Europa, Agência de Cooperação Cultural e Técnica, Banco Internacional de Informação sobre os Estados Francófonos, autoridades nacionais da Alemanha, Áustria, Brunai Darussalam, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Itália, México, Nigéria, Países Baixos, Reino Unido, Eslovénia, Suécia, Suíça, Tunísia, Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Internacional do Canadá, Corporação do Congresso de Montreal, International Records Management Trust, municipalidades de Brazzaville e de Budapeste, fundações Conrad Adenauer, Mellon, Gladys K. Delmas, Rockefeller, Soros, National Endowment for the Humanities e Associação Barocco.

19. O 13.º Congresso Internacional de Arquivos agradece aos relatores e todos os outros colegas que permitiram a realização de sessões profissionais estimulantes e inovadoras.
20. O 13.º Congresso Internacional de Arquivos exprime a sua profunda gratidão ao governo da República Popular da China, à municipalidade de Beijing, ao director geral do gabinete de arquivos de estado da China e seus colaboradores, aos arquivos centrais, ao comité organizador do Congresso e ao pessoal e voluntários dedicados, pela preparação minuciosa, notável organização e magnífica hospitalidade ao 13.º Congresso Internacional de Arquivos.

ACERVO

RECOLHIMENTO

Durante o ano de 1996 foram recolhidos alguns núcleos arquivísticos nos seguintes órgãos:

- Electricidade de Moçambique (Direcção de Engenharia de Redes);
- Concelho Municipal da Cidade de Maputo (Direcção dos Serviços Urbanos);
- Governo da Província de Maputo;
- Universidade Eduardo Mondlane (Gabinete do Reitor).

INVENTARIAÇÃO

1. Fundo da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra

<i>Título</i>	<i>Datas-Limite</i>	<i>N.º de Caixas</i>
Abastecimento	1967-1974	1
Actividades	1965-1966	1
Balancetes	1965-1974	8
Bar	1971-1974	1
Circulares	1966	1
Conselho Provincial de Educação Física	1969	1
Diário de Ann Frank	1969-1970	1
Diversas Cedências	1970-1974	1
Eleições	1966-1973	1
Entidades Oficiais	1971-1974	1
Estatística	1966-1970	1
Estatutos	1965-1966	1
Mapas de Gasolina	1970-1974	5
Licenças e Impostos	1972	1
Noite Desportiva	1969	1
Obras e Reparações	1971-1973	1
Posto de Abastecimento de Gasolina	1973	1
Relatórios	1967-1968	1
Repartição do Estado	1974	1
Sócios	1966-1975	3

2. Fundo da Administração do Concelho de Bárue:

<i>Série</i>	<i>Datas-Limite</i>	<i>N.º de Caixas</i>
Administração	1943-1974	34
Trabalho e Ação Social	1960-1972	26
Fazenda	1960-1971	6
Fomento	1959-1971	10
Educação e Cultos	1959-1971	3
Justiça	1959-1971	6
Militar	1958-1973	6
Orçamento e Contas	1961-1969	1
Pessoal	1955-1971	2
Justiça	1960-1969	3
Tombo e Carga	1960-1971	2
Livros de Registo	1955-1955	1
Registos Diversos	1918-1973	67

3. Núcleo Arquivístico da Administração de Assistência Pública de Manica e Sofala

<i>Titulo</i>	<i>Datas-Limite</i>	<i>N.º de Caixas</i>
Armas e caça	1954	1
Balancetes	1945	1
Circulares	1972	1
Cônsul de Salisbury	1944	1
Correspondência expedida	1944-1945	1
Despacho da Comissão Provincial de Assistência Pública	1945	1
Distribuição do Boletim da Colónia de Moçambique	1942	1
Diversos	1943-1968	4
Guias	1945	1
Livro de Registo da Correspondência Expedida	1966	1
Pedido de internato	1944-1963	2
Pedido de passagem	1945	1
Pedido de subsídios-processos individuais	1943-1967	4
Processos de contas	1963-1970	2
Sinopses e classificação da correspondência	1959-1969	2
Subsídios recebidos	1964-1965	1
Relação de emigrantes nacionais	1945	1
Requisições	1963-1965	1

4. Núcleo Arquivístico do Gabinete Distrital de Acção Psicológica de Manica e Sofala

<i>Titulo</i>	<i>Datas-Limite</i>	<i>N.º de Caixas</i>
Diversos	1974-1976	3
Diversas facturas	1966-1967	1
Guias de expedição de correspondência	1974	1
Mapas de vencimento	1972-1974	1
Recibos de pagamento	1973-1974	1
Requisições	1963-1974	1

5. Fundo da Administração do Concelho do Búzi

a) Posto Administrativo de Chibabava

<i>Série</i>	<i>Datas-Limite</i>	<i>N.º de Caixas</i>
Administração	1942-1974	26
Trabalho e Acção Social	1944-1972	27
Fazenda	1944-1972	5
Fomento e Colonização	1944-1972	8
Educação e Cultos	1944-1969	1
Justiça	1955-1972	4
Militar	1944-1969	3
Orçamento e Contas	1955-1969	1
Pessoal	1945-1969	7
Registo Civil	1944-1972	2
Tombo e Carga	1944-1967	2
Tribunais Indígenas	1944-1960	3
Índice de Modelos	1943-1968	2

b) Posto Administrativo de Sofala

<i>Série</i>	<i>Datas-Limite</i>	<i>N.º de Caixas</i>
Administração	1973-1974	5
Trabalho e Acção Social	1970-1973	2
Fazenda	1973-1974	1
Fomento	1972-1974	2
Educação	1973	1
Justiça	1972-1975	2
Militar	1973-1974	1
Índice de Modelos	1974	1

MOVIMENTO DE CONSULTAS

	BIBLIOTECA		HEMEROTECA		ARQUIVOS	
	Leitores	Obras	Leitores	Obras	Leitores	Obras
Janeiro	45	78	20	50	50	99
Fevereiro	80	200	31	100	16	28
Março	60	90	50	70	30	45
Abril	79	110	80	100	60	75
Maio	50	80	40	60	40	59
Junho	49	70	30	50	30	49
Julho	60	80	30	55	10	45
Agosto	50	75	60	80	50	75
Setembro	80	100	75	90	20	45
Outubro	179	409	48	126	20	67
Novembro	100	200	58	90	40	80
Dezembro	85	102	80	130	10	50
TOTAL	917	1594	602	1001	376	717

OFERTAS

Alexandrino José

Amélia Souto

António Matabele

Appropriate Health Resources & Technologies Action Group

AWEPA

Centro de Estudos Brasileiros

Centro de Informacion Y Documentacion Africano

Centro de Informática da UEM

Comissão Nacional para a UNESCO

Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento

Colin Darch

Direcção Pedagógica da UEM

Edições Ngira

Eduardo Medeiros

Elias Ciscato

Embaixada da Suíça

Embaixada de Portugal

Embaixada do Reino dos Paises Baixos

Embaixada dos Estados Unidos da América

Emmanuel H. Kreik